



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ANTONIO ÁTILA DE SOUSA SILVA

TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA POLÍTICA DE APOIO AS QUADRILHAS E
AOS FESTIVAIS DE QUADRILHAS JUNINAS: UMA AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA CEARÁ JUNINO

FORTALEZA

2025

ANTONIO ÁTILA DE SOUSA SILVA

TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA POLÍTICA DE APOIO AS QUADRILHAS E AOS
FESTIVAIS DE QUADRILHAS JUNINAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
CEARÁ JUNINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Avaliação de Políticas Públicas,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Victoria Régia Arrais de
Paiva.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Antonio Átila de Sousa.

Tradição e Modernidade na Política de Apoio as Quadrilhas e aos Festivais de Quadrilhas Juninas : Uma Avaliação do Programa Ceará Junino / Antonio Átila de Sousa Silva. – 2025.

178 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Victoria Régia Arrais de Paiva.

1. Cultura popular. 2. Festas juninas. 3. Programa Ceará Junino. 4. Políticas públicas. 5. Inclusão social. I. Título.

CDD 320.6

ANTONIO ÁTILA DE SOUSA SILVA

TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA POLÍTICA DE APOIO AS QUADRILHAS E AOS
FESTIVAIS DE QUADRILHAS JUNINAS: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
CEARÁ JUNINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Avaliação de Políticas Públicas,
para qualificação, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Avaliação de
Políticas Públicas.

Aprovada em: 30.04.2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Victoria Régia Arrais de Paiva (Orientadora)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Dedico este trabalho a todos que contribuíram de alguma forma para a realização do mesmo. Pelo apoio, inspiração e encorajamento ao longo desta jornada. Sem o suporte e a compreensão de todos vocês, este projeto não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço a minha orientadora, a Professora Dra. Victoria Régia Arrais de Paiva, pelo seu constante apoio, orientação e pelos valiosos conselhos ao longo deste percurso. Sua expertise e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também aos membros da banca examinadora, as professoras Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso, Dra. Lidiane Moura Lopes e ao Prof. Eduardo Vivian da Cunha por suas críticas construtivas e sugestões enriquecedoras e ao, que certamente contribuirão para aprimorar este estudo.

Aos meus colegas de pesquisa e amigos, minha eterna gratidão pelo apoio, incentivo e pelas discussões estimulantes que tornaram esta jornada mais leve e agradável.

Não posso deixar de reconhecer a importância do suporte da minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo compreensão e encorajamento, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Um agradecimento especial aos seres celestes que me deram forças e orientações para superar os desafios e manter o foco em meus objetivos. A fé e a espiritualidade foram fontes de inspiração e resiliência durante toda esta jornada.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal do Ceará – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Departamento de Ciências Agrárias, por fornecer os recursos e a infraestrutura necessários para a realização desta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho, o meu mais sincero agradecimento.

"As festas juninas, com suas quadrilhas e folguedos, são a expressão genuína da alma popular, um mergulho nas tradições que celebram a alegria e a comunidade, mantendo viva a herança cultural do nosso povo."

Luís da Câmara Cascudo

RESUMO

A presente dissertação avalia o programa Ceará Junino, uma política pública voltada para o fomento às quadrilhas juninas e à valorização da cultura popular, implementada pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará há mais de vinte anos. As festas juninas são compreendidas como manifestações culturais de identidade, resistência e pertencimento, especialmente no contexto nordestino (DaMatta, 2006; Ferreira, 2007; Lima, 2012). A pesquisa adota o referencial avaliativo da avaliação de impactos, segundo Luckesi (2011). Portanto, valoriza os saberes locais e questiona modelos padronizados de cultura. O objetivo geral é avaliar como o programa Ceará Junino contribui para a preservação das tradições juninas, o fortalecimento da economia criativa e a inclusão social. Metodologicamente, adota-se uma abordagem mista, com coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos por meio de entrevistas, observação participante, análise documental e aplicação de questionários. A pesquisa fundamenta-se em autores como Freire (1997), Bourdieu (1991), Becker (1994), Minayo (2010), Bardin (2011), Creswell (2014), Gil (2002) e Esteban (2001). Encerra com reflexões críticas sobre o programa Ceará Junino e recomendações para seu aprimoramento, busca-se demonstrar que o Ceará Junino fortalece a cultura popular ao oferecer estrutura e visibilidade às quadrilhas juninas, porém apesar dos avanços, é necessário ampliar vagas, descentralizar investimentos e capacitar os envolvidos, fazendo assim com que o programa se consolide como modelo nacional, garantindo a preservação e o crescimento da tradição junina no Ceará.

Palavras-chave: cultura popular; festas juninas; programa Ceará junino; políticas públicas. inclusão social.

ABSTRACT

This dissertation evaluates the Ceará Junino program, a public policy aimed at promoting June square dances and promoting popular culture, implemented by the Secretariat of Culture of the State of Ceará for over twenty years. June festivals are understood as cultural manifestations of identity, resistance and belonging, especially in the Northeastern context (DaMatta, 2006; Ferreira, 2007; Lima, 2012). The research adopts the evaluative framework of impact assessment, according to Luckesi (2011). Therefore, it values local knowledge and questions standardized models of culture. The general objective is to evaluate how the Ceará Junino program contributes to the preservation of June traditions, the strengthening of the creative economy and social inclusion. Methodologically, a mixed approach is adopted, with the collection and analysis of qualitative and quantitative data through interviews, participant observation, document analysis and application of questionnaires. The research is based on authors such as Freire (1997), Bourdieu (1991), Becker (1994), Minayo (2010), Bardin (2011), Creswell (2014), Gil (2002) and Esteban (2001). It ends with critical reflections on the Ceará Junino program and recommendations for its improvement. It seeks to demonstrate that Ceará Junino strengthens popular culture by offering structure and visibility to the quadrilhas juninas. However, despite the advances, it is necessary to increase the number of vacancies, decentralize investments and train those involved, thus consolidating the program as a national model, ensuring the preservation and growth of the junina tradition in Ceará.

Keywords: popular culture; june festivals; ceará junino program; public policies; social inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	– Leis e marcos legais relacionados à valorização das festas juninas e cultura popular no Brasil e Ceará.....	67
Quadro 02	– As Campeãs Do Campeonato Ceará Junino – 2000 À 2024.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	– Histórico de investimentos do edital de quadrilhas juninas, festivais de quadrilhas juninas e campeonato estadual de quadrilha junina através da política dom pública do programa Ceará Junino.....	85
Tabela 02	– Histórico de investimentos do edital do programa Ceará Junino direcionado a de quadrilhas.....	87
Tabela 03	– Histórico de investimentos do edital do programa Ceará Junino direcionado a de quadrilhas.....	88
Tabela 04	– Histórico de investimentos do edital do programa Ceará Junino direcionado ao Campeonato Estadual do Ceará Junino.....	90
Tabela 05	– Diferença de valores destinados às quadrilhas juninas por ano.....	92
Tabela 06	– Diferença de valores destinados aos festivais por ano.....	93
Tabela 07	– Diferença de valores destinados ao campeonato estadual por ano.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	– Distribuição anual de recursos – Ceará junino.....	86
Gráfico 02	– Valor destinado as quadrilhas e porcentagem sobre o valor total (ano).....	87
Gráfico 03	– Valor destinado aos festivais e porcentagem sobre o total (ano).....	89
Gráfico 04	– Valor destinado ao campeonato e a porcentagem sobre valor total.....	91
Gráfico 05	– Diferença de valores destinados às quadrilhas juninas por ano.....	93
Gráfico 06	– Diferença de valores destinados aos festivais por ano.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
Art.	Artigo
CF	Constituição Federal
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DL	Decreto-Lei
FEQUAJUCE	Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo
INL	Instituto Nacional do Livro
IOV	International Organization of Folk Art
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Lei Rouanet	Lei nº 8.313/1991 (Programa Nacional de Apoio à Cultura)
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais
MINC	Ministério da cultura
MOJUNI	Federação do Movimento Junino do Interior do Ceará
MPB	Música Popular Brasileira.
PAC	Programa de Ação Cultural
PNC	Plano Nacional de Cultura
SECULTCE	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UJC	União Junina do Ceará

SUMÁRIO

1	ACENDENDO A FOGUEIRA: INTRODUÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA	13
1.1	Abordagem da Problematização	16
1.2	Por que abraçar esta pesquisa? (Justificativa)	17
1.3	Girando a saia: Objetivos da pesquisa	19
1.3.1	<i>Objetivo geral</i>	19
1.3.2	<i>Objetivos específicos</i>	20
1.4	Marcando o Compasso: Metodologia da Pesquisa	20
1.5	Referencial Avaliativo: A Avaliação de Impacto.....	24
2	A CULTURA NO BRASIL: DA DÉCADA DE 1940 AOS DIAS ATUAIS	26
2.1	A década de 1940 e o surgimento das manifestações culturais populares.....	36
2.2	A Modernização Cultural e o Movimento de Resistência.....	41
2.3	A implementação de instituições e legislações que apoiam a cultura e a diversidade 44	
2.4	A Cultura Popular e as Festas Juninas: Trajetória e Identidade	47
3	DO TERREIRO AO PALCO: HISTÓRIA, ESTRUTURA DO CEARÁ JUNINO	70
3.1	Do Lampião À Explosão Junina: Histórico Das Festas No Ceará	71
3.2	Ceará Junino: O Palco da Cultura Popular.....	81
3.3	Quem faz a festa: políticas públicas e suas influências nas quadrilhas e nos festivais de quadrilhas juninas	99
3.4	O grande arraial: festivais e campeões do Ceará junino nos últimos 10 anos	103
4	ANÁLISE E REFLEXÕES: A DANÇA DAS POLÍTICAS E SEUS IMPACTOS	109
4.1	Desvendando A Dança: Análise Dos Dados Da Pesquisa.....	110
4.2	Bastidores Do Arraiá: Estudo De Caso Das Quadrilhas Beneficiadas.....	115
4.3	Ao Som Da Sanfona: Reflexões Críticas E Discussão	123
	ENCERRANDO O BAILE: CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICES E ANEXOS	151
	Roteiro de entrevistas e questionários.....	151
	Fotografias e registros de eventos	168

1 ACENDENDO A FOGUEIRA: INTRODUÇÃO E CAMINHOS DA PESQUISA

As festas juninas representam um patrimônio cultural significativo no Brasil, cuja importância vai além dos fatores religiosos, abrangendo dimensões sociais, econômicas e identitárias. No Nordeste, e em particular no Ceará, essas celebrações assumem uma magnitude ainda maior, transformando-se em verdadeiros rituais de celebração da cultura popular. Música, dança, vestuário, gastronomia e um forte sentimento de pertencimento caracterizam este período, fazendo da festa junina uma manifestação genuína da coletividade nordestina.

Nesse cenário, o programa Ceará Junino se destaca como uma política pública fundamental para a conservação e valorização dessa tradição. Instituído pelo Governo do Estado, esse programa tem como finalidade apoiar, disseminar e fortalecer as expressões culturais juninas através do incentivo às quadrilhas, festivais, grupos artísticos e eventos com temas juninos, promovendo, assim, não apenas a cultura, mas também o progresso econômico e a inclusão social.

O objetivo desta pesquisa é examinar as repercussões do programa Ceará Junino nas comunidades do Ceará, levando em conta seus impactos culturais, sociais e econômicos.

Para alcançar isso, o estudo utiliza uma abordagem mista (qualitativa-quantitativa) com um enfoque exploratório e descritivo. Essa metodologia permitirá a análise tanto dos dados objetivos — como o número de grupos beneficiados e os montantes investidos — quanto das experiências individuais de artistas, organizadores de quadrilhas, artesãos e participantes dos eventos.

Vale salientar que o Ceará Junino se revela pertinente como política pública pois realiza ações integradas que afetam diversos setores da sociedade: desde a promoção de festivais e concursos até o suporte direto a profissionais da economia criativa, como costureiros, marceneiros, músicos, cenógrafos e vendedores de comidas típicas. Dessa forma, além de garantir a continuidade das tradições, o programa estimula o mercado local.

Segundo Almeida (2019), os festejos juninos no Ceará estão atraindo cada vez mais visitantes, dinamizando a cadeia produtiva da região e gerando empregos e rendimentos para centenas de pessoas. Os setores de hospedagem, transporte e comércio em geral também se beneficiam diretamente do crescimento desses eventos, assim, a festa junina se torna não apenas um ícone cultural, mas também uma estratégia eficaz para a revitalização da economia regional, adicionalmente, a política pública se caracteriza por ser inclusiva e democrática, pois, ao incentivar a participação de comunidades marginalizadas ou de áreas periféricas, o programa

promove o acesso igualitário à cultura, desafiando a elitização dos espaços culturais e assegurando que a diversidade regional se manifeste de forma ampliada.

Conforme destaca Freire (2001), a cultura popular deve ser vivida por todos, em vez de ser apenas preservada em museus ou documentários. O Ceará Junino coloca essa ideia em prática, permitindo que as comunidades compartilhem livremente suas histórias, raízes e modos de vida.

A pesquisa será realizada através da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com coordenadores, artistas e gestores envolvidos no programa, juntamente com uma análise documental de relatórios oficiais, decretos e dados estatísticos. O objetivo é identificar os principais efeitos do programa nas dimensões cultural, econômica e social.

A análise qualitativa seguirá a técnica de análise de conteúdo, que permitirá captar as perspectivas dos participantes da pesquisa, assim como compreender as motivações, conquistas e os desafios enfrentados por aqueles que estão imersos no ambiente das festas juninas. Por outro lado, os dados quantitativos possibilitarão avaliar a extensão do programa e sua capacidade de promover impactos positivos no desenvolvimento da região.

As festas juninas também constituem formas de resistência cultural. Cavalcanti (2017) salienta que elas se opõem à homogeneização propiciada pela globalização. Com cada passo de dança, cada letra cantada e cada traje tradicional, os cearenses reafirmam sua identidade, dizendo "não" ao apagamento cultural. O Ceará Junino fortalece essa resistência ao proporcionar espaço, estrutura e visibilidade para as quadrilhas e seus participantes.

A quadrilha é uma manifestação popular que conecta arte, cultura e comunidade. Oliveira (2015) enfatiza que ela é a expressão do povo que se orgulha de suas raízes e história. Cada apresentação reflete narrativas coletivas e modos de vida locais, promovendo não apenas diversão, mas também um senso de pertencimento. O programa Ceará Junino reconhece essa força e a transforma em política pública eficaz.

Do ponto de vista da democratização cultural, o Ceará Junino atua como um agente de empoderamento. Ao incentivar iniciativas em bairros periféricos, cidades do interior e comunidades indígenas ou quilombolas, o programa garante que todos tenham acesso à produção e apreciação cultural. Como destaca Lima (2012), preservar a cultura não é suficiente; é essencial que ela seja vivenciada amplamente, livre de barreiras sociais, étnicas ou econômicas.

É extremamente válido compreender que o campo de avaliação de políticas públicas no Brasil tem experienciado mudanças significativas nas últimas décadas, adotando gradualmente novas metodologias e perspectivas epistemológicas. Esse movimento surge em

resposta às limitações dos enfoques tradicionais, que frequentemente se baseiam em lógicas gerencialistas e tecnocráticas, focando exclusivamente na quantificação da eficiência e da eficácia.

Pesquisadores como Faria (2005) e Cury (2002) afirmam que o paradigma prevalente, historicamente fundamentado em uma racionalidade instrumental, muitas vezes ignora os elementos políticos, culturais e sociais das intervenções públicas. Faria (2005, p. 69) ressalta que "a avaliação deve ser vista não apenas como um instrumento gerencial, mas como um processo político que envolve escolhas e disputas de significados". Nesse cenário, surgem referenciais contra-hegemônicos que têm o objetivo de reposicionar a avaliação como uma prática social.

Entre esses referenciais, destaca-se a avaliação de quarta geração, proposta por Guba e Lincoln (1989), que promove uma abordagem construtivista na área avaliativa, priorizando o diálogo com diferentes grupos de interesse e enfatizando a criação colaborativa de significados. No Brasil, essa perspectiva encontra ressonância em estudos de Jannuzzi (2001) e Draibe (2001), que sublinham a importância de incorporar múltiplas vozes e contextualizar os resultados de políticas públicas.

Uma outra abordagem crítica é a avaliação em profundidade, elaborada por Carvalho (2015), que sugere uma escuta cuidadosa e uma análise contextualizada dos impactos simbólicos e subjetivos das políticas. A autora menciona que "avaliar é também reconhecer sentidos e histórias, interpretar o vivido" (CARVALHO, 2015, p. 47), desafiando a predominância de uma lógica puramente numérica nos processos avaliativos.

Essas perspectivas se conectam a um esforço mais amplo de descolonização do conhecimento, onde a produção de saber se concentra nos saberes locais e na valorização da diversidade de experiências. Santos (2007) observa que "não há justiça social global sem justiça cognitiva global", o que ressalta a necessidade de reconhecimento de epistemologias diversas no campo das políticas públicas.

No entanto, mesmo diante da riqueza dessas abordagens críticas, esta pesquisa decide focar na avaliação de impacto, considerando seu potencial para evidenciar empiricamente os efeitos reais das políticas públicas em relação a determinados territórios e sujeitos sociais.

Desse modo, o Ceará Junino desempenha um papel essencial ao manter viva uma tradição que é, ao mesmo tempo, ancestral e contemporânea, popular e política, festiva e transformadora. A pesquisa atual, ao investigar seus impactos, pretende contribuir para a

valorização das políticas culturais no Brasil e para o fortalecimento das festas juninas como uma expressão genuína de um povo que converte a arte em identidade e a celebração.

As festas juninas representam uma das mais significativas expressões culturais do Brasil, destacando-se especialmente no Nordeste, onde adquirem particularidades próprias. Originadas das tradições cristãs que celebram Santo Antônio, São João e São Pedro, essas festividades tornaram-se ícones de alegria, resiliência e identidade popular. Segundo Souza (2001), essas celebrações são mais do que simples festividades; são ambientes de reafirmação cultural e fortalecimento das comunidades.

No Nordeste, a fusão de influências indígenas, africanas e europeias contribuiu para a formação de danças, músicas, trajes e pratos típicos. Ritmos como forró, xote e baião — imortalizados por artistas como Luiz Gonzaga e Dominginhos — predominam nas festividades. De acordo com Lima (2012), estamos diante de um "espaço de celebração das raízes populares".

Entre junho e agosto, cidades e pequenos vilarejos se transformam em arraiais, com barracas de iguarias regionais e quadrilhas. Essa dança, com origem na Europa, foi adaptada e se tornou um símbolo dos festejos. Oliveira (2015) ressalta a quadrilha como uma manifestação significativa da cultura sertaneja e seu contínuo desenvolvimento.

No Ceará, essas celebrações ganham força com festivais como o Ceará Junino, um dos maiores eventos do estado. Para Almeida (2019), representa a renovação da tradição sem que se perca sua essência. O forró pé-de-serra, com suas raízes no sertão, é uma presença marcante, além de outras manifestações como bumba-meu-boi, danças de roda e capoeira. Nogueira (2018) considera o forró uma construção da identidade nordestina.

Essas formas folclóricas se opõem à homogeneização cultural, preservando práticas tradicionais. Ferreira (2007) descreve as festas juninas como maneiras de "resistência cultural", especialmente para comunidades rurais. DaMatta (2006) vê nelas um retorno à memória coletiva.

Dessa forma, as festas juninas — notadamente no Ceará — se firmam como expressões relevantes da cultura brasileira, reforçando o senso de pertencimento, a memória e as tradições nordestinas em face das transformações do mundo contemporâneo.

1.1 Abordagem da Problematização

A questão central desta pesquisa pode ser resumida na seguinte indagação: de que maneira as quadrilhas e festas juninas conseguem manter sua autenticidade cultural e resistir às

pressões externas que ameaçam suas raízes populares, ao mesmo tempo em que desempenham um papel crucial na preservação das tradições locais, promovem a diversidade cultural e estimulam a economia regional, em um cenário de transformações culturais incessantes?

Para investigar essa problemática, o estudo propõe examinar as quadrilhas e festas juninas sob diversas perspectivas, englobando aspectos culturais, econômicos e políticos. Também se busca analisar como as políticas públicas direcionadas ao incentivo à cultura impactam essas manifestações. A pesquisa visa compreender as estratégias de resistência cultural utilizadas por essas expressões populares, as quais, em sua luta pela preservação de suas origens, desafiam as dominações culturais em um país caracterizado por sua imensa diversidade.

A partir dessa visão, a investigação concentra-se na habilidade das quadrilhas e festas juninas de manter suas tradições culturais vivas, resistir a influências externas e assumir diversos papéis na sociedade brasileira atual, enquanto enfrentam os desafios de um ambiente cultural em constante mudança.

1.2 Por que abraçar esta pesquisa? (Justificativa)

Minha trajetória no movimento junino começou na infância, no bairro Patanhém da cidade de Aquiraz, quando tive meu primeiro contato com as festas juninas ao participar como brincante de quadrilha. Desde cedo, envolvi-me ativamente nesse contexto, o que me deu uma compreensão aprofundada da essência dessas festividades e das quadrilhas juninas. Com o tempo, minha trajetória evoluiu de brincante para promotor de festivais, o que me permitiu observar as dificuldades associadas à realização e promoção desse segmento cultural.

Em 2012, uma nova etapa da minha caminhada no movimento junino começou quando deixei as quadras como brincante e promotor para atuar como jurado no Concurso Cearense de Quadrilhas Juninas e no âmbito do Ceará Junino. Ao embarcar nas mesas de jurados e percorrer diversas cidades do Ceará, pude testemunhar de perto como o movimento junino e as quadrilhas se adaptavam às mudanças com o passar do tempo.

As inovações nas apresentações e o entusiasmo das festas coexistiam com os desafios enfrentados por brincantes, promotores e presidentes das quadrilhas. Foi através dessas interações que tomei consciência das dificuldades que o movimento enfrentava, assim como das táticas empregadas para superar os obstáculos. A função como jurado foi além da simples

avaliação das apresentações; busquei também reconhecer e estimular a criatividade e o talento dos grupos, além de fomentar um debate contínuo sobre o movimento junino.

Em 2014, tive um papel ativo na fundação da entidade Junina União Junina do Ceará, cujo objetivo era unir e fortalecer os grupos juninos no estado. Essa vivência marcou uma nova fase, aquela de pesquisador do movimento, colocá-me como um agente ativo na contribuição para a construção e expansão desse movimento cultural. Após anos de envolvimento, continuei participando ativamente, sendo agora uma referência em seminários voltados para a construção e avaliação das competições estaduais e municipais, propondo e debatendo mudanças anuais.

Com este breve relato sobre minha relação com o objeto de estudo — as festividades juninas e as quadrilhas — a pesquisa se debruçará sobre as Políticas Públicas de Incentivo às Quadrilhas e às Festas Juninas no Estado do Ceará, especialmente dentro do Programa Ceará Junino. A pesquisa buscará explorar diferentes ângulos e ressaltará questões fundamentais relacionadas a essas expressões culturais, além de examinar as políticas públicas voltadas para sua promoção e conservação.

A questão central que orienta esta pesquisa é a seguinte: de que maneira as políticas públicas destinadas ao incentivo das quadrilhas e festas juninas podem realmente auxiliar no fortalecimento do movimento junino no Ceará, manifestando-se em dimensões culturais, econômicas e políticas?

Para explorar esta questão, o estudo emprega uma abordagem interdisciplinar, alicerçada em temas como Contra-Hegemonia Cultural, Multidimensionalidade Cultural, Impacto Econômico Local, Políticas Públicas de Incentivo à Cultura e Perspectivas Alternativas. O objetivo é compreender como as quadrilhas e as festas juninas mantêm sua resistência frente às influências culturais dominantes, ao mesmo tempo em que preservam e promovem tradições populares dentro de um cenário globalizado e marcado pela homogeneização cultural.

Conforme Hall (2006), culturas locais, apesar de estarem sujeitas a influências globais, podem proporcionar formas de contraposição que ajudam a preservar suas identidades culturais. A avaliação contra-hegemônica, nesse sentido, analisa as quadrilhas e festas juninas como expressões de resistência cultural, desafiando tendências predominantes e, paralelamente, valorizando a riqueza das tradições locais. Essas manifestações surgem de uma mescla de influências culturais, incluindo festividades religiosas trazidas de Portugal e Espanha, e se apresentam como expressões complexas e multifacetadas.

Bhabha (1998) argumenta que a resistência cultural se manifesta não apenas na conservação, mas também na reinvenção de tradições que permitem a afirmação de uma identidade autêntica diante da globalização. A pesquisa pretende investigar as múltiplas dimensões dessas celebrações, levando em conta elementos como danças, músicas, iguarias regionais, tradições e a variedade de práticas que as definem.

Adicionalmente, o estudo também considera o impacto econômico das quadrilhas e festas juninas nas comunidades locais, especialmente em relação à contribuição dessas festividades para a economia da região. Fatores como turismo, comércio de produtos regionais e outros aspectos da economia criativa serão levados em conta. A economia criativa, abrangendo setores como moda, artesanato e gastronomia, desempenha um papel crucial no fortalecimento das economias locais, especialmente quando vinculadas à cultura popular (Costa, 2011).

O turismo cultural, segundo Silva (2017), tem se revelado uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento econômico nas áreas que mantêm suas tradições culturais vivas. Com essa abordagem multidimensional, a pesquisa busca proporcionar uma compreensão completa das festividades juninas no Ceará, analisando tanto seus aspectos culturais quanto econômicos.

O objetivo é investigar como as políticas públicas de incentivo à cultura podem influenciar de maneira positiva o movimento junino, promovendo não apenas a preservação das tradições, mas também o desenvolvimento econômico local. Dessa forma, a pesquisa se propõe a enriquecer a compreensão das quadrilhas e festas juninas, seu papel social e econômico, além da importância das políticas públicas para sua continuidade e fortalecimento.

. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da identidade cultural local e para o desenvolvimento de políticas públicas que sejam mais eficazes e atentas às necessidades das comunidades que participam das festas juninas e quadrilhas no Ceará.

1.3 Girando a saia: Objetivos da pesquisa

Os objetivos de uma investigação dizem respeito às metas que o estudo almeja atingir, traçando os caminhos e as áreas específicas de exploração. No contexto desta pesquisa, os propósitos são bem definidos e específicos, como será demonstrado.

1.3.1 Objetivo geral

Avaliar o papel do Programa Ceará Junino no incentivo às quadrilhas e às festas juninas no Ceará, pesquisando suas diversas dimensões culturais, econômicas e políticas, e

identificando como essas dimensões se opõem e desafiam influências externas que possam ameaçar as raízes culturais e populares.

1.3.2 Objetivos específicos

Identificar a percepção dos trabalhadores que participam dos festivais de quadrilhas e das festas juninas sobre o Programa Ceará Junino;

Investigar e mapear o histórico de como as políticas públicas de incentivo à cultura influenciam a celebração e a manutenção das quadrilhas e das festas juninas, analisando o papel do governo na promoção dessas festividades;

Retratar tanto os aspectos culturais, como danças, músicas e tradições, quanto as dimensões sociais, econômicas e políticas que moldam o presente e o futuro dos festivais de quadrilhas e das festas juninas no Ceará.

A pesquisa visou entender os impactos econômicos provocados pelas festas, como a criação de empregos temporários, o incremento do turismo cultural e o fomento a pequenos negócios locais, possibilitando a avaliação do quanto o programa contribui para a economia local sem prejudicar a sustentabilidade cultural.

1.4 Marcando o Compasso: Metodologia da Pesquisa

A metodologia deste estudo optou por uma abordagem qualitativa e quantitativa, visando oferecer uma análise aprofundada e abrangente das festas juninas e das quadrilhas no Ceará, com atenção especial ao Programa Ceará Junino. A combinação de ambas as abordagens permitiu a exploração das diferentes facetas do fenômeno cultural, social, econômico e político, assegurando uma compreensão mais rica e detalhada das repercussões dessas festividades nas comunidades locais e nas políticas públicas relacionadas.

A pesquisa qualitativa constituiu o pilar fundamental deste estudo, com o objetivo de entender as percepções, vivências e interações dos participantes nas festas e quadrilhas. Foram aplicados questionários com três grupos principais: indivíduos que participaram diretamente das celebrações, gestores públicos encarregados da execução de políticas culturais e integrantes das comunidades locais afetadas pelos eventos festivos. A opção por questionário é crucial, pois confere segurança às respostas, possibilitando que os respondentes expressem suas opiniões de maneira mais natural.

A pesquisa também incorporou a observação participante, um método que permitiu ao pesquisador se envolver diretamente nas festas, experienciando o ambiente cultural das

quadrilhas e celebrações. Essa abordagem de observação possibilitou uma visão mais abrangente dos comportamentos e interações que ocorrem durante as festividades, facilitando a coleta de dados qualitativos mais ricos e contextualizados, como apontado por Geertz (1973). Esse método revelou-se essencial para identificar as sutilezas das práticas culturais e sociais presentes nas festas juninas, permitindo que o pesquisador analise de forma mais próxima as interações e dinâmicas entre os participantes.

A estratégia quantitativa foi implementada para medir o impacto das festas juninas e das quadrilhas nas comunidades, particularmente em relação aos efeitos econômico e à percepção sobre a preservação das tradições culturais. Para isso, questionários foram distribuídos a uma amostra de moradores locais, participantes das festividades e gestores culturais. O objetivo da pesquisa quantitativa foi a coleta de dados estruturados, que foram examinados estatisticamente para identificar padrões e tendências, como a relação entre o apoio governamental às festas e os impactos econômicos observados nas comunidades locais. Segundo Creswell (2014), a adoção de uma abordagem quantitativa é fundamental para testar hipóteses e oferecer uma análise objetiva dos dados, permitindo a generalização dos resultados sobre o impacto das festividades no Ceará.

Amostra e Análise de Dados

A amostra foi escolhida de maneira a assegurar a representatividade dos distintos grupos sociais e culturais que participam das festas juninas. Foram incluídas na amostra 126 quadrilhas juninas, 85 organizadores de festivais e 105 profissionais juninos em geral, englobando moradores locais, participantes das celebrações, gestores públicos e outros envolvidos na organização dos eventos. A seleção foi realizada com base em critérios como idade, gênero, localização e nível de envolvimento com as festividades, visando captar uma gama diversificada de perspectivas. A amostra foi estratificada para garantir que todos os grupos representativos da comunidade e dos participantes das festas fossem considerados na pesquisa, permitindo uma análise mais precisa e equilibrada.

A análise dos dados qualitativos foi executada utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin em 2011. Esse método possibilitou a identificação e a categorização dos temas principais que emergem nas respostas, auxiliando na compreensão das experiências, percepções e interpretações dos participantes em relação às festas juninas. Em contrapartida, os dados quantitativos foram examinados com a ajuda do Excel, o que possibilitou calcular médias, frequências e outras medidas descritivas, viabilizando a análise de

tendências e a comparação entre grupos distintos de participantes. A triangulação entre os dados qualitativos e quantitativos constituiu uma estratégia essencial para garantir a solidez da pesquisa, conforme indicado por Marcondes e Brisola em 2014, permitindo uma análise mais abrangente e confiável do fenômeno em questão.

A pesquisa se baseou em uma fundamentação teórica robusta que abrangeu conceitos relacionados à cultura, identidade e políticas públicas, destacando os trabalhos de Pierre Bourdieu, Ricardo Kofes e Howard Becker, cujas teorias proporcionam uma compreensão aprofundada das dinâmicas culturais e sociais associadas às festas juninas e quadrilhas. A abordagem participativa, defendida por Brandão e Freire, será aplicada para assegurar uma análise crítica das políticas públicas voltadas à cultura popular, levando em consideração os efeitos dessas políticas na preservação das tradições culturais e na adaptação das festividades ao contexto atual.

A metodologia escolhida, ao combinar métodos qualitativos e quantitativos, teve como objetivo oferecer uma análise holística e multidimensional das festas juninas e quadrilhas no Ceará. O estudo procurou entender não apenas os elementos culturais e sociais que compõem as festividades, mas também os impactos econômicos e as dinâmicas políticas que afetam as práticas culturais.

Tipo de Pesquisa

Este estudo visou realizar uma avaliação abrangente do Programa Ceará Junino, explorando seus diversos aspectos sob a ótica de três tipos essenciais de análise de políticas públicas: a avaliação de processos, a avaliação de resultados e a avaliação de impacto. Essa abordagem possibilitou a compreensão das dinâmicas internas do programa e de seus efeitos mais amplos sobre as práticas culturais e socioeconômicas no estado do Ceará.

A avaliação dos processos focou na análise das dinâmicas internas que compõem o Ceará Junino, examinando de que maneira os editais, critérios de seleção, métodos de financiamento e regulamentações impactaram o funcionamento das quadrilhas juninas e das celebrações típicas no estado. Perrenoud (1999) defende que a avaliação de processos envolve a exploração das condições e razões que moldam as práticas, o que possibilita verificar se as ações propostas pelo programa estão alinhadas com seus objetivos expressos.

Nesse cenário, foi examinada a forma como os editais do Ceará Junino moldaram os mecanismos de participação dos grupos culturais, levando em conta critérios de elegibilidade, acesso ao financiamento e prestação de contas. Um ponto crucial dessa análise

foi a verificação das exigências burocráticas que se configuram como obstáculos para grupos menores ou mais vulneráveis, afetando sua capacidade de participação. Esteban (2001) destaca que "as normas regulatórias podem funcionar como ferramentas de poder que moldam ou limitam práticas culturais", portanto, esta avaliação procura determinar se os processos administrativos favorecem ou prejudicam a autonomia e a diversidade cultural das entidades juninas.

Também foi avaliado se os recursos financeiros foram distribuídos de maneira justa e se os critérios técnicos enfatizados nos editais ajudaram a preservar a essência cultural das quadrilhas ou, ao contrário, incentivaram alterações que comprometeram sua autenticidade em prol de demandas do mercado. Esta pesquisa possibilitou a compreensão se os processos internos do programa reforçam as raízes culturais das quadrilhas juninas ou se perpetuam desigualdades estruturais entre os grupos envolvidos.

Avaliação de Resultados

A análise dos resultados concentrou-se na identificação dos impactos reais gerados pela implementação do Ceará Junino, tanto para o fortalecimento das quadrilhas juninas como para a preservação e promoção das tradições culturais. De acordo com Demo (2015), uma avaliação que se considere efetiva deve ser formativa, incentivando a autonomia dos envolvidos, ao invés de apenas se restringir ao controle administrativo. Com isso, os resultados do programa foram examinados com base em indicadores tanto quantitativos quanto qualitativos, que evidenciem seu alcance e efetividade.

Os resultados obtidos abrangeram a quantidade de quadrilhas apoiadas, a realização de festivais e eventos, o número de comunidades afetadas, além da variedade de gêneros e classes sociais participantes. As narrativas dos integrantes também foram examinadas para avaliar se o programa tem de fato promovido o fortalecimento da identidade regional e da cidadania cultural.

Um aspecto importante foi investigar se os resultados apresentados refletiam a equidade e inclusão. Foi constatado que comunidades mais periféricas e grupos culturais que historicamente foram marginalizados foram beneficiados pelo programa. A eficácia dos editais foi avaliada levando em conta sua capacidade de promover tanto a visibilidade cultural quanto a viabilidade econômica das quadrilhas.

A avaliação de impacto buscou entender as mudanças sociais, culturais e econômicas que o Ceará Junino promoveu, analisando como o programa afetou as comunidades

locais em diferentes prazos: curto, médio e longo. Segundo Esteban (2001), uma avaliação crítica deve expor as dinâmicas de resistência e transformação que surgem a partir das políticas públicas, considerando tanto seus efeitos planejados quanto aqueles imprevistos.

Nesse contexto, foi investigado de que forma as festividades juninas contribuíram para a preservação da autenticidade cultural e para resistir a influências externas, como a mercantilização e a homogeneização cultural. As quadrilhas juninas, enquanto expressões populares, têm o potencial de resistir a pressões externas, como imposições do mercado e expectativas turísticas, assim, a avaliação de impacto contemplou as mudanças culturais e identitárias promovidas pelo programa, analisando sua contribuição para a preservação das festividades tradicionais e a resistência das comunidades culturais contra a diminuição da diversidade cultural local.

1.5 Referencial Avaliativo: A Avaliação de Impacto

A avaliação de impacto tem como objetivo examinar os efeitos diretos de uma intervenção pública sobre variáveis específicas, diferenciando resultados atribuíveis à política de outros fatores contextuais. Conforme a perspectiva de Luckesi (2011), avaliar implica em algo além da simples medição de resultados; trata-se de entender a totalidade dos fenômenos em suas dimensões tanto objetivas quanto subjetivas. Nesse contexto, a avaliação proposta busca evidenciar as sutilezas da implementação, dos resultados obtidos e das transformações induzidas pela política pública.

Segundo Ramos e Schabbach (2012), "a avaliação de impacto se baseia na busca por evidências empíricas que possibilitem entender a relação causal entre a política aplicada e os resultados obtidos". Isso requer a adoção de métodos rigorosos para a coleta e análise de dados, além de exigir uma atenção cuidadosa ao contexto socioterritorial.

É importante destacar que autores como Carvalho (2013) e Arretche (2003) têm oferecido contribuições valiosas para uma análise crítica do uso da avaliação de impacto, ressaltando o perigo da tecnocratização e da despolíticação dos processos avaliativos. De acordo com Arretche (2003, p. 15), "os resultados das avaliações só adquirem significado quando colocados em uma perspectiva histórica e institucional que permita entender as desigualdades estruturais que afetam os sujeitos das políticas".

Souza (2006) defende que a avaliação de impacto, quando realizada de maneira apropriada, pode se transformar em uma ferramenta para a democratização do conhecimento e

para o fortalecimento da prestação de contas pública. "Avaliar impactos é tornar visíveis resultados e ausências, é confrontar promessas com realidades" (SOUZA, 2006, p. 103).

A decisão de optar pela avaliação de impacto nesta pesquisa foi baseada na necessidade de evidenciar de forma clara os efeitos da política examinada sobre indicadores específicos. O objetivo não é simplificar a complexidade da política a apenas mensurações quantitativas, mas empregar uma metodologia que permita verificar se a intervenção gerou mudanças relevantes, para quem, e em que condições.

Não podemos esquecer que trata-se de uma escolha metodológica que combina rigor técnico com um compromisso social, visando produzir conhecimento que possa ser valioso para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e justas. Em consonância com referências críticas, a avaliação de impacto proposta aqui parte do princípio de que "medir não é suficiente: é preciso interpretar, contextualizar e, acima de tudo, ouvir" (CARVALHO, 2015, p. 61).

2 A CULTURA NO BRASIL: DA DÉCADA DE 1940 AOS DIAS ATUAIS

A década de 1940 no Brasil representa um momento fundamental na formação de uma identidade nacional, influenciado de maneira significativa pela administração de Getúlio Vargas e pelo autoritário Estado Novo (1937-1945). Durante esse tempo, o governo buscou estabelecer uma cultura nacionalista que refletisse seus princípios de centralização e fortalecimento do poder, já que, em meio a uma forte instabilidade política, social e econômica, a cultura foi utilizada como um instrumento para unir o país e promover uma visão coesa do Brasil. A concentração do poder estatal, juntamente com políticas autoritárias, restringiu expressões culturais independentes, mas ao mesmo tempo, impulsionou a institucionalização e promoção da cultura como um elemento essencial da identidade nacional.

O Estado Novo tinha como objetivo forjar uma identidade nacional que unisse as diversas regiões e povos do Brasil, utilizando a cultura como um dos principais meios para alcançar essa meta. Para isso, o governo de Vargas implementou uma série de políticas culturais que buscavam valorizar a produção artística e literária local, enquanto centralizavam e regulamentavam essas expressões, alinhando-as aos interesses do regime.

Uma das primeiras grandes iniciativas do governo Vargas na década de 1940 foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, uma entidade destinada a centralizar e controlar a produção e disseminação de informações em todo o país. O DIP tinha como propósito promover e solidificar a imagem de um Brasil unificado e robusto, por meio da produção de filmes, publicações, anúncios e outros meios de comunicação, exaltando as virtudes do nacionalismo e a imagem de um Brasil autêntico e coeso (Duarte, 2005).

A propaganda oficial do DIP tinha como foco a formação de uma cultura homogênea, na qual o regime buscava unificar todas as manifestações culturais dentro de um mesmo padrão. Nesse cenário, a cultura popular e as expressões tradicionais eram valorizadas, mas de forma controlada. O Estado definia o que seria considerado representativo da cultura nacional, criando um efeito de uniformização cultural que marginalizava outras expressões. "A diversidade cultural do Brasil, com sua variedade de etnias, idiomas e tradições, frequentemente era reduzida a uma versão idealizada, moldada pelas necessidades do regime" (Santos, 2001).

Entretanto, a tentativa de estabelecer uma cultura homogênea esbarrou nas realidades regionais e locais, que preservavam suas próprias manifestações culturais e resistiam a essa padronização. Ao promover uma visão idealizada de um povo mestiço e uniformizado, o governo Vargas frequentemente desconsiderava as particularidades culturais de diferentes

regiões do Brasil, como o nordeste, o sul e o norte, que possuíam tradições distintas que não eram refletidas nas políticas culturais do regime (Gohn, 2015).

A fundação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1946, após o término do Estado Novo, representou um dos significativos progressos nas políticas culturais. O INL tinha como objetivo promover a literatura brasileira e reconhecer a importância de escritores nacionais, com a intenção de reduzir a presença de autores estrangeiros no setor editorial. O governo de Vargas incentivou a criação de literatura que exaltasse as raízes culturais da nação e refletisse os princípios do nacionalismo, incluindo o regionalismo e a valorização da identidade nacional. “Entretanto, essa valorização possuía uma limitação ideológica: o INL buscava enfatizar escritores que estivessem em sintonia com o nacionalismo, enquanto obras que criticavam o regime eram frequentemente sujeitas à censura (Bosi, 2005).”

A obra de Monteiro Lobato e José Lins do Rego, que abordava temas sociais e políticas, recebeu apoio, mas muitas vezes estava imersa em uma perspectiva que silenciava os conflitos sociais e minimizava as críticas ao governo. “Apesar de ter contribuído para o avanço da literatura brasileira, o INL também se viu envolvido em um discurso cultural que restringia a liberdade artística e promovia uma visão do Brasil que atendia aos interesses do regime (Sá, 2012).”

A música brasileira igualmente foi um setor privilegiado pelo governo de Vargas, que reconhecia no samba, no choro e na música folclórica manifestações autênticas da essência do povo. O regime buscou consolidar esses gêneros como emblemas da identidade nacional, embora os adaptasse e controlasse em suas expressões. Carmen Miranda emergiu como um símbolo da música nacional, embora sua representação estivesse frequentemente mais associada à exotificação do Brasil no exterior do que à verdadeira realidade cultural do país.

A política cultural do regime de Vargas procurou uniformizar a música brasileira, mas os esforços de promoção enriqueceram a música popular, abrindo novas oportunidades. A instituição de festivais de música e o apoio a eventos de grande escala elevaram o samba e o choro a expressões culturais com destaque internacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a cultura brasileira foi divulgada como uma alternativa exótica e inovadora no cenário global (Oliveira, 2006).

As exposições de arte também tiveram um papel crucial na consolidação do nacionalismo cultural, à medida que o governo de Vargas incentivou o movimento modernista sob uma supervisão controlada, selecionando manifestações artísticas que estivessem de acordo com a ideologia oficial do regime. Artistas como Tarsila do Amaral, Cândido Portinari e Di Cavalcanti receberam apoio do regime, pretendendo projetar uma imagem do Brasil como uma

nação moderna, mas fiel às suas origens (Oliveira, 2006). Contudo, as exposições de arte enfrentaram dificuldades, pois a arte moderna nem sempre se alinhava à visão do regime, que favorecia uma arte que exaltasse o Brasil como uma nação unificada e idealizada.

Na década de 1950, um período repleto de grandes mudanças no Brasil, caracterizado pelo crescimento da industrialização e da urbanização, o governo de Juscelino Kubitschek, que atuou de 1956 a 1961, enxergou uma oportunidade para modernizar o país, englobando também a cultura, com o lema “cinquenta anos em cinco”. A industrialização e as grandes obras de infraestrutura geraram repercussões nas políticas culturais, que procuraram se alinhar às tendências modernas e internacionais. No entanto, esse processo enfrentou desafios significativos, particularmente no que diz respeito à participação do público nas escolhas culturais e na valorização das expressões culturais regionais.

A principal dificuldade estava em equilibrar os interesses da modernidade com as demandas culturais internas, como a valorização das expressões populares e regionais, muitas vezes vistas como obsoletas para o modelo de nação moderna almejado. O nacionalismo cultural, que foi central na década de 1940, cedeu lugar a uma política que buscava mais a internacionalização da cultura brasileira e a construção de uma imagem de um país moderno e inovador.

O grande marco cultural dos anos 1950 foi a fundação de instituições culturais que tinham como meta organizar e promover a política cultural no Brasil. A criação da FUNARTE, em 1965, ilustra a crescente necessidade do Estado de administrar a cultura de maneira mais eficaz e abrangente, visando assegurar a presença da arte brasileira no cenário internacional, ao passo que descentralizava a produção cultural em diversas regiões do país (Pereira, 2010). Entretanto, a tensão entre a centralização e a descentralização da produção cultural persistia, com as manifestações mais regionais e populares ainda à margem das políticas públicas.

Durante os anos 1950, a música brasileira passou por uma transformação significativa com a emergência da Bossa Nova. Artistas como Tom Jobim e João Gilberto mudaram o panorama musical brasileiro, criando um som único e inovador que destacou o Brasil no cenário internacional. "A Bossa Nova recebeu apoio do governo de Kubitschek como uma maneira de promover a modernização cultural, mas sua aceitação no Brasil não foi unânime, uma vez que muitos críticos a viam como elitista e desconectada das raízes populares da música brasileira, considerando-a uma forma de exotismo que ignorava a realidade social e cultural das classes mais humildes (Leal, 2010)."

É fundamental destacar que a ligação da Bossa Nova com a modernização e o desenvolvimento econômico promovido por Juscelino Kubitschek foi uma forma de

apropriação simbólica de uma expressão artística que, em muitos aspectos, contrapôs-se às dificuldades sociais enfrentadas pelas classes populares do Brasil. A década de 1950 também foi caracterizada pela crescente marginalização das expressões populares. Embora houvesse estímulo ao folclore e à música popular, essas movimentações continuavam a ser tratadas como secundárias em relação a iniciativas culturais mais “sofisticadas,” que se alinhavam ao modelo de modernidade promovido pelo governo Kubitschek.

As culturas regionais eram frequentemente ignoradas ou deixadas de lado, enquanto as políticas culturais estavam amplamente sob controle estatal. Os movimentos culturais das regiões Nordeste e Norte do Brasil enfrentaram significativas dificuldades para se inserir no discurso cultural hegemônico, pois a arte popular e os ritmos tradicionais eram considerados arcaicos, representando um obstáculo para a preservação e valorização dessas expressões no contexto de modernização do país. “A incapacidade de descentralizar as políticas culturais impediu que as manifestações regionais recebessem o reconhecimento e o suporte apropriados das autoridades públicas (Santos, 2015).”

Os anos 1960 foram marcados por um dos episódios mais dramáticos da história política e cultural do Brasil: o golpe militar de 1964 e o estabelecimento de um regime autoritário que durou até 1985. Essa fase alterou profundamente não apenas a estrutura política e econômica do país, mas também as políticas culturais, que passaram a ser rigorosamente controladas nas manifestações artísticas. A cultura foi utilizada como uma ferramenta de doutrinação ideológica, enquanto a censura eliminava vozes dissidentes e promovia uma cultura oficial, uniforme e alinhada aos ideais do regime. Ao mesmo tempo, surgiram movimentos de resistência que desafiaram a repressão imposta.

O golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart, deu início a uma era de censura como forma de suprimir qualquer oposição. “O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, foi um marco desse controle, pois impôs severas restrições à liberdade de expressão e à produção cultural (Duarte, 2005).” A música, o cinema e o teatro foram severamente impactados. A música popular brasileira, que até então desfrutava de liberdade criativa, passou a ser vigiada. “Músicas de protesto, como as de Caetano Veloso e Gilberto Gil, foram alvo de censura, enquanto artistas como Chico Buarque sofreram perseguições ou foram forçados ao exílio. A censura afetava não apenas as letras, mas também a própria imagem dos artistas e suas mensagens (Melo, 2010).”

Outro mecanismo relevante de controle foi o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), que começou a criar e divulgar conteúdos em conformidade com os princípios do regime. O objetivo era estabelecer a imagem de um Brasil coeso, moderno e livre

de conflitos sociais. Essa tentativa de uniformização cultural também abrangia a música e o teatro. “Com a implantação do Programa de Ação Cultural (PAC), buscava-se financiar produções culturais que estivessem alinhadas aos interesses governamentais. Apesar do PAC ter incentivado algumas formas de expressão artística, ele se configurou como um meio de exclusão de quaisquer manifestações vistas como subversivas (Pereira, 2002; Duarte, 2005).”

A música popular brasileira sofreu um impacto significativo. Desde 1964, a censura se tornou severa e sistemática. Canções como “Caminhando e Cantando”, de Sérgio Ricardo, e “O Leãozinho”, de Caetano Veloso, foram banidas. Paralelamente, emergia uma resistência cultural. O movimento da Tropicália, liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, desafiava tanto a censura quanto as normas estéticas do período. Ao fundir elementos do rock internacional, psicodelia e arte vanguardista à música brasileira, a Tropicália se tornou um símbolo de oposição à ditadura. Mesmo com a repressão e o exílio de seus líderes, o movimento se consolidou como uma forma criativa de rebelião (Bosi, 2010).

Artistas como Zé Keti, Sérgio Ricardo e Elis Regina também transformaram suas canções em um meio de resistência, já que as letras, frequentemente sutis, continham críticas ao regime, contribuindo para uma musicalidade engajada que alimentava a oposição e preservava a memória coletiva. No cinema e no teatro, a censura também exerceu um impacto significativo. Obras como “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (1969) e “Vidas Secas” (1963) enfrentaram proibições e cortes. “Frente a essa situação, cineastas como Glauber Rocha desenvolveram uma linguagem cinematográfica crítica e inovadora, produzindo filmes que tratavam da opressão, da violência política e da desigualdade social (Silva, 2014).”

No cenário teatral, a autocensura e a repressão forçaram os artistas a encontrarem maneiras inovadoras de criticar. A produção oficial de teatro glorificava as conquistas do governo enquanto escondia as questões sociais. No entanto, uma resistência teatral começou a se manifestar com vigor, com peças que, mesmo que de maneira sutil, desafiavam o regime. Assim, surgiu um teatro de contestação que, mesmo diante das adversidades, teve um papel crucial na exposição das arbitrariedades da ditadura (Oliveira, 2016).

A década de 1970, finalmente, simbolizou o ápice do regime militar e a acentuação do controle sobre a cultura. A promessa de uma "abertura lenta e gradual" não impediu que a repressão continuasse a ser intensa, principalmente contra artistas e intelectuais. O clima de medo, perseguição e censura afetou profundamente a produção cultural brasileira, enquanto também estabeleceu uma tradição de resistência estética e política que persistiria nas décadas seguintes.

Apesar de todas as restrições, a Lei Rouanet e outras iniciativas da década de 1990 também trouxeram progressos significativos. A introdução de novos mecanismos de financiamento, como os fundos de cultura estaduais e municipais, ofereceu oportunidades para que artistas e produtores de diferentes partes do Brasil pudessem acessar recursos públicos e executar seus projetos. Essa lei incentivou a formação de uma nova geração de gestores e produtores culturais, que obtiveram maior autonomia para executar suas atividades, mesmo em áreas distantes dos grandes centros urbanos.

Conforme menciona Rubim (2007), "a institucionalização das políticas culturais e a introdução de novos modelos de financiamento, como a Lei Rouanet, foram avanços significativos para assegurar a diversidade cultural do Brasil, pois permitiram que manifestações artísticas antes marginalizadas ou invisibilizadas emergissem". A descentralização dos recursos, ainda que de maneira gradual, viabilizou a ampliação de iniciativas culturais em várias regiões, proporcionando visibilidade a artistas de localidades afastadas dos principais núcleos culturais.

Todavia, ainda existem críticas e as limitações do sistema de financiamento se tornam claras. Embora a Lei Rouanet tenha possibilitado a captação de recursos para um maior número de projetos, ela não conseguiu resolver as desigualdades regionais e sociais que continuam a afetar a produção cultural no país. Como ressalta Calabre (2009), "a verdadeira democratização do acesso à cultura requer um sistema de financiamento público mais sólido e políticas públicas que incluam não apenas o setor privado, mas também o Estado como ator central no incentivo à cultura".

É evidente que a década de 1990 representou um período de significativos progressos e desafios para as políticas culturais no Brasil. A implementação da Lei Rouanet e a ampliação dos métodos de financiamento marcaram a consolidação da cultura como um direito essencial, conforme estabelecido na Constituição de 1988. Entretanto, as críticas à concentração de recursos nas grandes metrópoles e à dependência da cultura como produto sinalizam que a descentralização e a democratização do acesso à cultura ainda são questões centrais que precisam ser abordadas.

De acordo com Bourdieu (1996) e Rubim (2007), "a cultura no Brasil deve ser vista não como um produto de consumo, mas como um direito fundamental que deve ser assegurado a todos, independente da localização geográfica ou da classe social". Embora a Lei Rouanet tenha promovido progressos, é indispensável reavaliar sua estrutura para assegurar que os recursos públicos destinados à cultura beneficiem equitativamente todas as regiões e manifestações culturais do país.

Na década de 2000, especialmente sob as administrações de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve uma renovação significativa nas políticas culturais, com ênfase na inclusão sociocultural e na valorização das expressões populares. Ao contrário de modelos anteriores, que focavam em grandes projetos e nos centros urbanos, as políticas começaram a priorizar a democratização do acesso à cultura, tornando a produção artística mais acessível às populações marginalizadas e às comunidades periféricas.

Nesse cenário, a criação de iniciativas como o Cultura Viva e a implementação dos Pontos de Cultura tornaram-se marcos de um novo paradigma cultural, onde a cultura passou a ser vista não apenas como forma de expressão, mas também como ferramenta de transformação social e cidadania. O lançamento do Programa Cultura Viva em 2004, sob a liderança do ministro da Cultura Gilberto Gil, representou um avanço significativo ao ampliar o conceito de cultura, incluindo expressões populares e periféricas.

Como enfatiza Santos (2012), "o programa não apenas incentivou a produção cultural, mas também ajudou as comunidades a desenvolver a habilidade de organizar e divulgar suas próprias manifestações culturais, reconhecendo-as como válidas e essenciais para o fortalecimento da identidade local". Essa descentralização reforçou a ideia de que todas as expressões culturais, independentemente de sua origem, são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e plural.

O Cultura Viva trouxe à tona práticas que antes eram deixadas de lado, incluindo as culturas afro-brasileiras, indígenas e as urbanas de periferia. Por meio do incentivo aos Pontos de Cultura, o programa ajudou a consolidar núcleos que atuam diretamente em comunidades, promovendo a criação, conservação e transmissão de conhecimentos, tanto tradicionais quanto contemporâneos. Como mencionado por Candido (1988), "a cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade coletiva de um povo", e sua valorização sinaliza um avanço significativo nas políticas públicas.

No entanto, o programa também enfrentou desafios, especialmente em relação à continuidade de suas iniciativas e à sustentabilidade dos resultados alcançados. De acordo com Rubim (2007), embora o Cultura Viva tenha sido um divisor de águas na política cultural do Brasil, "as dificuldades financeiras e a mudança de foco nas administrações posteriores impactaram a expansão do programa e a manutenção dos seus resultados, sendo imprescindível mais investimento e continuidade para que os Pontos de Cultura pudessem prosperar de forma eficaz e autossustentável".

Os Pontos de Cultura surgiram como uma inovação significativa, atuando como locais de produção, preservação e divulgação cultural em diversas comunidades do país. Com

suporte técnico e financeiro, essas iniciativas locais conseguiram se desenvolver, permitindo que populações periféricas e rurais tivessem acesso a produções culturais de qualidade. Segundo Santos (2012), "os Pontos de Cultura garantem que a produção cultural não se restrinja aos grandes centros urbanos, mas que seja distribuída de forma orgânica em todas as regiões do país".

Esses espaços funcionaram como impulsionadores de redes culturais locais, valorizando o saber popular e aumentando a visibilidade de grupos artísticos regionais. Entretanto, também expuseram problemas operacionais, incluindo burocracias excessivas que dificultaram o acesso de grupos mais vulneráveis ao apoio institucional. Em regiões isoladas, a carência de infraestrutura e a distância dos grandes centros tornaram ainda mais difícil a implementação de políticas culturais. Como alertam Schwarcz e Starling (2015), "mesmo com a tentativa de estabelecer um sistema de apoio descentralizado, muitos grupos culturais locais encontraram dificuldades em acessar plenamente os recursos, o que frequentemente resultou na estagnação de projetos e na falta de continuidade".

A abordagem dos governos Lula e Dilma destacou a cultura como um meio de transformação social. Com essa nova perspectiva, a cultura deixou de ser vista apenas como uma expressão artística e passou a ser reconhecida como um instrumento de inclusão e fortalecimento da cidadania. A valorização de expressões como o hip-hop, o funk, o teatro de rua, o samba e as festas tradicionais reforçou a identidade cultural e empoderou comunidades em suas buscas por reconhecimento e autonomia.

Essa perspectiva é também defendida por Bourdieu (1996), que declara: "A cultura representa, acima de tudo, uma forma de poder simbólico, e ao assegurar o acesso igualitário a ela, provocamos uma autêntica revolução nas estruturas sociais, onde todos têm a oportunidade de se expressar e ser ouvidos". Dessa maneira, o acesso à cultura não deve ser encarado como um luxo, mas como uma condição fundamental para assegurar igualdade e justiça social.

Portanto, apesar dos progressos inegáveis nas décadas de 1990 e 2000, os obstáculos ainda persistem. O aprimoramento e a continuidade das políticas culturais continuam a necessitar de um comprometimento político firme, investimento público consistente, e de uma gestão que reconheça a cultura como um direito, ao invés de um produto. A trajetória das políticas culturais no Brasil demonstra que, além das estruturas legais e institucionais, é crucial assegurar condições equitativas para que todas as expressões culturais possam emergir e ser escutadas.

Um progresso notável foi a incorporação de tecnologias inovadoras para impulsionar a economia criativa. Com o programa Ceará Conectado à Cultura, o governo tem

investido na digitalização de apresentações artísticas e na transmissão de grandes festivais, como os festejos juninos, para atingir audiências tanto nacionais quanto internacionais. Para Freitas, “preservar a tradição e projetá-la para o futuro é o desafio que qualquer política cultural contemporânea deve enfrentar” (Freitas, 2024).

Observa-se que as administrações do Ceará, desde Lúcio Alcântara até Elmano Freitas, demonstraram como as políticas culturais têm o potencial de serem transformadoras ao adotar e fomentar manifestações populares, como os festejos juninos, utilizando-as como ferramentas de identidade, inclusão e desenvolvimento. Contudo, cada gestão encontrou desafios estruturais e circunstanciais, que frequentemente restringiram a implementação de políticas mais amplas e inclusivas.

Como salientou Abreu, “os festejos, como o São João, não só preservam a memória; eles constituem espaços de resistência e afirmação cultural” (Abreu, 2012). Ao longo de sua história, o Ceará se estabeleceu como um exemplo de que a cultura é, em essência, um direito e uma riqueza a ser partilhada.

Em relação à política cultural no Brasil, houve transformações significativas desde a ascensão de Lula à presidência em 2003 até o governo Bolsonaro em 2022. Durante esse período, o tema foi abordado de maneira diversa, refletindo a variedade de prioridades ideológicas e econômicas dos governos mencionados. Essa trajetória evidencia a relevância das políticas culturais no fortalecimento da identidade nacional e seu papel como um terreno de disputa política.

Durante os mandatos anteriores de Lula (2003 a 2010), a cultura foi considerada um meio de inclusão social e promoção da cidadania. Sob a orientação de Gilberto Gil e Juca Ferreira, o Ministério da Cultura progrediu na democratização do acesso cultural, destacando o Programa Cultura Viva e o apoio aos Pontos de Cultura. Também foram introduzidos mecanismos como o Vale Cultura e houve um fortalecimento da Lei Rouanet.

Nesse período, a cultura passou a ser vista como um direito social e um elemento vital para o desenvolvimento econômico e humano. Conforme menciona Canclini (2009), “as políticas culturais que favorecem a inclusão social auxiliam na ampliação da voz das comunidades marginalizadas e na preservação da diversidade cultural”.

Nos governos de Dilma Rousseff (2011 a 2016), a continuidade da política cultural se manteve, mas enfrentou novos obstáculos devido a uma crise econômica e política crescente. O financiamento da Lei Rouanet começou a ser alvo de críticas devido à sua concentração de recursos em projetos amplamente divulgados. De acordo com Rubim (2010), “a política cultural

brasileira necessita de um equilíbrio entre o financiamento de grandes empreendimentos culturais e o apoio a expressões culturais de base comunitária e popular”.

A crise política de 2016, que resultou no impeachment de Dilma, provocou uma reviravolta nas políticas culturais sob Michel Temer. O Ministério da Cultura foi temporariamente extinto, o que motivou uma reação do setor artístico. Com Jair Bolsonaro (2018-2022), a cultura passou a ser abordada de forma mais contenciosa, visto que o ministério foi dissolvido e transformado em uma Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo.

As políticas culturais, especialmente a Lei Rouanet, sofreram cortes sob a justificativa de combater privilégios. Schwarz (2020, p. 235) observa que “as políticas culturais durante o governo Bolsonaro evidenciam uma tentativa de controle ideológico da produção cultural, fundamentada em uma perspectiva conservadora da cultura”.

A administração Bolsonaro teve um relacionamento conturbado com o meio artístico e intelectual. A escolha de gestores polêmicos, como Regina Duarte e Roberto Alvim, intensificou os conflitos. Gomes (2021) argumenta que “as políticas culturais do governo Bolsonaro têm sido caracterizadas pela negação da diversidade e pelo retrocesso em relação a conquistas históricas do setor cultural”.

A trajetória da política cultural no Brasil expõe tensões entre a cultura como meio de inclusão e como espaço de preservação de valores tradicionais. A Lei Rouanet continua sendo um exemplo de um mecanismo importante, porém desigual. Segundo Ortiz (2015), “o fomento cultural no Brasil precisa ser reformulado para garantir uma inclusão maior de artistas independentes e grupos minoritários”.

A constante falta de continuidade nas políticas culturais compromete sua consolidação. Silva (2013, p. 148) enfatiza que “uma política cultural eficaz deve ser inclusiva e respeitar a diversidade, promovendo tanto a preservação das raízes culturais quanto a inovação e a experimentação artística”.

É fundamental reavaliar a função do Estado como incentivador da cultura, uma vez que a intervenção governamental deve assegurar a pluralidade, a inclusão e a liberdade criativa. As ideias de Cláudia Leitão, uma gestora cultural e ex-secretária de Cultura do Ceará, se destacam como um exemplo, pois ela argumenta que a cultura deve ser vista como uma estratégia de desenvolvimento, e não apenas como uma forma de entretenimento. “A cultura não pode mais ser encarada como uma despesa desnecessária, mas sim como um investimento estratégico. Ela cria empregos, gera renda, eleva a autoestima e fortalece os laços comunitários” (Leitão, 2011). Sua atuação enfatizou a urgência de políticas públicas que combinem cultura,

economia e inovação, reconhecendo o valor produtivo dos conhecimentos tradicionais e das manifestações culturais populares, como as festas juninas.

2.1 A década de 1940 e o surgimento das manifestações culturais populares

Na década de 1940, o Brasil viveu um processo de transformações culturais que enfatizavam as manifestações culturais populares, com um impulso proveniente do Estado Novo de Getúlio Vargas. De acordo com Fischer (2006), o governo recorreu a estas manifestações para moldar uma identidade nacional, evidenciando o folclore e as tradições de cada região. A cultura popular foi considerada um espelho da essência nacional, conforme ressalta Cascudo (1954). Sevcenko (2003) nota que a nova classe média urbana se apropriou dessas expressões culturais, resultando, em algumas ocasiões, na sua folclorização. Andrade e Freyre (1933) defendiam a conservação do patrimônio imaterial e a análise das manifestações populares, enquanto Ribeiro (1957) percebia o folclore como uma forma de resistência cultural. A década de 1940 também se destacou com o surgimento de instituições como o Instituto Nacional de Folclore (1947).

Nos anos 1950, o Brasil experimentou um processo de urbanização e a ascensão das manifestações culturais populares, como o samba, baião e o teatro de arena, que ganharam maior reconhecimento. Freyre (1951) relacionou a valorização destas expressões à rica diversidade cultural do país. Beltrão (1959) comentou que elas emergiram como resposta ao elitismo cultural, sendo amplificadas pelos meios de comunicação de massa. O teatro popular obteve destaque, com Boal (1959) enfatizando sua função de conscientização social. A década de 1960 trouxe movimentos como a Tropicália e a MPB, que se tornaram formas de resistência contra o regime militar, como indicado por Candido (1975). Boal (1971) e Rocha também participaram ativamente desse período, promovendo um teatro e cinema de intervenção política.

Nos anos 1970, as manifestações culturais tornaram-se símbolos de resistência frente ao regime militar, com artistas como Chico Buarque e Gilberto Gil emitindo críticas ao autoritarismo. De acordo com Ortiz (1988), elas se entrelaçaram com as lutas políticas. A redemocratização da década de 1980 proporcionou maior visibilidade para movimentos como o rock nacional e o hip-hop. Gullar (1989) e Hollanda (1992) enfatizaram a importância das manifestações culturais como reflexo das transformações sociais e políticas. Nos anos 1990, houve uma nova valorização das culturas locais, evidenciada pelo movimento manguebeat em Pernambuco.

A década de 2000 foi caracterizada pela democratização do acesso à informação e pelo surgimento de novas manifestações culturais, como o funk carioca e o tecnobrega. Canclini (2008) destacou a combinação de influências locais e globais, enquanto Chauí (2006) enfatizou a importância das manifestações populares como patrimônio imaterial. Durante seu período como Ministro da Cultura (2003-2008), Gil incentivou a democratização cultural, trazendo à tona expressões artísticas que eram marginalizadas.

Na década de 2010, as redes sociais ampliaram a visibilidade das periferias, onde o funk e o rap surgiram como ferramentas de denúncia social. Conforme afirmam Souza (2017) e Hollanda (2018), aquele período foi caracterizado por uma diversidade de narrativas e pela liderança de grupos que historicamente foram marginalizados. Já no Brasil da década de 2020, as manifestações culturais populares se destacam, refletindo as mudanças políticas e sociais, além de reafirmar a relevância da cultura popular na formação das identidades brasileiras, de acordo com Vianna (1995).

A influência da industrialização e urbanização nas expressões culturais

A partir do século XIX, a industrialização e a urbanização iniciadas no Brasil provocaram profundas mudanças nas práticas culturais. A transição para um modelo econômico urbano e industrial impactou a identidade cultural, adequando as expressões culturais a novos paradigmas urbanos. Este processo teve início com Getúlio Vargas nos anos 1930, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960 com o crescimento das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (Mattos, 2001).

A urbanização desencadeou um fenômeno de segregação social, que se manifestou pela fragmentação de práticas culturais rurais, como o folclore e as festas populares, que passaram a ser reinterpretadas sob uma perspectiva urbana (Mattos, 2001). Canclini (2001) caracteriza esse fenômeno como uma hibridização cultural, onde culturas locais se misturaram com influências externas, dando origem a novas expressões culturais.

O avanço da indústria cultural nas décadas de 1960 e 1970 fez com que expressões culturais como a música popular brasileira (MPB) se tornassem mais acessíveis, alcançando um público mais amplo por meio dos meios de comunicação em massa (Faria, 2003). A televisão teve um papel significativo nesse contexto, com a Rede Globo consolidando-se como um dos maiores veículos de disseminação cultural. O carnaval, por sua vez, transformou-se em um evento turístico de grande magnitude, o que resultou na perda de algumas de suas características espontâneas e populares (DaMatta, 1997).

A pressão provocada pela urbanização trouxe também o risco de descaracterização de tradições culturais locais, como festas e danças folclóricas, em virtude de uma homogeneização cultural promovida pela indústria. Hobsbawm (2015) descreve como a modernização urbana e a globalização geraram novos padrões estéticos que enfraqueceram as manifestações tradicionais.

Frente a esse cenário, surgiram resistências culturais, com movimentos em diversas regiões do Brasil dedicados à preservação de tradições culturais, adaptando-as ao novo contexto urbano-industrial. Um exemplo seria o forró, que se adaptou à cidade, mantendo suas raízes rurais enquanto incorporava novas formas de expressão. Canclini (2001) ressalta a evolução dessas práticas culturais, que, mesmo que diferentes, preservaram sua essência.

A urbanização e a industrialização também propiciaram o aparecimento de novas expressões culturais urbanas, como o samba, o funk e o rap. Essas manifestações, que surgiram principalmente em periferias e em comunidades marginalizadas, tornaram-se parte da indústria cultural, porém ainda representam resistência e identidade (Mattos, 2001). A arte urbana, como grafite e hip hop, também surgiu como uma forma estética de protesto contra as desigualdades sociais geradas pela urbanização.

A globalização, que foi fomentada pela urbanização e industrialização, trouxe desafios para as culturas locais, resultando em uma mescla de elementos globais e locais. Canclini (2001) destaca que, apesar da homogeneização cultural, a globalização permitiu o surgimento de novas formas de expressão cultural, viabilizando a difusão de culturas brasileiras, tais como o samba e a MPB, no cenário internacional. Por outro lado, isso também provocou uma competição com padrões culturais globais, como a música pop, o que levou à substituição de algumas práticas culturais locais (Hobsbawm, 2015).

A valorização da cultura popular e o desenvolvimento de políticas culturais públicas

No Brasil, a valorização da cultura popular está vinculada à formação da identidade nacional e ao reconhecimento da diversidade cultural existente. Essa cultura popular, que abrange folclore, festividades tradicionais, danças, músicas e crenças, desempenha um papel crucial na construção de um Brasil plural, refletindo a resistência das classes populares frente ao discurso das elites. Esse movimento está profundamente relacionado às políticas culturais públicas, que têm como objetivo não apenas preservar, mas também promover essas expressões culturais.

Nascimento (2010) caracteriza a cultura popular brasileira como uma combinação de influências indígenas, africanas e europeias, refletindo a diversidade de tradições. Marginalizada pela cultura oficial a princípio, a cultura popular passou a ser reconhecida como uma forma de resistência das classes populares, que, segundo Silva (2009), "foi subestimada pela elite intelectual e cultural do país." A partir do início do século XX e com o advento do modernismo, essas manifestações culturais começaram a ser reavaliadas.

O movimento modernista, especialmente o marco da Semana de Arte Moderna de 1922, significou uma ruptura com os padrões estéticos europeus, buscando uma identidade nacional fundamentada nas raízes indígenas, africanas e populares. Mário de Andrade, em "Macunaíma" (1928), incorporou elementos da cultura popular, conforme anotado por Barbosa (2011), que aponta que "o modernismo, ao dar voz à cultura popular, abriu caminho para a construção de uma identidade nacional."

A formalização das políticas culturais públicas no Brasil teve início com Getúlio Vargas nos anos 1930, com o intuito de preservar a cultura popular diante das transformações trazidas pela industrialização. A fundação da Comissão Nacional de Folclore em 1938 foi um marco importante, como enfatiza Souza (2007), que afirmou: "essa comissão representou o primeiro esforço sistemático do governo federal para consolidar uma política pública voltada para a promoção e valorização do folclore."

Nos anos 40, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foram responsáveis por organizar e dar destaque às expressões culturais populares. Oliveira (2008) enfatiza que "a cultura popular passou a ser reconhecida como algo relevante, em vez de ser considerada exótica ou secundária, conquistando um espaço significativo no desenvolvimento da nação."

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil fortaleceu suas iniciativas culturais, criando várias instituições para promover a música popular, o teatro e a dança, e a criação do Ministério da Cultura em 1985 formalizou as políticas de cultura pública. Segundo Costa (2012), "a constituição do Ministério da Cultura representou uma das maiores vitórias para a cultura popular no Brasil."

A Lei Rouanet (1991) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC) (2010) foram marcos importantes, com a primeira permitindo o financiamento de projetos culturais, conforme aponta Santos (2013): "a Lei Rouanet viabilizou a realização de projetos por artistas de diversas áreas, incluindo aqueles ligados à cultura popular." O SNC, por sua vez, estabeleceu uma estrutura democrática e descentralizada para apoiar a cultura, como observa Fernandes (2015): "o SNC é uma abordagem de gestão cultural que envolve a União, os Estados e os Municípios."

O Brasil também incentivou festivais e centros culturais, como o Museu do Frevo em Recife, que contribuíram para a preservação e promoção da cultura popular. Contudo, as políticas culturais ainda enfrentam desafios, especialmente em relação à distribuição de recursos, como enfatiza Faria (2018), que aponta "a centralização da produção cultural na região do eixo Rio-São Paulo" como um problema persistente.

Por último, a interação entre a cultura popular e o mercado cultural é também motivo de discussão. Almeida (2016) alerta que "a apropriação do mercado da cultura popular pode resultar na banalização de suas expressões, comprometendo sua autenticidade e sua função de resistência."

Transformações culturais após 1940: O efeito das mudanças sociais e políticas

O período que se segue a 1940 foi fundamental para as transformações culturais no Brasil, afetado por evoluções sociais, políticas e econômicas. A industrialização, a urbanização e o cenário de guerras e ditaduras tiveram um impacto profundo nas manifestações culturais, que passaram a espelhar os desafios e tensões deste momento histórico.

Após a culminação da Segunda Guerra Mundial e a redemocratização do Brasil em 1946, a cultura se tornou mais crítica e engajada, visto que o Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, ao centralizar a cultura, promoveu uma "cultura oficial", restringindo, ao mesmo tempo, a diversidade cultural. Ortiz (1988) observa que o Estado Novo exaltou símbolos nacionais enquanto limitava a liberdade de expressão. A fundação do SPHAN em 1937 foi um marco significativo na preservação de expressões culturais populares, como o folclore (Candido, 2000).

A urbanização observada nas décadas de 1950 e 1960 deu origem a uma cultura citadina, marcada pelo surgimento de expressões como a música popular urbana e o Cinema Novo. Gohn (2010) enfatiza que esse processo urbanizador gerou um conflito entre o que é tradicional e o que é moderno. Novas manifestações culturais emergiram, como o Tropicalismo, que, sob a liderança de Caetano Veloso e Gilberto Gil, desafiava as ideias de modernização.

O golpe militar de 1964 trouxe consigo um período de repressão e censura, mas também despertou uma resistência cultural através de movimentos como a Música Popular Brasileira (MPB) e o Teatro de Arena. Calado (2004) observa que a arte tornou-se um instrumento de denúncia, frequentemente utilizando metáforas para criticar o regime. O Cinema Novo, impulsionado por Glauber Rocha, buscou expor as desigualdades sociais e políticas, conforme Rocha (1981) destacou, ilustrando a "estética da fome" como um manifesto político.

Com a redemocratização que se iniciou em 1985, o Brasil vivenciou uma nova etapa de diversidade cultural. A Constituição de 1988 assegurou a liberdade de expressão e reconheceu as culturas afro-brasileiras e indígenas. Canclini (1995) sugere que a globalização alterou, mas não extinguiu, as identidades culturais locais, dando origem a novas formas de hibridismo.

Essas transformações culturais que ocorreram após 1940 evidenciam o efeito das mudanças políticas e sociais, nas quais a arte não apenas refletiu a realidade, mas também teve a capacidade de questioná-la e promovê-la, como apontam Candido (2000) e Rocha (1981).

2.2 A Modernização Cultural e o Movimento de Resistência

A evolução cultural no Brasil, a partir dos anos 1960, esteve associada ao progresso das mídias de massa e à indústria cultural, resultando em uma “uniformização de gostos”, conforme mencionado por Ortiz (1994), pois a televisão e o rádio desempenharam um papel crucial na disseminação de conteúdos culturais padronizados, frequentemente ignorando as expressões regionais. Entretanto, movimentos artísticos como a Tropicália, sob a liderança de Caetano Veloso e Gilberto Gil, proporcionaram uma resistência, contestando as normas estéticas e a censura imposta pelo regime militar (Calado, 1997), adicionalmente, o teatro de resistência, representado por grupos como o Teatro Oficina e o Teatro Arena, incentivou uma reflexão política crítica (Guinsburg, 2003). A música de protesto, com artistas como Chico Buarque, Elis Regina e Geraldo Vandré, também desempenhou um papel vital no enfrentamento da opressão e da censura (Napolitano, 2001). Apesar do regime militar ter exercido controle rigoroso sobre a narrativa cultural através da censura, circuitos alternativos de produção cultural emergiram, pois a redemocratização no Brasil, com iniciativas como a Lei Rouanet, fortaleceu a diversidade cultural, englobando as culturas afro-brasileira e indígena e reafirmando a multiplicidade de vozes (Hall, 1997).

A Ditadura Militar e os Anos de Censura: Limitação da Cultura Popular

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), o regime implementou uma repressão severa às manifestações culturais, utilizando a censura como principal meio de controle. Fausto (1999) descreve que a censura tinha como objetivo “a manutenção da ordem e a eliminação de qualquer forma de resistência”. A música popular brasileira, particularmente a

partir da década de 1960, foi alvo dessa repressão, com artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil utilizando metáforas para escapar da censura (Calado, 1997). O teatro de resistência também teve um papel fundamental, com peças como “O Rei da Vela”, de Oswald de Andrade, questionando a realidade política (Guinsburg, 2003). A literatura e o cinema igualmente sofreram com forte censura, com autores como Ferreira Gullar e cineastas como Glauber Rocha produzindo obras que desafiavam o regime (Xavier, 2005). O regime promoveu uma visão homogênea sobre a identidade nacional, excluindo conteúdos subversivos dos currículos escolares (Silva, 2010). A partir da década de 1980, a censura foi sendo gradualmente abolida, e políticas públicas como a Lei Rouanet e o Pronac impulsionaram a diversidade cultural e a recuperação das produções censuradas, encorajando novas modalidades de expressão artística (Amaral, 2008; Ortiz, 1994; Guinsburg, 2003).

O Renascimento Cultural após os Anos 1980: Valorização das Tradições e da Diversidade Cultural

O período que se seguiu a 1980 no Brasil representou um renascimento cultural, com uma maior apreciação das tradições e da diversidade cultural, especialmente após o fim do regime militar. Ortiz (1994) afirma que a redemocratização possibilitou o surgimento de expressões culturais que haviam sido reprimidas. A cultura popular começou a ser revitalizada, com destaque para formas como o Bumba Meu Boi, o Maracatu e as Festas Juninas, conforme enfatizado por Amaral (2008), que indicou as políticas públicas de descentralização como um fator importante para o resgate dessas tradições.

Eventos como o Festival de Parintins e o Festival de Inverno de Garanhuns ilustram essa valorização cultural, promovendo uma interação entre o contemporâneo e o tradicional, de acordo com Napolitano (2001). A implementação da Lei Rouanet (1991) foi fundamental pois possibilitou a participação da sociedade civil no financiamento de atividades culturais (Calado, 1997), além dos programas Cultura Viva e Pontos de Cultura, que ampliaram o acesso à arte e fortaleceram as identidades locais (Guinsburg, 2003).

A música, o teatro e o cinema tiveram papéis cruciais nesse processo de renovação, com artistas como Chico Buarque e Caetano Veloso e movimentos como o Manguebeat (Calado, 1997). O Cinema da Retomada também reconquistou a relevância do audiovisual brasileiro, abordando questões sociais e étnicas (Xavier, 2005). No entanto, o processo enfrentou dificuldades, como a concentração de recursos em grandes centros urbanos, como assinalou Silva (2010), o que restringiu o impacto cultural nas regiões periféricas. Apesar dessas dificuldades, progressos como o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Política Nacional de

Cultura Viva (2014) fortaleceram a diversidade cultural, conforme destaca Amaral (2008), ressaltando a importância do respeito às diferenças e do diálogo entre tradições e modernidade.

A política cultural no Brasil: A função do Estado na valorização da cultura

A política cultural no Brasil passou de uma perspectiva elitista para uma abordagem mais democrática e inclusiva, com o Estado assumindo um papel mais proativo na valorização das expressões culturais. A princípio, a cultura era vista como um reflexo das elites; no entanto, a chegada da família real e o estabelecimento de instituições culturais em 1808 deram início a um movimento que visava promover uma identidade cultural brasileira (FREIRE, 1996). A partir da década de 1930, com a fundação do IPHAN, o Estado começou a salvaguardar o patrimônio cultural, representando um avanço na proteção do patrimônio material e imaterial (Tinhorão, 1999). A Constituição de 1988 fortaleceu a democratização cultural ao reconhecer a cultura como um direito acessível a todos (Hollanda, 2003).

Iniciativas como a Lei Rouanet, lançada em 1991, que possibilitou o financiamento de projetos culturais através de incentivos fiscais, foram essenciais, no entanto, Ortiz observa em 2010 que essa lei tende a beneficiar grandes produções, deixando as culturas periféricas em segundo plano. A Fundação Nacional de Artes (Funarte) também teve um papel significativo, mas Meira aponta em 2009 que ainda existem obstáculos em relação à descentralização das ações culturais. A introdução de legislações, como a Lei do Tombamento, criada em 1937, e a formação de entidades como a Secretaria da Cultura e o Ministério da Cultura foram vitais para regulamentar e promover a cultura nacional, de acordo com Abreu em 2007 e Hollanda em 2003.

Ações governamentais como o PRONAC e a Política Nacional de Cultura Viva ampliaram a visibilidade e o suporte a projetos culturais, embora Martins, em 2005, mencione que ainda persistem dificuldades de inclusão, particularmente para comunidades periféricas e indígenas. A invenção de espaços culturais, como os Pontos de Cultura, tem incentivado as culturas regionais, porém Meira adverte em 2009 que essas expressões ainda sofrem marginalização no mercado que favorece uma cultura uniforme.

O efeito das políticas públicas nas manifestações culturais brasileiras

O efeito das políticas públicas sobre as manifestações culturais no Brasil é um assunto intrincado que demanda a análise das iniciativas estatais visando reconhecer, valorizar

e fortalecer as expressões culturais do país. Historicamente, as políticas culturais brasileiras foram moldadas por uma perspectiva focada nas manifestações europeias, relegando as culturas populares, como as afro-brasileiras e as indígenas, a um segundo plano, como apontado por Tinhorão em 1999. A Constituição de 1988 marcou uma transformação significativa, colocando a cultura como um direito fundamental e promovendo a diversidade cultural. Apesar de seu potencial, a Lei Rouanet de 1991 acabou privilegiando a indústria cultural em detrimento das culturas populares, conforme destacado por Hollanda em 2003.

As políticas públicas, principalmente a partir dos anos 90 com a criação do Ministério da Cultura (MINC), propuseram avanços, mas ainda existe uma dicotomia entre a preservação do patrimônio erudito e a valorização das culturas populares, conforme Martins em 2005. O samba, por exemplo, foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial, mas desafios ainda persistem para garantir a sustentabilidade de manifestações como o samba de comunidade, de acordo com Meira em 2009 e Vianna em 2008. A predominância de uma cultura de mercado, frequentemente relacionada ao apoio privado, tem dificultado o suporte efetivo a manifestações de grupos periféricos, ressalta Ortiz em 2010.

A descentralização das políticas culturais, com o aumento do envolvimento de governos locais e estaduais, é vista como uma solução para ampliar o alcance das políticas públicas às culturas periféricas, segundo Meira em 2009. Embora leis como a de Cultura Viva, de 2003, tenham sido um avanço, enfrentam entraves como a escassez de recursos e a burocracia, conforme Hollanda em 2003. A mídia desempenha igualmente um papel crucial na promoção da cultura popular, mas ao comercializar manifestações como o carnaval, pode diminuir sua complexidade e autenticidade, como observam Martins em 2005 e Ortiz em 2010.

Por outro lado, a web e as plataformas sociais têm permitido uma disseminação mais democrática das culturas populares, mesmo que, conforme argumenta HOLLANDA (2003), ainda estejam influenciadas pelas dinâmicas do mercado. As políticas de cultura pública no Brasil têm progredido, mas permanecem enfrentando obstáculos relacionados à descentralização, ao suporte às culturas marginalizadas e à preservação da autenticidade das expressões culturais diante das imposições do mercado.

2.3 A implementação de instituições e legislações que apoiam a cultura e a diversidade

A afirmação de uma nação democrática vai além das garantias formais; demanda o reconhecimento da pluralidade cultural e a valorização da diversidade identitária. No Brasil,

um país caracterizado por significativa diversidade e desigualdade histórica, a implementação de normativas e instituições dedicadas à cultura e à diversidade tem se mostrado crucial para assegurar direitos culturais e ultrapassar exclusões.

Desde a redemocratização, o Brasil tem avançado na elaboração de políticas públicas culturais. A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) instaurou o Pronac, oferecendo incentivos fiscais para a cultura, o que favoreceu um maior engajamento do setor privado, embora haja críticas sobre a concentração de recursos na região Sudeste e a barreira de acesso para artistas independentes.

Em resposta à pandemia, foram instauradas medidas emergenciais, como a Lei Aldir Blanc (2020), que destinou recursos a estados e municípios para prestar apoio a trabalhadores e espaços culturais. A Lei Paulo Gustavo (2022) continuou essa assistência, com atenção especial ao setor audiovisual e à diversidade, prestando homenagens a artistas notáveis. Ambas indicam que a cultura é vital para a saúde emocional, a integração social e a dignidade humana.

O fortalecimento da atuação institucional se concretizou com o Ministério da Cultura (MinC), que é responsável por políticas federais, além de instituições como a FUNARTE, que se dedica às artes, e o IBRAM, que gerencia os museus como lugares de memória e educação. Também é importante mencionar a Fundação Cultural Palmares (1988), que se foca na valorização da cultura afro-brasileira, promovendo a certificação de quilombos e a proteção do patrimônio imaterial afrodescendente. Essa atuação se alinha ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), reforçando o combate ao racismo e à marginalização cultural.

Essas conquistas são resultados da luta de movimentos sociais de comunidades indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, ribeirinhas e periféricas, que reivindicaram políticas contrárias à lógica monocultural predominante. Essas legislações simbolizam batalhas por reconhecimento e redistribuição.

Sendo assim podemos verificar que a cultura é um motor de desenvolvimento. O conceito de economia criativa evidencia que esse setor é responsável pela geração de empregos, renda e inovação. Portanto, investir em cultura é também fomentar a cidadania e o desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas periféricas.

Podemos afirmar que a elaboração de legislações e a criação de instituições culturais é essencial para um projeto de nação inclusiva e diversa, principalmente frente a discursos excludentes e ao apagamento de memórias. É crucial reafirmar a relevância de

políticas públicas culturais voltadas para a dignidade humana, a liberdade de expressão e a pluralidade da cultura brasileira.

A influência da mídia na formação e disseminação da cultura popular

A mídia desempenha um papel central na formação e na distribuição da cultura popular, afetando comportamentos, identidades e valores. No Brasil, essa influência é histórica e aprofundada, especialmente em expressões como o samba, o carnaval, o funk e outras manifestações regionais. De acordo com Meira (2009), “a mídia foi crucial para que o samba se consolidasse como um dos maiores ícones da cultura popular brasileira, apesar das tentativas de marginalizar essas manifestações durante a modernidade”.

Mais do que apenas veicular conteúdos, a mídia gera representações e negocia entre culturas hegemônicas e subalternas. Contudo, esse processo de mediação frequentemente abrange apropriações e modificações. Ortiz (2010) aponta que “a mídia, ao retratar as culturas populares, não as reproduz com exatidão; ela as adapta a uma lógica de consumo, fazendo com que essas manifestações frequentemente percam suas características originais”. Ardisson (1998) enfatiza que “a conversão de uma prática cultural local em um espetáculo de massa resulta, invariavelmente, em um processo de diluição de sua identidade”.

A televisão teve um papel vital ao promover gêneros musicais e festividades. O carnaval, por exemplo, foi transformado em um espetáculo televisivo, que, conforme Vianna (2008), “torna-se um produto de consumo, muitas vezes desvinculado de suas origens populares e de seu caráter coletivo”. Também segundo Vianna (2008), “a mídia tem sido a principal responsável por transformar o samba, o frevo, o forró e outras manifestações em bens culturais de massa, que alcançam uma abrangência nacional e até internacional”.

Com a globalização, a indústria cultural começou a uniformizar e simplificar a cultura para facilitar o consumo, criando estereótipos. Ortiz (2010) observa que, a partir da década de 1990, a mídia adotou uma abordagem voltada ao consumo em larga escala. Hollanda (2003) adverte que “a apropriação da cultura popular pela mídia e pela indústria cultural não representa necessariamente um processo de reconhecimento e valorização, mas pode ser um mecanismo de consumo e comercialização que distorce e empobrece a verdadeira essência da cultura popular”.

A mídia também desempenhou um papel fundamental na formação de uma identidade nacional idealizada. Martins (2005) observa que “a mídia tem sido a principal responsável pela construção de uma percepção sobre o Brasil que, em muitos aspectos, é mais

imaginária do que real”. Vianna (2008) acrescenta que “a mídia fomenta uma visão estereotipada da cultura popular, onde elementos de massa, como o futebol e o carnaval, são exaltados, enquanto outras expressões, como o funk ou o forró, enfrentam preconceitos e estigmas”.

Recentemente, a internet e as redes sociais transformaram esse processo, apresentando novas oportunidades para a visibilidade e legitimação da cultura popular. Hollanda (2003) afirma que “a internet causou uma revolução na maneira como a cultura popular é disseminada, permitindo que artistas e grupos culturais atinjam novos públicos e desenvolvam novas formas de expressão”. Entretanto, Martins (2005) observa que “a internet, apesar de ter democratizado o acesso à cultura, também trouxe novas formas de comercialização e superficialização das manifestações culturais, pois os algoritmos e as plataformas de streaming orientam as preferências do público, frequentemente privilegiando o que é mais lucrativo em detrimento do que é mais autêntico”.

2.4 A Cultura Popular e as Festas Juninas: Trajetória e Identidade

As festas juninas são expressões significativas da cultura popular brasileira, com origens em tradições religiosas e práticas sociais que, especialmente na região Nordeste, desempenham um papel identitário. Cascudo (1984) caracteriza a cultura popular como um conjunto de práticas e crenças transmitidas através das gerações, onde as festas juninas se destacam como espaços de preservação, sociabilidade e resiliência cultural. Originadas das celebrações católicas europeias, essas festividades foram adaptadas à realidade brasileira, incorporando elementos como o forró, o baião e as quadrilhas.

De acordo com Abreu (2010), “a festa junina vai além de uma celebração religiosa, constituindo um espetáculo cultural que agrega valores comunitários e artísticos”, refletindo uma expressão viva da identidade cultural moldada pela memória coletiva e pela prática social. No Brasil, e especialmente no Ceará, as quadrilhas juninas adquiriram o status de patrimônio imaterial, evidenciando o sincretismo entre fé, dança e artesanato.

A evolução das festas juninas revela um processo de resignificação. DaMatta (1986) salienta seu caráter ritualístico, enfatizando que essas festas reafirmam os laços sociais e as identidades coletivas. As quadrilhas, embora inspiradas em danças europeias, incorporaram elementos característicos do sertão, como o casamento matuto e a vestimenta típica.

Além de seu valor simbólico, essas celebrações são de grande relevância econômica e social. Segundo Maranhão (2017), elas impulsionam a economia local, criam empregos temporários e valorizam o artesanato, envolvendo diferentes setores da comunidade. Elas também manifestam uma ligação simbólica entre o ser humano e a natureza: Lody (1998) nota que símbolos como milho, canjica e pamonha estão associados à colheita e à comemoração da abundância.

Santos (2015) destaca que, mesmo com a globalização e as transformações sociais, as festas juninas continuam a ser importantes devido à sua habilidade de adaptação, incluindo eventos e apresentações contemporâneas sem perder sua essência educativa, transmitindo desde a infância tradições e valores culturais. Hall (2006) complementa que culturas populares se transformam para permanecer relevantes, e as festas juninas em áreas urbanas exemplificam isso ao manter sua essência frente à crescente urbanização.

A conexão entre cultura popular e políticas públicas é igualmente crucial, pois o artigo 215 da Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao acesso aos bens culturais e impõe responsabilidades ao Estado para protegê-los. Projetos como editais de fomento e festivais financiados pelo governo ilustram essa promoção, enquanto Souza (2019) alerta que a falta de políticas culturais pode resultar na perda dessas tradições.

As festas juninas transcendem o aspecto folclórico: atuam como ferramentas de afirmação identitária, resistência cultural e fortalecimento do sentimento de pertencimento, preservando a memória coletiva e a riqueza cultural do Brasil. A pesquisa e o apoio contínuo a estas festividades são fundamentais para assegurar que elas continuem a ser um legado cultural vibrante e significativo.

A cultura popular brasileira é uma expressão essencial da identidade nacional, resultante historicamente da fusão de tradições indígenas, africanas e europeias. Ela serve como um elo entre o povo e sua história, refletindo a diversidade regional e os valores coletivos por meio de manifestações espontâneas como música, dança, festas, gastronomia, religiosidade e literatura oral.

De acordo com Holanda (2006), essa cultura híbrida, originada da mistura de diferentes influências, frequentemente foi marginalizada pelas elites. Apesar disso, ela simboliza uma luta por reconhecimento e por uma identidade social. Candido (2004) afirma que o povo reimaginou e reinterpretou as tradições legadas, adaptando-as à sua condição social e política.

As celebrações populares, como o carnaval e as festas juninas, são manifestações de resistência e alegria. A música popular brasileira (MPB), enraizada na tradição oral,

desempenha também um papel central, transformando o cotidiano em poesia e promovendo a união social. Vianna (2006) enfatiza que a MPB espelha a diversidade cultural e a complexidade social do país.

Dançar como o frevo, maracatu, xaxado e capoeira também representa resistência e identidade. Originária das senzalas, a capoeira simboliza a luta dos afrodescendentes por sua liberdade. A literatura de cordel e as tradições folclóricas brasileiras completam essa visão. Os escritores de cordel ilustram o dia a dia, os mitos e as esperanças do povo, enquanto o folclore, com personagens como Saci, Curupira e Iara, mantém viva a memória coletiva.

Na área educacional, a inclusão dessas narrativas no currículo contribui para a valorização da cultura local. Coelho (2012) ressalta que a literatura popular expande a percepção dos alunos e fortalece a cidadania. Embora, ao longo da história, a cultura popular tenha sido relegada a segundo plano, Camargos (2010) argumenta que seu reconhecimento constitui um ato de resistência contra o desprezo das classes elitistas.

A cultura popular desempenha um papel fundamental na construção da identidade nacional, ao reunir diferentes fragmentos da sociedade brasileira, promovendo um sentimento de pertencimento. Apesar dos obstáculos impostos pela globalização, a cultura popular consegue resistir e se renovar. Ortiz (2005) observa que ela se ajusta às novas realidades, mantendo sua essência.

Recentemente, a cultura popular ganhou mais destaque, com o reconhecimento de heranças imateriais, como o samba e o frevo. As festividades populares continuam a ser símbolos de identidade e resistência. Dessa forma, a cultura popular permanece como uma ponte entre o povo e suas narrativas, servindo como fonte de resiliência, reinvenção e manifestação das profundezas da sociedade brasileira.

Cultura Popular: O seu papel na sociedade brasileira

No desenvolvimento desta pesquisa pretendia-se estudar, trabalhar, explorar e vivenciar conceitos essenciais para os agentes sociais que promovem a cultura, como Cultura Popular, Política Cultural, Economia Criativa, Economia da Cultura, Patrimônio Cultural Imaterial e Inclusão Social.

Ribeiro (1995) define cultura como “o conjunto de manifestações materiais e simbólicas criadas por uma sociedade para se adaptar ao meio e atender às necessidades coletivas.” Este conceito abrange aspectos tecnológicos, econômicos, crenças, valores e manifestações artísticas. A cultura popular, portanto, refere-se a qualquer expressão artística

cultural que exista dentro de uma comunidade, sendo transmitida através das gerações e merecendo valorização e preservação, pois impacta o modo de viver e se relacionar de um povo, tal como acontece com o movimento junino e as quadrilhas.

De acordo com Abreu (2003), o conceito de cultura popular é polissêmico: “[...] cultura popular é algo que emerge do povo, sendo difícil de definir. Em seu sentido mais comum, pode ser utilizado de formas quantitativas, tanto em interpretações positivas – ‘Pavarotti foi um sucesso popular’ – quanto negativas – ‘o funk é popular demais’.” (ABREU, 2003, p.01)

Neste contexto, a cultura popular levanta discussões sobre suas definições e significados, sendo valorizada por uns e desmerecida por outros. Para alguns, é sinônimo de folclore, representando uma identidade coletiva baseada nas tradições locais. Com a ascensão da cultura de massa e dos meios de comunicação, surgem debates acerca do que de fato pode ser considerado popular.

Essa conversa abrange o intercâmbio entre a preservação e a mudança, onde práticas locais interagem com influências globais. Essa ambivalência enriquece a definição de cultura popular, mostrando um campo em constante disputa teórica e política.

Freyre (2003) destaca que “a formação cultural brasileira é resultado de um intenso processo de miscigenação”, combinando elementos africanos, indígenas e europeus. Esta miscigenação é tanto étnica quanto cultural, refletindo-se na música, na culinária e em festividades.

Nunes (2005) afirma que “a cultura popular é uma forma de resistência cultural, um espaço de afirmação da identidade e preservação de tradições, mesmo diante da globalização.” Desta maneira, é um espaço de afirmação e resistência, incorporando elementos contemporâneos.

Abreu (2010) aponta que a “cultura popular é um domínio extenso que inclui desde tradições orais até formas artísticas contemporâneas”, sendo algo dinâmico que reflete as experiências dos grupos sociais ao longo do tempo. Ela transmite conhecimentos e práticas através das gerações, moldando a identidade coletiva.

Canclini (1989) enfatiza que isso “não deve resultar em uma hierarquia, mas sim em um aspecto complementar”, visto que grupos tradicionais se relacionam com a modernidade, como nas quadrilhas juninas, que preservam tradições do passado enquanto se modernizam.

Napolitano (2012) declara: “A cultura popular é uma construção social que manifesta as contradições, as lutas e as conquistas do povo.” Ela reflete experiências coletivas,

sendo essencial para a compreensão da história e da identidade nacional. Suas expressões criam um senso de pertencimento e continuidade, além de servirem como formas de resistência.

Na visão de Burke (1989), ele já havia tratado a cultura como um conjunto de significados, atitudes e valores comuns, além das formas simbólicas nas quais se manifestam, ainda assim, o conceito precisa de uma nova análise:

Atualmente, seguindo o exemplo de antropólogos, historiadores e outros utilizam o termo “cultura” de forma mais abrangente, referindo-se a quase tudo que pode ser aprendido em uma sociedade específica — como comer, beber, andar, falar, silenciar, entre outros. Em termos simples, a história da cultura agora abrange também a história das ações ou ideias que sustentam a vida cotidiana. (BURKE, 1989, p. 18)

Esse pressuposto sugere uma ampliação do conceito, reconhecendo que tudo pode ser considerado cultural, com seu valor e respeito no contexto em que está inserido, mas é essencial ter atenção redobrada ao que define cultura popular, já que nem tudo se enquadra nesse termo, exigindo uma análise cuidadosa para entender o conceito de cultura popular.

Para Laraia (1986), a cultura é um conjunto de práticas, crenças, valores e significados que um grupo social compartilha e transmite ao longo do tempo, sendo moldada e moldando as interações e experiências de seus membros. A autora evidencia que a cultura não é homogênea, mas uma rede complexa de elementos interligados que definem e afetam a vida social, ressaltando sua natureza dinâmica ao afirmar que tanto molda quanto é moldada por interações e vivências. Esta perspectiva destaca a fluidez e adaptabilidade da cultura, que está em constante evolução conforme mudam os contextos sociais e históricos.

Por essa via, Thompson (2005) alerta que o termo cultura, com sua referência confortante a um consenso, pode desviar nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fissuras e oposições que existem dentro desse conjunto.

De acordo com Santos (2006), “as cidades costumam reunir, simultaneamente, uma cultura de massa e uma cultura popular, que se influenciam e se opõem, se complementam e se contradizem em um eterno jogo dialético.” Assim, observa-se uma interconexão entre essas expressões culturais em ambientes urbanos, onde a cultura popular está baseada nas tradições locais e a cultura de massa é orientada para o consumo em grande escala.

Política Cultural: A Importância do São João na Manutenção das Tradições

As celebrações juninas têm um papel fundamental na cultura popular brasileira, especialmente na região Nordeste, onde são fundamentais para a identidade local, sendo a

política cultural indispensável para salvaguardar essas expressões diante da globalização e mudanças sociais. Canclini (1995) afirma que a cultura popular é fluida e necessita de políticas públicas que a defendam da desfiguração.

Durante as festas de São João, é crucial valorizar as contribuições de quadrilheiros, artesãos e músicos. Freyre (2006) salienta que essas festividades servem como espaços de resistência cultural, reafirmando a identidade dos cidadãos. Apoios como editais públicos e iniciativas voltadas à preservação do patrimônio imaterial são essenciais para assegurar sua continuidade.

A economia criativa também se destaca, uma vez que as festas juninas promovem geração de renda e novas oportunidades. Bourdieu (1996) menciona que o capital simbólico da cultura popular deve ser reconhecido como um elemento chave para o progresso econômico e social. A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) ilustra como políticas públicas podem sustentar a continuidade cultural em tempos desafiadores.

Outro ponto relevante é a educação patrimonial, que é vital para passar adiante os valores das festividades juninas às novas gerações. Laraia (2006) enfatiza que a cultura deve ser constantemente ensinada e recontextualizada, sendo imprescindível sua inclusão nos currículos escolares.

A preservação do saber tradicional, incluindo a produção artesanal e as danças típicas, necessita do reconhecimento dos agentes culturais, conforme destacado por Brandão (2007). A formação e o incentivo aos mestres da cultura são essenciais para garantir a continuidade dessas práticas.

É necessário entender que o São João representa uma festa inclusiva, acessível a diversos grupos sociais, promovendo diversidade e unidade comunitária. Martins (2011) ressalta que a cultura fortalece os vínculos sociais e fomenta identidades coletivas, sendo vital assegurar que a festa mantenha seu caráter sociocultural e educativo, evitando sua restrição à mercantilização.

Portanto, a preservação das tradições juninas está atrelada a políticas públicas eficazes, ao reconhecimento cultural e à implementação de práticas sustentáveis, garantindo que as festividades de São João continuem a incentivar o crescimento econômico e a reforçar a identidade cultural.

A Influência das Quadrilhas Juninas na Geração de Renda - Economia Criativa

A economia criativa tem ganhado destaque em escala global, incentivando a valorização das culturas locais e criando novas oportunidades de geração de renda. No Brasil, as quadrilhas juninas exemplificam como a cultura pode fomentar a economia, engajando várias áreas produtivas e proporcionando emprego. Bourdieu (1996) ressalta a importância do capital simbólico na dinamização do mercado cultural e na formação de identidades coletivas, com as quadrilhas exercendo uma função vital nesse contexto.

Conforme aponta Guilherme (2018):

Sendo um conceito em constante evolução, a economia criativa tem sido alvo de reflexões acadêmicas que evidenciam a dificuldade de se estabelecer uma definição única e global, uma vez que as diversidades históricas, políticas e culturais dos diferentes países configuram variáveis essenciais para criar definições que atendam a diversas realidades.

Nestes termos, a economia criativa, impulsionada pelos atores das celebrações juninas, promove o crescimento econômico de toda uma sociedade, valorizando as tradições e os métodos de produção, além de causar um aumento significativo na força de trabalho do meio junino, gerando mais empregos e renda para várias regiões.

De acordo com Valiati (2022):

A cultura assume um papel fundamental no desenvolvimento econômico de uma sociedade, pois reflete sua forma de pensar, seus valores éticos e seus hábitos de consumo. As crenças, tradições e costumes de um grupo influenciam as preferências dos indivíduos que o compõem e, assim, afetam seu comportamento econômico.

O autor enfatiza que a cultura é essencial no desenvolvimento econômico, destacando que não apenas reflete os comportamentos econômicos, mas também atua como um fator decisivo que molda as preferências e ações econômicas dos indivíduos de um grupo social.

A cadeia produtiva das quadrilhas envolve uma variedade de setores, incluindo têxtil, música e alimentação. Conforme Sant'Anna (2014), a moda é um componente significativo da economia criativa, sendo que os trajes tradicionais das quadrilhas movimentam costureiros, estilistas e vendedores de tecidos. A música, especialmente o forró, contribui notavelmente para a economia local, com Nóbrega (2016) afirmando que a música regional fortalece a identidade e estimula o mercado fonográfico.

Consideremos que as quadrilhas favorecem eventos e o turismo, como mostram os dados do Ministério do Turismo (2022), que revelam um aumento no fluxo de turistas em cidades do Nordeste durante os festivais. Segundo Ferreira (2018), eventos culturais geram empregos temporários e fomentam pequenos negócios.

A capacitação e a profissionalização dos participantes das quadrilhas são igualmente cruciais, conforme indicado por Barbosa (2015), pois possibilitam a elaboração de

apresentações mais refinadas e competitivas. O suporte do governo, através de iniciativas como a Lei Rouanet e a Lei Aldir Blanc, tem sido fundamental para a manutenção desses eventos, possibilitando o financiamento necessário para o desenvolvimento da economia criativa. Souza (2020) enfatiza que o financiamento público deve ser considerado um investimento no patrimônio imaterial e no fortalecimento da cultura econômica.

A inclusão social representa outro ponto significativo das quadrilhas, criando oportunidades para que jovens de diferentes classes sociais desenvolvam competências artísticas e organizacionais. Silva (2017) salienta que a cultura possui o potencial de transformar e abrir portas para a mobilidade social.

É importante lembrar que as quadrilhas juninas desempenham um papel fundamental na economia criativa, gerando renda, promovendo a inclusão social, e impulsionando setores como moda, música e turismo. Seu impacto vai além do caráter festivo, firmando-se como uma manifestação cultural importante para o progresso econômico e social do Brasil. O fortalecimento dessas expressões, por meio de políticas públicas e iniciativas privadas, é indispensável para assegurar sua continuidade e expansão.

O São João como Motor de Desenvolvimento Regional – Economia da Cultura

A cultura exerce uma função vital no crescimento econômico, especialmente quando relacionada às práticas culturais locais. No Brasil, as celebrações juninas, em especial o São João no Nordeste, atuam como um motor significativo para a economia cultural, movimentando setores como turismo, gastronomia, artesanato e entretenimento, além de gerar empregos e renda.

Rubim (2017) aponta que a cultura não é apenas um aspecto subjetivo da identidade, mas um componente central nas dinâmicas econômicas, pois ativa diversos setores e estimula o desenvolvimento territorial. As festividades juninas impactam diretamente o turismo, atraindo visitantes que promovem a ocupação hoteleira, transporte, alimentação e o comércio local, como observado por Reis (2014). Cidades como Campina Grande (PB) e Caruaru (PE) notam um aumento no fluxo turístico, o que injeta um capital significativo na economia local.

Eventos culturais como o São João geram demanda por profissionais na indústria cultural, como músicos, coreógrafos e figurinistas, fortalecendo o setor criativo (Abreu, 2019). Esses eventos ainda favorecem o desenvolvimento sustentável, incentivando o consumo de produtos locais, como alimentos derivados do milho, beneficiando pequenos produtores e agricultores familiares (Silva, 2021).

O São João também influencia o setor da moda, gerando renda para costureiras, designers e microempreendedores na criação de trajes e adereços tradicionais, de acordo com Nóbrega (2020). As festividades transcendem o mero entretenimento, situando-se dentro de uma lógica produtiva mais abrangente.

Políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento do São João. De acordo com Fonseca (2018), aportes em infraestrutura, incentivos fiscais e editais culturais têm profissionalizado os eventos, tornando-os mais bem organizados e economicamente atrativos. Cidades que implementam políticas culturais eficazes conseguem transformar as festas juninas em produtos turísticos, resultando em um aumento de investimentos.

Entretanto, como alerta Souza (2022), existe o risco de uma mercantilização excessiva dos eventos, o que pode corroer suas raízes culturais e convertê-los em mercadorias, desconectadas das tradições populares. O desafio reside em encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação da identidade cultural.

Dessa forma, o São João ilustra como a economia cultural pode catalisar o desenvolvimento regional, facilitando a integração de turismo, gastronomia, artesanato e entretenimento. A adoção de políticas públicas e o fortalecimento das cadeias produtivas locais são vitais para assegurar a continuidade dos efeitos positivos, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável nas áreas onde essa tradição é celebrada.

O patrimônio cultural imaterial engloba manifestações culturais que refletem as memórias e valores de um determinado grupo social, sendo indispensável para a identidade de diversas comunidades, especialmente no Brasil. A festividade de São João, com suas ricas tradições e rituais, é um exemplo claro desse patrimônio, principalmente na região Nordeste. Esta festa representa não apenas um marco religioso, mas também uma importante expressão cultural que enriquece a memória coletiva. Como afirma Queirós (2008), a preservação do patrimônio imaterial requer uma contínua reinvenção das práticas culturais, reconhecendo que são dinâmicas e adaptáveis.

Oliveira (2012) ressalta que:

A preservação de um bem considerado cultural através de um conjunto de normas jurídicas nem sempre foi uma realidade. Nos primórdios da história, o ser humano buscava proteger seu patrimônio cultural ao destruir o dos outros e impor o seu. Com o tempo, as sociedades começaram a refinar essa proteção, incentivando a produção e a tutela dentro de seus territórios, apesar de frequentemente imporem sua cultura a outros por motivos expansionistas, até que se chegou à criação de ordenamentos jurídicos nacionais, que contemplam a proteção do bem cultural e a assinatura de tratados internacionais pertinentes.

Diante disso, é possível deduzir que esse patrimônio deve ser observado, estudado e compreendido em sua totalidade, visando proporcionar uma maior valorização para as gerações futuras, pois diante das grandes transformações, ele se encontra em constante risco. Portanto, será considerada toda a sua importância e, no contexto jurídico, constitui um bem que possui valor nas relações jurídicas no campo cultural.

Conforme Silva (2004), o bem cultural é entendido como:

Bem, seja material ou não, significativo como obra e testemunho da herança artística e/ou histórica, ou como expressão da dinâmica cultural de um povo ou região [...]. Podem ser considerados bens culturais edificações arquitetônicas, ou artísticas, ou literárias, ou musicais, áreas urbanas, locais arqueológicos, expressões folclóricas, entre outros.

Se tudo que faz parte da tradição é um bem cultural, pode ser visto como patrimônio cultural e imaterial, que deve ser respeitado, valorizado e preservado para as próximas gerações, uma vez que esses elementos foram criados pelos seres humanos, de acordo com os valores que estes transmitem, permanecendo assim enraizados na comunidade onde vivem e na sociedade em que se inserem. O São João, com suas celebrações como quadrilhas, fogueiras e canções, representa uma parte fundamental desse legado.

De acordo com Oliveira (2015), essa festividade vai além de sua origem religiosa e simboliza a identidade cultural rural brasileira. Lacerda (2016) ressalta que o São João mantém viva a lembrança de um Brasil rural, conservando as tradições. Entretanto, a globalização e as mudanças sociais contemporâneas colocam em risco a autenticidade dessas expressões. Soares (2010) aponta que a conservação do patrimônio imaterial, como o São João, deve ir além da mera preservação física, reavivando os valores culturais e o papel social dessas práticas.

A preservação do São João é resultado da ação conjunta de agentes culturais, como dançarinos e artesãos, que têm um papel vital na continuidade dessas tradições. Rodrigues (2017) argumenta que a conservação do patrimônio cultural imaterial é também um processo de renovação, onde as tradições permanecem vivas. No Brasil, a legislação tem progredido nesse aspecto, como demonstrado pela Lei nº 11.904, de 2009, que estabeleceu o Sistema Nacional de Cultura e incentivou a preservação do patrimônio imaterial. A implementação de políticas públicas e iniciativas de promoção à pesquisa cultural são essenciais para assegurar a proteção dessas tradições, como o São João, que segue sendo um bem cultural dinâmico e renovável.

Inclusão Social: As Festas Juninas como Espaço de Diversidade e Pertencimento

As festas juninas, que são eventos culturais tradicionais no Brasil, desempenham um papel relevante na inclusão social, promovendo um ambiente de diversidade e pertencimento para vários grupos. Esses festejos, que incluem danças como a quadrilha, alimentos típicos e fogueiras, refletem a riqueza cultural do país e criam uma plataforma para a formação e valorização da identidade cultural. As festas juninas têm o intuito de combater discriminações de raça, gênero e cor, promovendo uma abordagem inclusiva, respeitosa e desconstruindo estereótipos.

Conforme mencionado por Bartalotti (2004, p. 166), a "inclusão social é um conceito amplo, que envolve múltiplas determinações, sempre considerando a interação entre intersubjetividades e indivíduos que compartilham uma situação específica." Nesse cenário, é essencial analisar os recursos e os métodos que a política pública que apoia as festividades e as quadrilhas juninas oferece para promover uma inclusão eficaz dentro do movimento junino.

De acordo com Fujihira (2006):

A inclusão social é um movimento que exige a igualdade de direitos e oportunidades para todos os indivíduos. Embora o Brasil tenha adaptado sua legislação e fiscalização para atender a essas demandas, surgem várias questões sobre a inclusão, que é percebida como participação social.

Observamos que a maneira de reivindicar apresentada pelo autor é evidente em uma sociedade democrática contemporânea, onde todos aqueles dispostos a lutar por essa inclusão têm uma voz. É reconhecido que a busca por inclusão é um processo que se perpetua no Brasil, assim como a luta por dignidade. Nesse sentido, contamos com legislações específicas que abordam essas questões, pois tanto a inclusão quanto temas relacionados ao preconceito e discriminação são abordados por normas em nosso ordenamento jurídico, como a lei 7716/89, que define crimes motivados por preconceitos de raça ou cor, e a lei 13146/2015, que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Ortiz (2007) enfatiza que as festividades populares, como as festas juninas, criam espaços de visibilidade para grupos marginalizados, rompendo camadas sociais. Cardoso (2011) acrescenta que essas festividades são rituais de passagem, permitindo a troca cultural e criando um senso de união entre as pessoas.

As festas juninas também oferecem uma plataforma para a visibilidade de grupos afro-brasileiros e indígenas, que têm a oportunidade de expressar suas tradições através de sua música e dança. Freyre (2003) nota que esses eventos favorecem a convivência entre distintas etnias e classes sociais, sendo cruciais para o desenvolvimento da identidade nacional. Mara

(2015) argumenta que as festas juninas em escolas e nas comunidades são vitais para fomentar a inclusão social, permitindo que diversas culturas sejam expressas.

Em um ambiente escolar, as festas juninas auxiliam na criação de uma cultura educacional inclusiva, promovendo a integração entre alunos de diferentes origens e fortalecendo os laços com a história local. Barbosa (2006) salienta que eventos desse tipo enriquecem a experiência da educação inclusiva, ao trazer à tona o patrimônio cultural da comunidade. Portanto, as festas juninas firmam-se como espaços de intercâmbio cultural, onde a convivência pacífica e a valorização das diferenças são indispensáveis para o fortalecimento das relações comunitárias e sociais.

Festas juninas: O som, o ritmo e a identidade de um povo.

As festas juninas, com seus ritmos e danças encantadoras, constituem um dos significativos ícones da cultura popular brasileira, representando a identidade nacional por meio de sua música, principalmente através do forró, a quadrilha e outros ritmos tradicionais. Andrade (1942) considera que a música popular é uma expressão da "alma" do povo, crucial para a compreensão da identidade nacional, com o forró servindo como um componente vital nesse processo. Freyre (1933) enxerga as festas como uma síntese da diversidade cultural brasileira, refletindo a mescla das influências indígena, africana e europeia. Os trabalhos de Vianna (1995) e Marcondes (2002) sublinham as festas juninas como formas de resistência cultural, nas quais as danças e ritmos tradicionais afirmam a identidade diante da globalização e de transformações sociais.

De acordo com Destro (2002), as danças nas festas juninas funcionam como um meio de transmissão de memória, permitindo a conexão entre diferentes gerações através da língua do corpo. A quadrilha, sendo uma dança em pares, simboliza a união e o sentimento de pertencimento a uma comunidade, vale destacar que essa performance coletiva cria um “corpo coletivo”, onde os movimentos sincronizados entre os participantes reforçam a identidade de um povo e comunicam os valores comunitários.

Nesse contexto, Simas (2011) complementa as reflexões acerca do corpo e da performance nas festividades populares. Ele percebe as festas juninas, particularmente a quadrilha, como um “corpo coletivo” que reafirma a identidade cultural brasileira. Segundo Simas, a dança, no âmbito das festas juninas, vai além de um mero entretenimento, transformando-se em uma prática ritualizada e uma forma de organização social. Ele argumenta que a quadrilha exemplifica como os ritmos populares podem atuar como uma “metáfora da

vida coletiva”, onde, embora os participantes sigam uma coreografia pré-estabelecida, ainda há espaço para a expressão individual dentro dessa estrutura social.

Arruda (2007) investiga o forró, reconhecido como um símbolo da resistência da cultura nordestina, que se mantém presente nas festas juninas como um aspecto de organização cultural e social, mesmo com a urbanização. As perspectivas conjuntas de Andrade, Freyre, Vianna, Marcondes, Destro, Simas e Arruda demonstram que as festas juninas transcendem meras comemorações, refletindo a complexidade cultural do Brasil, a resistência à modernidade e a construção de uma identidade coletiva. O som, o ritmo e a dança funcionam como instrumentos de afirmação cultural, conservação da memória e fortalecimento das conexões sociais.

A Transformação das Festas Juninas: De Evento Local a Celebração Nacional - Foco nas Festividades no Nordeste, com Ênfase no Ceará

As festas juninas, que têm suas raízes na Europa, especialmente em Portugal, são expressões culturais que, ao longo dos anos, se moldaram, adquirindo particularidades brasileiras, especialmente no Nordeste. Contudo, no Ceará, essas festividades se tornaram um emblema da religiosidade popular e da cultura nordestina, com uma forte relação com a música, a dança e as tradições folclóricas.

Inicialmente ligadas à comemoração de santos populares como São João, Santo Antônio e São Pedro, as festas juninas eram celebradas na Europa como rituais religiosos que homenageavam o solstício de verão e expressavam gratidão pelas colheitas. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, essas festividades foram adaptadas, misturando elementos indígenas e africanos, resultando em uma celebração claramente brasileira.

No Nordeste, as festas juninas se firmaram rapidamente dentro das comunidades, principalmente nas zonas rurais, onde emergiram como uma forte expressão cultural. De acordo com Reis (2002), a festividade foi assimilada pela população local e começou a simbolizar a identidade nordestina, entrelaçando-se com a religiosidade e a cultura popular. A música, as danças e a culinária tornaram-se ícones de resistência cultural.

Os ritmos do forró, do xote e do baião sobressaíram como componentes musicais essenciais nas festividades, proporcionando uma atmosfera singular que atrai visitantes de todas as partes do Brasil. Cabral (2003) ressalta que as festas juninas nordestinas representam uma reafirmação da cultura local frente à urbanização crescente e influências externas, e tornaram-

se um evento popular que transcende a religiosidade, incorporando elementos como a quadrilha, a fogueira e as comidas típicas.

Na década de 1940, com o processo de urbanização e aumento da mobilidade, as festas juninas deixaram os pequenos vilarejos para serem celebradas em grandes cidades, como Recife, Fortaleza e São Luís. DaMatta (2001) aponta que essa mudança reflete um movimento de democratização das expressões culturais, com adaptações para diferentes classes sociais, enquanto conserva a essência de celebração comunitária e o vínculo com a memória cultural local.

No Ceará, as festas juninas vão além da religiosidade, representando um fenômeno de construção e afirmação da identidade cultural regional. O estado se destaca como um polo cultural dinâmico, onde a festa junina se tornou um evento nacional com um forte apelo turístico, econômico e social. As celebrações cearenses começaram de forma modesta nas áreas rurais, mas, com o tempo, ao integrar influências portuguesas, indígenas e africanas, se tornaram um símbolo de resistência e festividade.

Conforme Cascudo (1967), as festas populares no Nordeste possuem um caráter de resistência cultural. No Ceará, as festas juninas superaram a devoção religiosa e passaram a incluir danças, músicas e gastronomia da região como elementos identitários. A quadrilha, que é uma dança de origem francesa, foi adaptada ao Nordeste e se tornou uma das principais atrações das festas juninas no Ceará, com coreografias típicas como o "balanceio", o "arrastapé" e o "pulo do sapo" (Lúcio, 2005).

Na década de 1970, Fortaleza se destacou ao realizar festivais grandiosos de São João, que se tornaram símbolos da cultura do Ceará. Ribeiro (2011) observa que a cidade foi pioneira na criação de eventos de grande escala, como a "Festa de São João de Sobral" e o "Arraiaí do Sertão", que não só atraíam turistas como também fomentavam o turismo cultural na região.

Durante as décadas de 1980 e 1990, as festividades juninas do Ceará começaram a obter reconhecimento em todo o Brasil, com Fortaleza se firmando como um dos principais centros de celebrações de São João. Lima (2015) enfatiza que o Ceará conseguiu transformar suas festas juninas em uma grande celebração nacional, preservando suas tradições ao mesmo tempo que ampliava sua relevância cultural e turística, além de seu valor cultural, as festas juninas cearenses se estabeleceram como uma base econômica local, criando oportunidades de negócios e promovendo a gastronomia típica nordestina. Araújo (2013) aponta que, apesar da mercantilização das festas juninas no Ceará, essas continuaram a manter suas raízes culturais, equilibrando a preservação das tradições com o apelo comercial.

Num cenário globalizado, as festas juninas do Ceará permanecem como um símbolo de resistência cultural e identidade local. Cândido (2001) aponta que essas festas têm um papel essencial na conservação das culturas locais, oferecendo um espaço para a celebração da história, da música e dos ritmos regionais. O Ceará se estabeleceu como um ícone na manutenção e evolução dessa manifestação cultural, demonstrando como um evento local pode se transformar em uma grande comemoração nacional, celebrando assim a identidade e a resistência cultural.

A relevância das festas juninas no Ceará e suas especificidades

As festas juninas no Ceará são um símbolo da cultura popular nordestina, representando tradição, convivência e expressão artística, com impactos que vão além do mero evento, promovendo transformações culturais e significativas oportunidades econômicas. Nos últimos 20 anos, festivais como o “São João de Fortaleza”, a “Festa de São João de Maracanaú” e o “Ceará Junino” se expandiram, tornando-se plataformas para a valorização cultural e impulsionamento da economia local e do turismo.

As festas juninas, que têm raízes religiosas em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, evoluíram para expressões culturais populares que incorporam quadrilhas, forró, culinária e vestuário tradicionais. Lima (2014) destaca que, no Ceará, as festas juninas refletem a diversidade da sociedade cearense, misturando múltiplos elementos culturais: “As festas juninas no Ceará transcendem a religiosidade, refletindo a combinação de vários elementos culturais...” (LIMA, 2014, p. 79).

Desde o início dos anos 2000, essas festividades evoluíram para se tornarem eventos de grande escala, como o "São João de Fortaleza", que deixou de ser uma festa meramente local para se transformar em uma atração turística. Costa (2019) aponta que, com a valorização das tradições locais, o São João de Fortaleza passou a ser uma grande celebração popular: "O São João de Fortaleza é a materialização das festas juninas em um evento de grande porte" (COSTA, 2019). O "Ceará Junino" também tem se destacado como uma vitrine das manifestações culturais do Ceará, promovendo a integração entre as regiões e a diversidade cultural do estado (BEZERRA, 2021).

É fundamental compreender que, além de seu impacto cultural, as festas juninas no Ceará desempenham um papel relevante na economia. Fernandes (2016) enfatiza que essas celebrações movimentam setores como gastronomia, turismo e comércio local, gerando empregos temporários e beneficiando uma extensa rede de fornecedores: "As festas juninas no

Ceará não são apenas uma celebração cultural, mas também um motor da economia local" (FERNANDES, 2016).

Quanto às quadrilhas juninas, elas se transformaram para incluir temas de inclusão social e diversidade cultural, refletindo questões sociais, como a luta pelos direitos das mulheres e a visibilidade das pessoas LGBTQIA+ (LIMA, 2017). As quadrilhas inclusivas, por exemplo, integram diferentes segmentos da população, tornando as celebrações mais acessíveis e representativas.

As festas juninas também se consolidaram como um atrativo turístico significativo. O evento São João de Fortaleza, por exemplo, tem atraído visitantes de diversas regiões e do exterior, beneficiando a rede hoteleira e impulsionando o setor de serviços. Santana (2019) afirma que o turismo no Ceará se beneficia da internacionalização das festas juninas, que atraem pessoas não apenas pela cultura, mas pela chance de experimentar uma das expressões mais autênticas da cultura nordestina: "As festas juninas atraem turistas não apenas pela música, dança e culinária, mas pela vivência da cultura nordestina" (SANTANA, 2019).

De qualquer forma, é importante destacar que as festas juninas no Ceará se tornaram não apenas grandes celebrações culturais, mas também um motor econômico e um espaço de transformação social. A crescente inclusão e valorização das expressões culturais cearenses, como o "Ceará Junino", contribuem para fortalecer a identidade local e gerar novas oportunidades econômicas e turísticas, assegurando um futuro promissor para essas festividades.

Panorama Jurídico das Políticas Culturais no Brasil: Uma Análise da Legislação e sua Evolução (1940 - Atualidade)

A evolução das políticas culturais no Brasil demonstra um caminho repleto de conflitos semânticos, centralizações estatais e uma progressiva abertura para a diversidade cultural. Desde a década de 1940, o país vem estabelecendo um conjunto jurídico destinado a proteger, promover e valorizar a cultura como um bem comum e um direito essencial, embora tenha ocorrido tanto avanços quanto retrocessos, dependendo do clima político e social.

As primeiras décadas do século XX foram decisivas para a formação do que é conhecido como política cultural no Brasil. Em 1937, foi instituído o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), influenciado fortemente pelo projeto nacionalista de Getúlio Vargas, com o intuito de preservar monumentos e construções de relevância histórica. Essa ideia se firmou legalmente com o Decreto-Lei nº 25/1937 e mais tarde com o Decreto-Lei nº 1.045/1946, que reafirma a obrigação do Estado em proteger bens culturais,

dizendo no Artigo 1º que “as obras de arte, monumentos e outros bens culturais são de interesse nacional e o Estado deve protegê-los contra a destruição e o descaso”.

Nesse contexto, o Código Penal de 1940 também ajudou ao classificar como crime o dano a bens culturais, fortalecendo a proteção legal ao patrimônio. Contudo, conforme observam Carlos A. Freitas (2016) e Rodrigo O. Cavalcante (2014), esse modelo jurídico tendia a ser centralizador e elitista, priorizando a valorização de um “patrimônio oficial” com influências europeias e monumentais, em detrimento das manifestações culturais populares e afro-brasileiras. Freitas argumenta que “o modelo jurídico priorizou a proteção de bens de grande porte e que eram representativos da elite”, enquanto Cavalcante complementa dizendo que “o Estado ainda não reconhecia a diversidade cultural como parte essencial da identidade nacional”.

Nos anos 1950 e 1960, impulsionado pelo crescimento econômico sob a liderança de Juscelino Kubitschek, surgiram algumas iniciativas culturais focadas na educação e na modernização, como a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Entretanto, a instalação da ditadura civil-militar (1964–1985) trouxe um uso das políticas culturais como instrumentos de controle ideológico. A cultura foi subordinada aos interesses do regime, que implementou censura, vigilância e repressão contra manifestações culturais dissidentes.

Embora o Estado tenha financiado produções artísticas e eventos culturais, isso acontecia sob um rígido controle autoritário. As expressões culturais populares e periféricas eram marginalizadas, e o conceito de patrimônio ainda estava pautado em critérios eurocêntricos e formais.

Após a redemocratização, as políticas culturais passaram por uma nova configuração. A Constituição Federal de 1988 se destaca como um marco ao afirmar a cultura como um direito social e um dever do Estado (Art. 215 e 216). O patrimônio cultural passou a ser definido como a coleção de bens, tanto materiais quanto imateriais, que refletem a identidade, a memória e a diversidade dos variados grupos que compõem a sociedade brasileira.

Neste novo contexto, aparecem legislações e iniciativas voltadas para a democratização cultural, como a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), que estabelece mecanismos de apoio à produção cultural por meio de incentivos fiscais; a Lei nº 9.637/1998, que valida o patrimônio imaterial (conhecimentos, celebrações, tradições orais) como parte integrante do patrimônio cultural do país, além da intensificação do trabalho do IPHAN, que começa a reconhecer e registrar festividades populares, maneiras de fazer e outras manifestações da cultura viva.

Apesar dos progressos, há críticas sobre a concentração de recursos da Lei Rouanet em grandes centros urbanos e em projetos elitistas, resultando em desigualdade regional e restrito acesso da cultura periférica e indígena aos mecanismos de apoio.

Nas últimas décadas, o Brasil tem se empenhado em estabelecer a cultura como uma ferramenta de inclusão social e valorização da diversidade. Um dos marcos significativos foi a criação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), que reconhece e financia os chamados Pontos de Cultura, lugares comunitários que operam de maneira autônoma na promoção da arte e da cultura local.

Adicionalmente, a Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto dos Museus, avança ao estabelecer diretrizes para a gestão democrática e participativa desses espaços, enfatizando a importância do acesso da população à memória e à produção simbólica.

Recentemente, em resposta à pandemia de COVID-19, foi sancionada a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), que destinou recursos emergenciais ao setor cultural, reconhecendo a vulnerabilidade dos trabalhadores da cultura e a relevância da arte para o bem-estar coletivo.

Esse ciclo atual representa a tentativa de superar o passado excludente, ao valorizar a cultura popular, negra, indígena e LGBTQIA+ como expressões legítimas da identidade nacional.

A evolução das políticas culturais no Brasil é marcada por conquistas legais significativas, mas também por tensões constantes entre centralização e pluralismo, entre monumento e memória viva. Desde a Constituição de 1988, consolida-se uma perspectiva mais inclusiva e democrática da cultura, mas os desafios continuam: desigualdade de acesso, concentração de recursos e resistência à diversidade. A cultura, portanto, não é apenas um campo simbólico, mas um espaço de contestação por reconhecimento, cidadania e justiça social.

As leis e incentivos à valorização das festas tradicionais e as festas juninas

As festas tradicionais no Brasil, como as festas juninas, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do país, refletindo uma rica mescla de influências indígenas, africanas e europeias. A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, assegura o acesso à cultura e define o patrimônio cultural como bens materiais e imateriais que representam a identidade e a memória de diferentes grupos sociais, tornando a proteção dessas festas uma responsabilidade do Estado.

A Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) funciona como um importante mecanismo de financiamento cultural que tem ajudado na promoção de manifestações culturais regionais,

como as festas juninas, facilitando a captação de recursos para ações que celebram a cultura popular e a memória coletiva (Rubim, 2014), adicionalmente, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551/2000, visa identificar e promover expressões culturais como as festas tradicionais, promovendo políticas que garantam sua continuidade (Freire, 2013).

A valorização das festas juninas assume uma relevância especial no Nordeste do Brasil, onde estados como Ceará, Pernambuco e Bahia têm estabelecido legislações a nível estadual e municipal para apoiar essas celebrações. Em Fortaleza, por exemplo, a Lei Municipal nº 10.258/2015 reconhece as quadrilhas juninas como patrimônio cultural imaterial da cidade, oferecendo suporte financeiro e estrutural (Abreu & Monteiro, 2017). No entanto, como ressaltado por Gonçalves (2020), persistem desafios, como a desigualdade na alocação de recursos culturais, que compromete a sustentabilidade das festas em regiões periféricas e rurais.

A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), criada em resposta à pandemia de COVID-19, também evidenciou a fragilidade dos setores culturais e enfatizou a necessidade de políticas públicas permanentes que promovam a valorização das tradições culturais (Silva e Rocha, 2021). Ademais, a educação tem uma função essencial na promoção das festas tradicionais, como indica Arroyo (2013), ao integrar manifestações culturais nos currículos escolares, o que contribui para a continuidade das tradições e para a promoção da cidadania e diversidade cultural.

É evidente que o sistema legal brasileiro dispõe de importantes ferramentas para a valorização das festas tradicionais, mas ainda é necessário avançar na democratização do acesso aos recursos culturais e na criação de políticas públicas integradas que promovam o desenvolvimento social, econômico e identitário dessas práticas culturais.

A Valorização das Festas Juninas no Brasil e no Ceará: Políticas e Apoios Culturais

As festas juninas constituem uma das manifestações culturais mais importantes do Brasil, refletindo sua diversidade, religiosidade e tradições populares. O artigo 215 da Constituição Federal de 1988 garante o direito ao acesso e à valorização das manifestações culturais (BRASIL, 1988), servindo como base para políticas públicas e legislações específicas de incentivo, como a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), que possibilita o financiamento de eventos culturais, incluindo as celebrações juninas. De acordo com Coelho (2006), essa legislação “possibilita que iniciativas de cunho popular obtenham visibilidade e sustentabilidade”.

O reconhecimento das festas juninas como patrimônio cultural imaterial destaca ainda mais sua importância identitária, conforme aponta Canclini (2008): “a patrimonialização das festas populares é fundamental para a valorização da identidade cultural”. Esse reconhecimento foi reforçado pela Lei Nº 14.555/2023, que oficializa as festas como uma expressão da cultura nacional, e pela Lei Nº 14.900/2024, que inclui as quadrilhas juninas nesse reconhecimento. Luiz da Câmara Cascudo (1988) afirma que “a festa popular é o verdadeiro calendário da cultura brasileira, e as quadrilhas juninas são a coreografia viva desse ciclo”.

No estado do Ceará, iniciativas como o Programa Ceará Junino, estabelecido pela Lei Estadual nº 15.468/2013, desempenham um papel crucial no incentivo cultural e no crescimento econômico, especialmente em áreas periféricas e rurais. Segundo Albuquerque (2017), “as quadrilhas juninas atuam como espaços que promovem a inclusão social e a valorização da cultura”. O Fundo Estadual de Cultura (Lei nº 13.811/2006) e a Resolução nº 25/2015, ambos impulsionados pela SECULT, aumentam a disponibilidade de recursos e priorizam iniciativas voltadas à inclusão e à participação da comunidade. Brito (2019) argumenta que “o fundo cultural é uma ferramenta vital para tornar o acesso aos recursos mais democrático”.

O governo também estabeleceu datas comemorativas e legislações específicas, como a Lei Nº 16.860/2019, que instituiu o Dia do Quadrilheiro Junino, e a Lei nº 14.835/2024, que permite a utilização de verbas públicas para a capacitação e promoção dos festejos. Oliveira (2016) destaca que “a legislação cearense, ao reconhecer a relevância das festas juninas, serve como um suporte para a preservação cultural e a criação de oportunidades”.

O Ceará Junino também se sobressai pela profissionalização do setor, com a oferta de cursos em dança, figurinos e cenografia, além de competições e fomento à pesquisa acadêmica. Para Lima (2020), “o Ceará Junino se tornou um exemplo de gestão cultural, integrando a valorização das tradições regionais e a formação de circuitos econômicos”. Essas políticas também desempenham uma função educativa, ao incluir as festas nos conteúdos escolares, promovendo a preservação entre os jovens.

Essas festividades ainda impulsionam a economia criativa, movimentando setores como turismo, comércio e serviços. Silva e Rodrigues (2019) mencionam que “os festivais juninos são uma das principais fontes de receita para as localidades rurais”. Entretanto, como observa Souza (2018), “o desafio das políticas culturais no Brasil não se limita apenas ao reconhecimento legal, mas se estende à implementação dos incentivos, especialmente em áreas menos privilegiadas”.

QUADRO 01: LEIS E MARCOS LEGAIS RELACIONADOS À VALORIZAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS E CULTURA POPULAR NO BRASIL E CEARÁ

NÚMERO DA LEI	ANO DE PUBLICAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	OBJETIVO	RELEVÂNCIA
Constituição Federal (Art. 215 e 216)	1988	5 de outubro de 1988	Garantir o exercício dos direitos culturais e proteger o patrimônio cultural brasileiro.	Estabelece a base legal para a promoção e proteção das manifestações culturais no Brasil.
Lei Rouanet (Lei nº 8.313)	1991	23 de dezembro de 1991	Incentivar a cultura no Brasil por meio de renúncia fiscal para financiar projetos culturais.	Instrumento essencial para financiamento de manifestações culturais, incluindo festas tradicionais.
Decreto nº 3.551	2000	4 de agosto de 2000	Criar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, reconhecendo manifestações culturais.	Fortalece a preservação e promoção de manifestações culturais, como festas tradicionais.
Lei Municipal nº 10.258 (Fortaleza)	2015	7 de outubro de 2015	Reconhecer as quadrilhas juninas como patrimônio cultural imaterial de Fortaleza.	Garante apoio financeiro e estrutural às quadrilhas juninas na cidade, valorizando a cultura local.
Lei nº 14.017 (Lei Aldir Blanc)	2020	29 de junho de 2020	Oferecer apoio emergencial a grupos culturais durante a pandemia de COVID-19.	Reforçou a vulnerabilidade dos setores culturais e a necessidade de apoio contínuo à cultura.
Lei Estadual nº 15.468 (Ceará)	2013	3 de setembro de 2013	Instituir a política estadual de cultura, incluindo apoio a manifestações populares como festas juninas.	Fomenta a cultura popular no Ceará, com incentivo às festas juninas e apoio a grupos culturais.

NÚMERO DA LEI	ANO DE PUBLICAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	OBJETIVO	RELEVÂNCIA
Lei Estadual nº 13.811 (Ceará)	2006	6 de outubro de 2006	Criar o Fundo Estadual de Cultura (FEC) para financiar projetos culturais, incluindo festas juninas.	Apoia a democratização do acesso aos recursos culturais e fomenta a cultura popular no estado.
Resolução nº 25/2015 (Ceará)	2015	18 de março de 2015	Priorizar projetos culturais que promovam inclusão social e participação comunitária.	Amplia o alcance das festas juninas, incluindo aspectos de cidadania e inclusão social.
Lei nº 14.555 (Brasil)	2023	25 de abril de 2023	Reconhecer as festas juninas como manifestação cultural nacional.	Eleva as festas juninas à categoria de patrimônio cultural nacional, reforçando sua importância histórica e social.
Lei nº 14.900 (Brasil)	2024	21 de junho de 2024	Incluir as quadrilhas juninas como parte do patrimônio cultural reconhecido.	Garante apoio específico para quadrilhas juninas, incluindo incentivos para profissionalização.
Lei nº 16.860 (Ceará)	2019	2 de abril de 2019	Instituir o Dia do Quadrilheiro Junino, reconhecendo a importância desses grupos culturais.	Celebra e valoriza os quadrilheiros juninos, elementos centrais da festa junina cearense.
Lei nº 14.835 (Ceará)	2024	4 de abril de 2024	Ampliar os instrumentos legais de apoio às festas juninas, incluindo a capacitação de quadrilheiros e grupos culturais.	Reforça a promoção de festivais juninos, estimulando o desenvolvimento econômico e cultural nas comunidades.

Fonte dos dados da tabela: MinJustiça

Essas leis e programas são fundamentais para a preservação e promoção das festas tradicionais, especialmente as juninas, no Brasil e no Ceará, contribuindo para a valorização da identidade cultural e para o desenvolvimento econômico e social das comunidades.

3 DO TERREIRO AO PALCO: HISTÓRIA E ESTRUTURA DO CEARÁ JUNINO

As festas juninas, elemento constitutivo da cultura popular nordestina, consolidaram-se ao longo do tempo como espaços de celebração, resistência e reinvenção das identidades coletivas. No Ceará, essas manifestações ganharam contornos próprios, enraizados nos valores comunitários e, ao mesmo tempo, projetados em uma dinâmica de espetacularização cultural que levou as quadrilhas do chão batido dos terreiros ao brilho dos grandes palcos.

Historicamente, os festejos juninos no Ceará sempre foram marcados por expressões espontâneas da fé e da cultura, reunindo vizinhos e famílias em torno da fogueira, com comidas típicas, músicas tradicionais e danças que simbolizavam o cotidiano rural e os ciclos da natureza. Com o passar das décadas, essas práticas foram sendo sistematizadas por coletivos organizados, dando origem às chamadas quadrilhas juninas estilizadas, que, sem abandonar as referências tradicionais, passaram a incorporar elementos cênicos, narrativas dramatizadas, figurinos elaborados e coreografias ensaiadas.

Neste cenário de transformação e fortalecimento cultural, surge o Programa Ceará Junino, política pública estruturada pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult), cujo objetivo central é fomentar, preservar e difundir as manifestações culturais ligadas ao ciclo junino. Trata-se de uma política de valorização da tradição popular, mas também de incentivo à economia criativa, por meio da promoção de editais públicos que financiam projetos culturais em diversas regiões do estado.

A estrutura do Ceará Junino abrange desde o apoio direto às quadrilhas juninas – por meio de financiamento para produção de espetáculos e formação artística – até a realização de festivais, oficinas e eventos formativos que promovem o intercâmbio cultural e o aperfeiçoamento das práticas coletivas. Um dos eixos mais expressivos do programa é o Campeonato Estadual Festejo Ceará Junino, que reúne anualmente dezenas de grupos oriundos de diversos territórios cearenses em uma mostra competitiva e celebrativa.

Nesse contexto, o Ceará Junino não se limita à estética do espetáculo, mas revela-se como um agente impulsionador de redes culturais complexas, que envolvem desde coordenadores de grupo até figurinistas, costureiras, aderecistas, coreógrafos, músicos, iluminadores e gestores culturais. É, portanto, uma política de múltiplas dimensões: cultural, social e econômica.

O processo de transição simbólica do terreiro ao palco representa, assim, não apenas uma mudança física no espaço da apresentação, mas a consolidação de uma estética e de uma política cultural que articula tradição e modernidade. Os grupos juninos tornam-se

protagonistas de sua própria história, reconfigurando suas práticas em diálogo com as exigências do presente, mas sem perder o vínculo com as memórias afetivas e coletivas que dão sentido à festa.

Ao ampliar sua estrutura e fortalecer os territórios culturais do Ceará, o programa contribui significativamente para a dinamização das manifestações populares, afirmando o São João como um tempo de celebração, de trabalho e de orgulho identitário. O Ceará Junino, portanto, é mais do que um conjunto de ações: é uma expressão concreta da política cultural como instrumento de cidadania e de continuidade das tradições que, ano após ano, seguem encantando gerações (secultCe)

3.1 Do Lampião À Explosão Junina: Histórico Das Festas No Ceará

A história das festas no Ceará, especialmente as juninas, revela-se como uma poderosa manifestação de resistência, fé e identidade cultural. Influenciada por diversos contextos sociais e históricos, essa tradição reflete a alma do povo cearense e suas lutas. Desde os primeiros registros no sertão até os grandes festivais urbanos, essas celebrações traduzem os sentimentos, as crenças e os desafios enfrentados por gerações.

No início do século XX, figuras como Lampião marcaram profundamente o imaginário popular nordestino. Conhecido como o rei do cangaço, ele simboliza a luta do povo contra a opressão estatal. Conforme destaca Holanda (1995), “a figura do cangaceiro é um símbolo da luta do povo contra a opressão e o Estado, e sua história se funde com a do sertão”. Seu legado permeia danças, músicas e encenações típicas das festas juninas.

Patativa do Assaré, por sua vez, eternizou em poesia os sofrimentos do sertanejo diante das secas e das injustiças sociais, transformando a dor em arte e resistência. Cavalcanti (1992) afirma que “Patativa é o grande intérprete da alma do sertanejo”, reforçando a importância do poeta para a manutenção da cultura regional, especialmente nas festas que celebram a esperança e a sobrevivência.

Cego Aderaldo, trovador cearense, também contribuiu significativamente para a cultura popular através da oralidade. Seus versos cantavam a vida simples e, muitas vezes, difícil do sertanejo. Como ressalta Dumas (1998), sua poesia celebrava “o espírito do povo cearense que, mesmo na adversidade, sabe celebrar e preservar suas tradições”. Nas festas, sua influência é perceptível na música, na rima e na celebração espontânea.

A religiosidade popular é outro pilar fundamental. Padre Cícero, com suas romarias a Juazeiro do Norte, fundou uma cultura de fé profundamente enraizada no imaginário cearense.

De acordo com Martins (2002), “a religiosidade popular, com sua devoção ao Padre Cícero, construiu uma cultura de festa e celebração que ultrapassa os limites do religioso”. A fé se mistura à festividade, fortalecendo laços comunitários e tradições centenárias.

A escritora Raquel de Queiroz trouxe, por meio da literatura, uma profunda reflexão sobre a vida no sertão e o papel das festas como escape emocional e social. Em *O Quinze*, ela mostra como o povo, mesmo em meio à seca, encontra nas festas um momento de alívio e identidade. Pereira (1985) observa que a autora “soube capturar a alma do nordestino”, integrando suas dores e celebrações à narrativa literária.

Antônio Conselheiro, figura central da Revolta de Canudos, também ressoa nas festividades cearenses. Seu legado espiritual e de resistência inspirou diversas formas de celebração. Para Nunes (2001), Conselheiro “transformou-se em parte da cultura popular, refletindo-se nas festas que envolvem fé e luta”. Seu exemplo permanece vivo nas manifestações culturais e religiosas espalhadas pelo estado.

Hoje, as festas juninas no Ceará, como o Festival de Quadrilhas de Fortaleza, o Ceará Junino e o São João de Maracanaú, são verdadeiros espetáculos culturais. Essas celebrações mantêm viva a tradição do povo cearense com danças, músicas e figurinos que remetem às raízes do sertão. Como observa Alencar (1990), “as festas são o reflexo da luta, da dor e da alegria de um povo que, apesar de tudo, sabe celebrar”.

Dessa forma, as festas populares do Ceará não são apenas eventos sazonais: elas sintetizam a história, a fé, a resistência e a criatividade de um povo que, ao longo dos séculos, soube transformar a adversidade em cultura e tradição.

Quando tudo começou: Origens e evolução das festas juninas

As festas juninas brasileiras são o resultado de uma complexa síntese de elementos culturais que atravessam séculos e continentes, pois essas celebrações, vibrantes e comunitárias, têm suas raízes no período medieval europeu, quando festas pagãs marcavam o solstício de verão com rituais de fertilidade, colheita e proteção. Com o avanço do cristianismo, essas celebrações foram incorporadas ao calendário católico e passaram a homenagear os santos Antônio, João e Pedro.

Cascudo (1988) destaca que “a fogueira, a dança em círculo e o uso de ervas aromáticas tinham, originalmente, funções de proteção e purificação, ressignificadas pelo cristianismo como símbolos de devoção”. A chegada dessas tradições ao Brasil no século XVI,

trazidas pelos portugueses, marcou o início de um processo profundo de ressignificação e adaptação cultural.

No Brasil, as festas juninas se reinventaram por meio da interação entre a religiosidade europeia e as culturas indígenas e africanas. Silva (2006) enfatiza que “as populações indígenas, com sua estreita relação com os ciclos da natureza, contribuíram com práticas agrícolas e festividades associadas à colheita, enquanto os africanos trouxeram sua musicalidade, ritmos e expressões corporais que enriqueceram as danças e músicas juninas”. Partindo desta perspectiva, a quadrilha, de origem aristocrática francesa, transformou-se em uma dança popular e teatralizada, enquanto ritmos como o forró foram enriquecidos por instrumentos e ritmos africanos.

As festas juninas sempre serviram como um espaço de socialização e pertencimento. Para DaMatta (1984), “ao mesmo tempo em que reforçam a religiosidade popular, as festas juninas são também momentos de socialização e reafirmação das identidades locais”. Essa função agregadora é visível em ações como a construção coletiva das fogueiras, a montagem das quadrilhas e a preparação dos pratos típicos, todos marcados pelo espírito de comunhão.

Durante o período colonial, essas celebrações funcionaram como um espaço de resistência cultural. Abreu (2010) observa que “as celebrações juninas, especialmente no Nordeste, foram espaços de negociação entre as culturas dominantes e subordinadas, onde práticas religiosas e culturais de matriz africana e indígena encontraram abrigo e ressignificação”. O sincretismo religioso é exemplo disso: a devoção popular a São João, por vezes, foi associada a divindades africanas como Oxóssi, protetor das matas e da agricultura.

Com a urbanização do século XX, as festas juninas passaram a se expandir para os centros urbanos, adquirindo traços espetaculares e turísticos. Cidades como Campina Grande (PB) e Caruaru (PE) se tornaram referências nacionais, promovendo eventos que mesclam tradição e modernidade. Holanda (1999) pontua que “as festas juninas urbanas se tornaram verdadeiros espetáculos, onde tradição e modernidade se encontram para reafirmar a identidade nordestina”.

Apesar da crescente monumentalização e da comercialização, as festas preservam seus traços identitários mais profundos. A religiosidade, os trajes típicos, as danças de quadrilha e os sabores continuam presentes, sobretudo nas comunidades do interior. Segundo Abreu (2010), tais festas são “não apenas um espaço de celebração, mas também de resistência cultural e afirmação de pertencimento”.

Um dos pilares dessa tradição é a culinária. Os alimentos típicos — pamonha, canjica, bolo de milho — refletem a herança indígena e africana, com o uso de ingredientes como o milho, o amendoim e a mandioca. Cascudo (1988) ressalta que “a comida junina é memória viva de um Brasil profundo, onde os sabores são tão simbólicos quanto as fogueiras e as danças”.

No século XXI, as festas juninas enfrentam os desafios da globalização e da cultura de massa, mas demonstram uma incrível capacidade de adaptação. Recursos como iluminação cênica e grandes espetáculos musicais foram incorporados, sem, no entanto, apagar a essência comunitária e religiosa. DaMatta (1984) afirma que “as festas juninas permanecem como um espaço onde o passado e o presente dialogam, reafirmando a pluralidade e a vitalidade da cultura brasileira”.

As festas juninas, portanto, são muito mais que entretenimento: são expressões de um patrimônio imaterial riquíssimo, que carrega consigo histórias de fé, luta e integração cultural. Elas celebram não apenas os santos do mês de junho, mas a força e a diversidade do povo brasileiro. Entre danças, comidas e ritos, reafirma-se a memória de um país que se reconhece em sua pluralidade.

Quadrilhas juninas: Do terreiro ao espetáculo

As quadrilhas juninas são expressões culturais profundamente enraizadas no imaginário brasileiro, marcadas por um percurso que atravessa séculos e geografias. Originárias da Europa, especialmente da França do século XVII, a “quadrille” era uma dança aristocrática executada nos salões da nobreza, símbolo de status e elegância. Com a chegada ao Brasil, esse modelo europeu foi adaptado ao contexto local, transformando-se gradativamente em uma manifestação popular. Cascudo (1988) pontua: “a quadrilha, ao chegar ao Brasil, desceu dos salões da elite para os terreiros e festejos populares, onde incorporou os ritmos, as coreografias e os sotaques das culturas indígena, africana e sertaneja”.

A quadrilha se enraizou especialmente nas comunidades rurais, onde ganhou contornos simbólicos ligados ao cotidiano agrícola. Os passos e movimentos da dança refletem o trabalho na roça – o plantio, a colheita, a alegria pela fatura. Benjamin (2007) observa que “os movimentos da dança traduzem o cotidiano da roça, como se a coreografia fosse um espelho da relação do homem com a terra”. Ao mesmo tempo, a quadrilha sempre esteve associada ao ciclo junino, com devoção aos santos populares – São João, Santo Antônio e São Pedro – configurando uma mistura entre o sagrado e o profano, fé e festa.

Com o avanço da urbanização ao longo do século XX, a quadrilha começou a se deslocar dos espaços rurais para os centros urbanos. Cidades como Campina Grande (PB) e Caruaru (PE) se tornaram referências em festivais juninos de grande porte, nos quais a quadrilha passou a assumir um perfil performático e espetacular. As apresentações ganharam novos elementos: dramaturgia, cenografia, iluminação cênica e figurinos elaborados. Para DaMatta (1984), "a quadrilha urbana mantém a essência da celebração comunitária, mas a eleva a um patamar de espetáculo, onde o público é simultaneamente parte da festa e espectador".

Entretanto, essa transformação gerou também debates sobre autenticidade. Parte da crítica teme que a espetacularização acabe por esvaziar os vínculos populares da quadrilha, tornando-a um produto comercial distante de suas raízes. Abreu (2010) alerta: "é fundamental que as quadrilhas continuem a dialogar com as tradições rurais e com a memória cultural de seus participantes, de modo a evitar que se tornem apenas um produto de entretenimento". Apesar dessas tensões, a quadrilha moderna também é vista como uma forma de preservação e reinvenção cultural, capaz de dialogar com os tempos atuais sem perder sua essência.

Uma das grandes inovações trazidas pelas quadrilhas estilizadas contemporâneas é o uso de narrativas em suas apresentações. As danças passaram a contar histórias – romances rurais, causos do sertão, lendas, denúncias sociais. Essa fusão entre dança, música e dramaturgia amplia o alcance simbólico da quadrilha. Silva (2006) destaca que "a capacidade de contar histórias por meio da dança e da música é um dos grandes legados da quadrilha junina, que combina tradição e inovação de maneira única".

O aspecto visual também foi significativamente transformado. Os trajes, que antes refletiam a rusticidade da vida no campo, passaram a ser luxuosos e ricamente ornamentados. A música, embora mantenha instrumentos tradicionais como a sanfona e o triângulo, incorporou arranjos mais sofisticados e elementos de gêneros como o forró eletrônico. Holanda (1999) observa que "essas mudanças refletem não apenas uma busca por visibilidade, mas também uma reafirmação do orgulho cultural nordestino em um cenário nacional e internacional".

Hoje, as quadrilhas juninas movimentam um circuito cultural e econômico importante. Festivais como o "Maior São João do Mundo", em Campina Grande, atraem milhares de visitantes, fomentando o turismo e valorizando a cultura nordestina. A quadrilha deixa, assim, de ser apenas uma manifestação simbólica para se tornar também um vetor de desenvolvimento regional. Como lembra Cascudo (1988), "a quadrilha é um testemunho das camadas profundas da cultura brasileira, onde a festa, a fé e o trabalho rural se entrelaçam em uma celebração única".

Nesse contexto, o Ceará se destaca como um dos estados onde as quadrilhas juninas atingiram maior nível de elaboração artística e reconhecimento cultural. As raízes da tradição no estado remontam aos festejos religiosos trazidos pelos colonizadores portugueses, reinterpretados no solo nordestino com fortes influências locais. Cascudo (1988) destaca que "o Nordeste brasileiro, com sua cultura rica e singular, transformou a quadrilha em um espaço de expressão popular, onde o sagrado e o profano se encontram em perfeita harmonia".

A cultura cearense, marcada pela ruralidade e por ciclos econômicos como o do algodão, encontrou nas festas juninas uma forma de exaltar a relação com a terra. Benjamin (2007) enfatiza que "as festas juninas no Ceará não apenas celebram o santo, mas também reforçam a conexão do povo com a terra, com o trabalho e com suas raízes culturais". Com o êxodo rural e o crescimento das cidades, a tradição não se perdeu, mas se reinventou: as quadrilhas passaram a ocupar praças, escolas e arenas, mantendo viva a memória das comunidades.

A partir da segunda metade do século XX, o Ceará se consolidou como um polo de profissionalização das quadrilhas juninas. Surgiram as chamadas "quadrilhas estilizadas", grupos que introduziram novas dinâmicas cênicas, musicais e coreográficas. Abreu (2010) destaca que "as quadrilhas estilizadas cearenses não apenas modernizaram a tradição, mas também criaram um espetáculo de dimensões estéticas que preserva a essência da cultura popular".

As apresentações atuais no Ceará são verdadeiros espetáculos, com dramaturgia, luz, som e figurinos luxuosos. Muitas vezes, as danças são entremeadas por cenas teatrais que abordam temas como a seca, o misticismo nordestino e as relações sociais no sertão. O Festival Cearense de Quadrilhas Juninas é um exemplo de como a tradição se transformou em evento cultural de grande porte, envolvendo comunidades inteiras e impactando positivamente a economia local.

A trajetória das quadrilhas juninas no Brasil – e em especial no Ceará – evidencia a potência da cultura popular como ferramenta de resistência, memória e criação. Da dança aristocrática europeia aos palcos iluminados dos grandes festivais, a quadrilha reinventou-se sem perder sua ligação com as raízes. Mantendo viva a essência do que Cascudo chama de "camadas profundas da cultura brasileira", ela continua a celebrar a terra, a fé e o povo com alegria e beleza, reafirmando a identidade nordestina em cada passo, verso e gesto.

Quadrilhas Juninas: Carnavalização ou Modernidade?

As quadrilhas juninas, símbolo da cultura popular brasileira, passaram por um processo de transformação ao longo do tempo, gerando debates sobre sua evolução: seria ela uma forma de carnavalização ou uma adaptação à modernidade? Originadas das danças de salão europeias, trazidas pelos portugueses no período colonial, as quadrilhas foram adaptadas ao contexto rural brasileiro e associadas às festas dos santos populares — São João, Santo Antônio e São Pedro.

No século XIX, essas danças incorporaram elementos afro-indígenas e passaram a expressar a vida no campo, ganhando força como manifestação coletiva e religiosa. Realizadas inicialmente nos terreiros, em sítios e vilarejos, essas festas simples eram marcadas pelo caráter espontâneo e comunitário. Como define Cascudo (1988), “a quadrilha brasileira nasceu do cruzamento de tradições europeias com a alma coletiva de um povo que celebra a vida em todas as suas manifestações”.

Contudo, o avanço da urbanização, especialmente na segunda metade do século XX, levou a uma ressignificação dessas manifestações. As quadrilhas migraram para os centros urbanos, profissionalizaram-se e incorporaram novos elementos estéticos e narrativos. Essa transição transformou o que antes era uma expressão rural e comunitária em espetáculos organizados voltados para competições e grandes públicos.

Esse fenômeno levou estudiosos a enxergarem nas quadrilhas uma carnavalização, termo definido por Bakhtin (1987) como a apropriação do festivo e do exagero, da teatralidade e da inversão de papéis. Para Marta Abreu (2010), “as quadrilhas estilizadas incorporam a lógica do espetáculo, explorando a teatralidade, os enredos elaborados e os figurinos luxuosos, aproximando-se da estrutura narrativa do carnaval brasileiro”.

Em contrapartida, há quem veja nesse processo uma forma legítima de modernização. Para DaMatta (1997), “a modernidade, em suas várias formas de expressão cultural, não implica necessariamente na destruição da tradição, mas em sua constante reinvenção”, pois a evolução das quadrilhas não significaria uma ruptura, mas uma continuidade reinterpretada.

As quadrilhas estilizadas, com suas coreografias elaboradas e temas variados, despertam controvérsias: enquanto alguns críticos veem nelas uma descaracterização da tradição, outros as consideram uma resposta criativa e necessária às demandas da sociedade atual. No Nordeste, especialmente no Ceará, esse modelo gera emprego e renda, envolvendo diversos profissionais, como coreógrafos, costureiras e artesãos. Segundo Silva (2006), “as quadrilhas estilizadas são uma forma de reafirmação identitária, onde o passado dialoga com o presente por meio de uma estética que encanta e emociona”.

A inserção das quadrilhas no mercado cultural também merece atenção. Os festivais e competições atraem patrocínios, mídia e visibilidade, o que fortalece economicamente a manifestação, mas também provoca discussões sobre a perda de autenticidade. Ainda assim, muitos elementos tradicionais permanecem: músicas típicas, passos marcados e homenagens aos santos juninos. Cascudo (1988) destaca que “as quadrilhas são um testemunho vivo da capacidade do povo brasileiro de adaptar e ressignificar tradições em diferentes contextos históricos e sociais”.

As Entidades Juninas Fequajuce, União Junina do Ceará, Mojuni: Uma Organização sistemática

As quadrilhas juninas representam uma das mais vibrantes expressões da cultura nordestina, e no Ceará, esse movimento se consolidou por meio de um sistema bem estruturado de entidades que desempenham um papel essencial na organização, regulamentação e fomento das manifestações juninas. Essas instituições são responsáveis por criar diretrizes, estabelecer critérios de avaliação em festivais, garantir a transparência na distribuição de recursos e fortalecer o movimento como um todo. Entre as principais entidades que atuam no estado, destacam-se a Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará (FEQUAJUCE), a União Junina do Ceará (UJC), o Movimento Junino do Interior do Ceará (MOJUNI) e diversas associações regionais que impulsionam a continuidade e a evolução das quadrilhas.

A FEQUAJUCE é uma das mais antigas e importantes entidades juninas do Ceará. Criada oficialmente em 1993, sua missão é preservar, fomentar e regulamentar a realização das quadrilhas juninas no estado, assegurando a manutenção dessa tradição como parte fundamental do patrimônio cultural cearense.

É importante compreender que a mesma atua como uma organização civil sem fins lucrativos, a federação tem como foco a defesa dos interesses dos grupos juninos, buscando melhorias nas condições de produção e apresentação; a promoção de formações e capacitações para coreógrafos, dançarinos, figurinistas, aderecistas e outros profissionais envolvidos no movimento junino; a regulamentação dos festivais e competições, estabelecendo critérios técnicos que garantam maior profissionalismo e imparcialidade na avaliação das quadrilhas.

É necessário considerar, a FEQUAJUCE trabalha na articulação de políticas públicas que favoreçam o fomento às quadrilhas juninas, sendo uma interlocutora direta junto à Secretaria de Cultura do Estado e outras entidades governamentais.

A União Junina do Ceará (UJC) foi fundada em 24 de abril de 2014 com o objetivo de unificar e fortalecer o movimento junino no estado do Ceará. Sua criação surgiu da necessidade de congregar não apenas as quadrilhas juninas e festivais, mas também os diversos profissionais envolvidos nesse cenário cultural, como músicos, aderecistas, figurinistas, bordadores e cenógrafos.

O primeiro presidente da UJC foi Francisco José Leite, conhecido como Kiko Sampaio, que anteriormente atuou como diretor na Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará (FEQUAJUCE). Sua experiência foi fundamental para a consolidação da UJC como uma entidade representativa e atuante na valorização das tradições juninas cearenses.

Desde sua fundação, a UJC tem desempenhado um papel crucial na integração dos diversos segmentos do movimento junino, promovendo encontros, fóruns e capacitações para aprimorar a qualidade das apresentações e valorizar os profissionais envolvidos. Contudo, a entidade busca parcerias estratégicas para garantir o crescimento e a sustentabilidade das quadrilhas juninas no Ceará.

Nos dias atuais, a União Junina do Ceará continua sendo uma referência na preservação e promoção da cultura junina, ampliando sua representatividade para além das quadrilhas e incluindo jurados, músicos e outros profissionais que atuam nos bastidores das festividades juninas.

Entre as iniciativas mais relevantes da União Junina do Ceará, destacam-se realização de encontros e fóruns estaduais, nos quais são discutidos os rumos do movimento junino e as principais demandas dos grupos; regulamentação de processos seletivos para jurados, garantindo avaliações técnicas e transparentes nas competições; incentivo à participação de quadrilhas em eventos nacionais, ampliando o reconhecimento das manifestações juninas cearenses em todo o Brasil; defesa de melhores condições de financiamento e apoio logístico para os festivais juninos, fortalecendo a sustentabilidade das quadrilhas ao longo do ano; busca por parcerias privadas e institucionais, visando garantir o suporte necessário para o crescimento do movimento junino.

É importante destacar que devido ao trabalho contínuo da UJC, o movimento junino no Ceará segue mais organizado, estruturado e reconhecido nacionalmente, mantendo viva a tradição e garantindo sua evolução ao longo dos anos.

A Federação do Movimento Junino do Interior do Ceará (MOJUNI) foi fundada em 27 de abril de 2017 como uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Sua sede está localizada na Cidade de Icó, Ceará. A MOJUNI tem atuação em todo o estado do Ceará,

com foco especial no interior, promovendo a integração entre quadrilhas juninas, festivais e a cadeia produtiva do movimento junino.

Seu objetivo principal é fortalecer as quadrilhas juninas que estão fora da capital, descentralizando as atividades juninas e garantindo que os grupos do interior tenham acesso a incentivos, patrocínios e espaços adequados para ensaios e apresentações. Para isso, a MOJUNI articula parcerias com órgãos governamentais, não governamentais e a iniciativa privada, além de promover programas socioculturais.

A MOJUNI desempenha um papel fundamental na valorização da cultura junina por meio das seguintes ações: organização de congressos, simpósios, encontros, seminários, cursos, fóruns e oficinas sobre a cultura junina; estabelecimento de convênios, contratos e parcerias com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, para fortalecer e difundir as tradições juninas cearenses; promoção do reconhecimento regional e nacional do movimento junino do Ceará.

A federação é composta por representantes de diversos segmentos do movimento junino, incluindo coreógrafos, gestores culturais, brincantes, diretores de quadrilhas, jurados de festivais, presidentes de grupos juninos e promotores de eventos. Esses membros são eleitos ou nomeados para mandatos de quatro anos.

A MOJUNI é presidida por Lindevando Rodrigues Sousa, conhecido como Vando Rodrigues ou Vando do Icó. Ele é historiador, coreógrafo, pesquisador de cultura popular, produtor cultural e gestor. Sob sua liderança, a federação tem consolidado parcerias de grande relevância, fortalecendo o protagonismo cearense no cenário junino brasileiro.

É importante destacar que além de fortalecer o movimento junino no interior do estado, a MOJUNI tem conquistado reconhecimento internacional. Recentemente, recebeu certificação da International Organization of Folk Art (IOV), tornando-se a única federação junina do Brasil com essa chancela.

Dessa forma, a MOJUNI segue atuando como uma referência no fortalecimento e valorização do movimento junino cearense, garantindo que a tradição se mantenha viva e em constante evolução.

A atuação dessas entidades tem sido essencial para a valorização e preservação do patrimônio cultural imaterial que são as quadrilhas juninas. Graças ao trabalho dessas organizações, o Ceará se consolidou como um dos principais polos juninos do Brasil, atraindo público, mídia e investimentos.

Vale salientar que além do impacto cultural, há também uma significativa movimentação econômica gerada pelos eventos juninos, beneficiando setores como o turismo,

a confecção de figurinos, a produção musical e a gastronomia típica. Com o fortalecimento das entidades e o apoio contínuo do Programa Ceará Junino, a expectativa é de que o movimento junino cearense continue crescendo, inovando e reafirmando seu papel como uma das manifestações culturais mais importantes do Brasil.

3.2 Ceará Junino: O Palco da Cultura Popular

O programa Ceará Junino criado pelo Governo do Estado do Ceará no fim da década de 1990, o programa surgiu com o objetivo de estruturar, valorizar e fortalecer as manifestações juninas, que sempre ocuparam um lugar central na cultura popular cearense.

As festas juninas, marcadas por música, dança, cores vibrantes e religiosidade, sempre foram parte essencial do imaginário nordestino. Contudo, no Ceará, sua grandiosidade exigia o respaldo de ações institucionais. Nesse sentido, o Ceará Junino se consolidou como uma política estratégica, oferecendo editais de financiamento, organizando festivais regionais e promovendo o Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas, considerado um dos mais importantes do país.

O programa atua através de estratégias de fomento à cultura, como o repasse de recursos financeiros aos grupos juninos, além de promover a capacitação de profissionais envolvidos nas produções e a organização de circuitos regionais que valorizam os talentos locais. Vamos notar que o impacto positivo do Ceará Junino se estende à economia criativa, ao gerar empregos e movimentar setores como figurino, cenografia, música, e turismo cultural.

O valor do programa ultrapassa o aspecto econômico, pois ele possui um papel social profundo, pois as quadrilhas se tornam espaços de inclusão e pertencimento, especialmente para jovens e moradores de comunidades periféricas, que veem nessas manifestações uma forma de expressão, aprendizado e protagonismo. Como aponta o texto, “participar de uma quadrilha é mais do que dançar: é aprender sobre disciplina, coletividade e identidade cultural”.

O Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas transformou-se numa vitrine nacional para os grupos, promovendo não apenas a disputa entre agremiações, mas a celebração de um legado cultural que ganha novas formas a cada ano. O evento atrai público de várias regiões, impulsiona o turismo cultural e consolida o Ceará como referência na preservação e reinvenção da tradição junina.

Nesse contexto, o Ceará Junino permanece como um verdadeiro palco da cultura popular, reafirmando o compromisso do estado com o fortalecimento de suas raízes e com a

promoção de uma cultura viva, dinâmica e acessível. Por meio de investimentos contínuos e da criação de oportunidades para artistas e comunidades, o programa contribui para a renovação das tradições, mantendo acesa a chama das festas juninas e do espírito nordestino.

Dessa forma, o Ceará Junino demonstra que investir em cultura é também investir em educação, cidadania e futuro, perpetuando valores e saberes que definem a alma de um povo. Ao promover essa conexão entre passado, presente e futuro, o programa evidencia o poder da cultura popular como motor de transformação social.

A criação do programa Ceará Junino

A política pública Ceará Junino, criada no final da década de 1990, foi essencial para valorizar, fortalecer e preservar as tradições juninas no estado, pois reconhecendo as quadrilhas como expressões culturais profundamente enraizadas na identidade nordestina, o Governo do Estado estruturou o programa com o objetivo de fomentar os grupos juninos, regulamentar os festivais e criar condições para o desenvolvimento sustentável dessa manifestação popular, antes de sua criação, as apresentações e competições aconteciam de maneira dispersa, sem um suporte institucional consolidado, o que dificultava a profissionalização dos grupos e a padronização das avaliações nos festivais.

Com a criação do programa, a cultura junina ganhou mecanismos de apoio estruturados, promovendo um salto qualitativo na organização dos eventos e na valorização dos artistas, pois o Ceará Junino se consolidou como uma das principais políticas culturais do estado, garantindo a continuidade dos festejos juninos através de estratégias de fomento, como editais públicos, capacitação de profissionais, a realização de festivais e o incentivo à formação artística e cultural.

Um dos pilares fundamentais do Ceará Junino é o financiamento direto aos grupos de quadrilha, possibilitando a montagem de espetáculos, a produção de figurinos, trilhas sonoras e a estruturação das apresentações, adicionalmente, o programa investe na profissionalização dos envolvidos, oferecendo oficinas para quadrilheiros, coreógrafos, músicos, costureiros e outros trabalhadores das quadrilhas.

A organização de festivais regionais e do Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas incentiva a competitividade saudável e fortalece a identidade cultural cearense, funcionando como vitrine para os grupos e ampliando sua visibilidade. Esses eventos não apenas enriquecem a tradição junina, mas também geram impactos econômicos significativos, movimentando o turismo, comércio e entretenimento, e criando empregos diretos e indiretos.

A política de fomento também se baseia na construção de parcerias institucionais entre o poder público, as prefeituras, entidades culturais e empresas privadas, garantindo a expansão do programa e o alcance de um maior número de grupos e festivais, pois adicionalmente, o reconhecimento das quadrilhas juninas como patrimônio cultural imaterial do Ceará tem sido uma das principais conquistas do programa, destacando a importância dessa manifestação para a história e identidade do povo cearense.

No decorrer de suas edições, o Ceará Junino demonstrou sua relevância não só para a manutenção da tradição, mas também para a inclusão social e o desenvolvimento comunitário. Para muitos jovens, as quadrilhas são um espaço de aprendizado, disciplina e expressão artística, além de uma oportunidade de protagonismo cultural.

O Ceará Junino se reafirma como uma política pública estratégica, unindo cultura, identidade e desenvolvimento social, pois seu impacto vai além dos dias de festa, contribuindo para a perpetuação dos saberes populares, o fortalecimento da economia criativa e a construção de um legado cultural que preserva e renova as raízes juninas do estado.

Com investimentos contínuos e a ampliação das ações de fomento, o programa se consolida como modelo de preservação e incentivo às tradições populares, garantindo que as quadrilhas juninas continuem a encantar gerações e a reafirmar sua importância na cultura cearense e brasileira.

Impactos culturais: O Ceará Junino em números com análise dos editais 2015 – 2024

O Ceará Junino é uma iniciativa voltada ao fortalecimento e à valorização das festas tradicionais juninas no Ceará, promovendo a cultura popular por meio de quadrilhas, festivais e campeonatos. Ao longo de várias edições, o Governo do Estado do Ceará tem lançado editais anuais com o objetivo de apoiar as manifestações culturais juninas em diversas regiões do estado. A seguir, descrevo os principais aspectos de cada edital lançado entre 2015 e 2024.

Em 2015, o XVII Ceará Junino teve um financiamento total de R\$ 2.599.820,00, com a maior parte dos recursos direcionada às quadrilhas juninas, que receberam R\$ 1.808.800,00, representando 69,5% do total. As quadrilhas poderiam receber até R\$ 18.088,00, com contrapartida de 20% por parte dos proponentes. O Festival de Quadrilhas Juninas recebeu R\$ 467.880,00 (18%), e o Campeonato Estadual Festejo Ceará Junino recebeu R\$ 323.140,00 (12,5%), com um único projeto contemplado. Uma exigência importante foi a de que pelo menos 50% dos recursos fossem destinados ao interior do estado, promovendo a descentralização dos investimentos.

Em 2016, o XVIII Edital Ceará Junino teve um financiamento de R\$ 2.645.300,00. Novamente, a maior parte dos recursos foi destinada às quadrilhas juninas, com R\$ 1.810.000,00 (68,4%). O Festival Regional de Quadrilhas Juninas recebeu R\$ 468.300,00 (17,7%) e o Campeonato Estadual, R\$ 367.000,00 (13,9%). A contrapartida foi mantida em 20% para os proponentes, e a descentralização dos recursos para o interior do estado foi uma exigência fundamental.

Em 2017, o XIX Edital Ceará Junino, com um total de R\$ 2.657.300,00, seguiu a mesma estrutura das edições anteriores. As quadrilhas juninas receberam R\$ 1.818.800,00 (67,7%), o Festival Regional, R\$ 468.300,00 (17,7%), e o Campeonato, R\$ 367.000,00 (13,9%). O edital continuou a priorizar a descentralização, com 50% dos recursos destinados ao interior.

O XX Edital Ceará Junino de 2018 teve um valor total de R\$ 2.700.000,00, com a maior parte novamente destinada às quadrilhas juninas, que receberam R\$ 1.890.000,00 (70%). O Festival Regional de Quadrilhas Juninas recebeu R\$ 468.000,00, e o Campeonato Estadual, R\$ 342.000,00. A exigência de descentralização de 50% dos recursos foi mantida, assegurando que as cidades do interior também fossem beneficiadas.

Em 2019, o XXII Edital Ceará Junino destinou R\$ 2.750.000,00, com a maior parte dos recursos direcionada às quadrilhas juninas (68%), recebendo R\$ 1.870.000,00. O Festival Regional recebeu R\$ 510.000,00, e o Campeonato Estadual, R\$ 370.000,00. O edital manteve a exigência de descentralização, com 50% dos recursos voltados para o interior do estado.

No XXII Edital Ceará Junino de 2020, o financiamento foi mantido em R\$ 2.750.000,00, com a mesma distribuição de recursos: R\$ 1.870.000,00 para as quadrilhas juninas, R\$ 510.000,00 para o Festival Regional e R\$ 370.000,00 para o Campeonato Estadual. Apesar da pandemia de Covid-19, a descentralização e a contrapartida de 20% continuaram como diretrizes principais do edital.

O XXIV Edital Ceará Junino, lançado em 2022, teve um aumento de recursos, totalizando R\$ 3.000.000,00. As quadrilhas juninas receberam R\$ 2.000.000,00 (66,7%), o Festival Regional recebeu R\$ 600.000,00, e o Campeonato Estadual, R\$ 400.000,00. A descentralização continuou, com 50% dos recursos destinados ao interior do estado.

Em 2023, o XXV Edital Ceará Junino manteve o valor de R\$ 3.000.000,00, com R\$ 2.040.000,00 (68%) destinados às quadrilhas juninas, R\$ 600.000,00 para o Festival Regional e R\$ 360.000,00 para o Campeonato Estadual. A descentralização e a contrapartida foram mantidas, visando garantir o acesso aos recursos por diferentes regiões do estado.

Finalmente, o XXVI Edital Ceará Junino de 2024 teve um pequeno aumento no valor total, passando para R\$ 3.200.000,00. As quadrilhas juninas continuaram a receber a maior parte dos recursos, com R\$ 2.240.000,00 (70%). O Festival Regional de Quadrilhas Juninas foi contemplado com R\$ 640.000,00, e o Campeonato Estadual, com R\$ 400.000,00. A exigência de descentralização foi mantida, com 50% dos recursos direcionados ao interior do estado.

Cada uma dessas edições reflete o esforço do governo estadual para manter e ampliar o apoio às tradições culturais juninas, promovendo a inclusão e a descentralização dos investimentos para fortalecer a cultura popular em todo o estado do Ceará.

O Programa Ceará Junino tem desempenhado um papel essencial na valorização e no fortalecimento das tradições juninas no estado do Ceará. Por meio de editais públicos, o programa fomenta a realização de festivais de quadrilhas juninas e do Campeonato Estadual de Quadrilha Junina, consolidando-se como uma política pública estratégica para o desenvolvimento cultural, econômico e social das comunidades envolvidas.

Verificaremos um histórico detalhado dos investimentos realizados ao longo dos anos, evidenciando o impacto do apoio governamental na organização, estruturação e profissionalização das quadrilhas juninas cearenses. Através do financiamento destinado a grupos, festivais e competições, o Ceará Junino tem garantido não apenas a manutenção desta expressão cultural popular, mas também sua ampliação e reconhecimento em nível estadual e nacional.

A seguir, serão abordados os investimentos realizados em diferentes períodos, destacando a evolução dos recursos, os critérios de distribuição, os benefícios gerados para os participantes e a importância desse incentivo para a continuidade da tradição junina no Ceará.

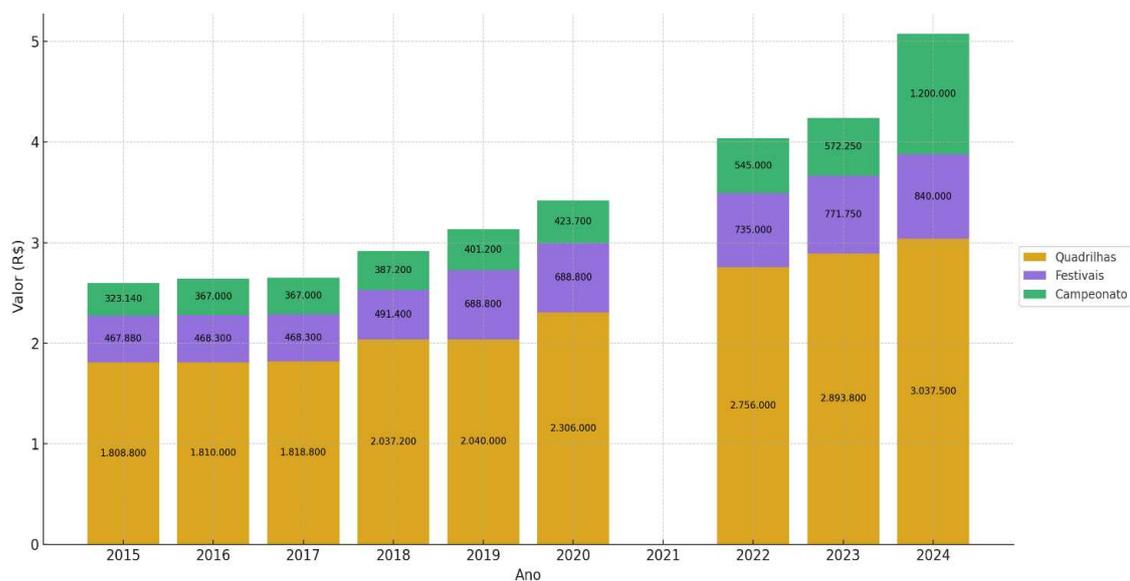
TABELA 01 - HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS DO EDITAL DE QUADRILHAS JUNINAS, FESTIVAIS DE QUADRILHAS JUNINAS E CAMPEONATO ESTADUAL DE QUADRILHA JUNINA ATRAVÉS DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA CEARÁ JUNINO

Ano	Valor Destinado às Quadrilhas	% Quadrilhas	Valor Destinado aos Festivais	% Festivais	Valor Destinado ao Campeonato	% Campeonato	Total Anual
2015	R\$ 1.808.800,00	69,57%	R\$ 467.880,00	18,00%	R\$ 323.140,00	12,43%	R\$ 2.599.820,00
2016	R\$ 1.810.000,00	68,40%	R\$ 468.300,00	17,71%	R\$ 367.000,00	13,89%	R\$ 2.645.300,00

Ano	Valor Destinado às Quadrilhas	% Quadrilhas	Valor Destinado aos Festivais	% Festivais	Valor Destinado ao Campeonato	% Campeonato	Total Anual
2017	R\$ 1.818.800,00	69,48%	R\$ 468.300,00	17,89%	R\$ 367.000,00	13,81%	R\$ 2.657.300,00
2018	R\$ 2.037.200,00	69,86%	R\$ 491.400,00	16,86%	R\$ 387.200,00	13,27%	R\$ 2.930.000,00
2019	R\$ 2.040.000,00	65,18%	R\$ 688.800,00	22,01%	R\$ 401.200,00	12,81%	R\$ 3.150.000,00
2020	R\$ 2.306.000,00	68,60%	R\$ 688.800,00	20,49%	R\$ 423.700,00	12,61%	R\$ 3.418.500,00
2021	Pandemia	Pandemia	Pandemia	Pandemia	Pandemia	Pandemia	Pandemia
2022	R\$ 2.756.000,00	63,27%	R\$ 735.000,00	21,09%	R\$ 545.000,00	15,64%	R\$ 3.373.920,00
2023	R\$ 2.893.800,00	68,31%	R\$ 771.750,00	18,22%	R\$ 572.250,00	13,49%	R\$ 4.237.800,00
2024	R\$ 3.037.500,00	59,84%	R\$ 840.000,00	16,54%	R\$ 1.200.000,00	23,62%	R\$ 5.077.500,00
Total	R\$ 20.508.100,00	66,27%	R\$ 5.805.980,00	18,77%	R\$ 4.678.855,00	14,96%	R\$ 31.000.000,00

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

GRÁFICO 01 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE RECURSOS – CEARÁ JUNINO



Fonte dos dados da tabela: SecultCe

O histórico de investimentos no edital de quadrilhas, festivais e campeonatos juninos revela um crescimento significativo ao longo dos anos, demonstrando a valorização

dessas manifestações culturais. De 2015 a 2024, os recursos destinados às quadrilhas juninas representaram a maior parcela do investimento total, com 66,27% do montante, evidenciando o reconhecimento da importância dessas expressões culturais na identidade regional. No entanto, nota-se que, a partir de 2019, os investimentos em festivais e campeonatos passaram a ter um aumento proporcional, atingindo em 2024 um patamar de 23,62% para o campeonato, o que representa um recorde na série histórica.

A pandemia da COVID-19, em 2021, causou uma interrupção nos investimentos, refletindo as restrições impostas ao setor de eventos. Entretanto, a retomada em 2022 foi marcada por um aumento expressivo nos recursos, atingindo um total de R\$ 3.373.920,00. Nos anos seguintes, o crescimento se manteve, alcançando em 2024 o maior volume de investimento da década, com R\$ 5.077.500,00. Esse crescimento demonstra um esforço contínuo para fortalecer e expandir as festividades juninas, permitindo uma melhor estruturação dos eventos e maior apoio aos grupos culturais envolvidos.

Outro aspecto relevante é a evolução no equilíbrio da distribuição dos recursos. Se nos primeiros anos do levantamento os valores destinados às quadrilhas ultrapassavam os 69%, nos anos mais recentes houve uma maior equiparação entre as categorias, com um aumento expressivo do percentual dedicado ao campeonato estadual. Isso pode indicar um esforço para ampliar a competitividade e a profissionalização desses eventos, proporcionando um impacto ainda maior para os envolvidos, desde artistas e coreógrafos até os setores econômicos que dependem dessas festividades.

TABELA 02 - HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS DO EDITAL DO PROGRAMA CEARÁ JUNINO DIRECIONADO A DE QUADRILHAS

Ano	Valor Destinado às Quadrilhas	% Quadrilhas	Total Anual
2015	R\$ 1.808.800,00	69,57%	R\$ 2.599.820,00
2016	R\$ 1.810.000,00	68,40%	R\$ 2.645.300,00
2017	R\$ 1.818.800,00	69,48%	R\$ 2.657.300,00
2018	R\$ 2.037.200,00	69,86%	R\$ 2.930.000,00
2019	R\$ 2.040.000,00	65,18%	R\$ 3.150.000,00
2020	R\$ 2.306.000,00	68,60%	R\$ 3.418.500,00
2021	Pandemia	Pandemia	Pandemia
2022	R\$ 2.756.000,00	63,27%	R\$ 3.373.920,00
2023	R\$ 2.893.800,00	68,31%	R\$ 4.237.800,00
2024	R\$ 3.037.500,00	59,84%	R\$ 5.077.500,00
Total	R\$ 20.508.100,00	66,27%	R\$ 31.000.000,00

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

GRÁFICO 02 – VALOR DESTINADO AS QUADRILHAS E PORCENTAGEM SOBRE O VALOR TOTAL (ANO)



A evolução dos investimentos destinados às quadrilhas juninas no edital de fomento cultural ao longo da última década revela uma trajetória de crescimento, ainda que acompanhada de variações na porcentagem do total anual destinado a esse segmento, podemos verificar que os dados mostram que os investimentos nas quadrilhas juninas passaram de R\$ 1.808.800,00 em 2015 para R\$ 3.037.500,00 em 2024, um crescimento de aproximadamente 68%. Esse aumento reflete um reconhecimento crescente da importância dessas manifestações culturais e uma ampliação dos recursos disponíveis ao longo dos anos. Paralelamente, o total anual destinado ao edital também aumentou expressivamente, de R\$ 2.599.820,00 em 2015 para R\$ 5.077.500,00 em 2024, mais do que dobrando em menos de uma década.

Observando o crescimento absoluto, observa-se uma redução percentual da participação das quadrilhas dentro do total anual, especialmente nos últimos anos. Em 2015, os grupos juninos receberam 69,57% do orçamento, enquanto em 2024 essa participação caiu para 59,84%.

A redução mais acentuada na porcentagem destinada às quadrilhas ocorreu a partir de 2019, quando os investimentos em festivais e campeonatos passaram a ganhar mais espaço. Esse movimento se consolidou em 2024, com a menor participação percentual já registrada, apesar do crescimento do valor absoluto.

O ano de 2021 foi um marco negativo para o setor, pois a pandemia da COVID-19 levou à suspensão dos investimentos e à interrupção das atividades presenciais. Esse hiato pode ter gerado desafios para a retomada e reestruturação dos grupos juninos, além de ter impulsionado mudanças na distribuição dos recursos nos anos subsequentes.

Os dados evidenciam um aumento significativo no investimento total, mas também apontam para uma mudança estratégica na forma como os recursos são distribuídos. Embora as

quadrilhas continuem sendo o foco principal do edital, a redução percentual dos últimos anos sugere uma diversificação no fomento cultural. Essa tendência pode indicar um esforço para fortalecer outros aspectos dos festejos juninos, tornando-os ainda mais abrangentes e sustentáveis.

TABELA 03 - HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS DO EDITAL DO PROGRAMA CEARÁ JUNINO DIRECIONADO A FESTIVAIS DE QUADRILHAS

Ano	Valor Destinado aos Festivais	% Festivais	Total Anual
2015	R\$ 467.880,00	18,00%	R\$ 2.599.820,00
2016	R\$ 468.300,00	17,71%	R\$ 2.645.300,00
2017	R\$ 468.300,00	17,89%	R\$ 2.657.300,00
2018	R\$ 491.400,00	16,86%	R\$ 2.930.000,00
2019	R\$ 688.800,00	22,01%	R\$ 3.150.000,00
2020	R\$ 688.800,00	20,49%	R\$ 3.418.500,00
2021	Pandemia	Pandemia	Pandemia
2022	R\$ 735.000,00	21,09%	R\$ 3.373.920,00
2023	R\$ 771.750,00	18,22%	R\$ 4.237.800,00
2024	R\$ 840.000,00	16,54%	R\$ 5.077.500,00
Total	R\$ 5.805.980,00	18,77%	R\$ 31.000.000,00

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

GRÁFICO 03 – VALOR DESTINADO AOS FESTIVAIS E PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL (ANO)



Fonte dos dados da tabela: SecultCe

Os dados apresentados mostram a evolução dos investimentos do edital do programa Ceará Junino direcionados aos festivais de quadrilhas entre 2015 e 2024. Observa-se

que, ao longo dos anos, houve variações tanto no valor absoluto investido quanto na participação percentual desses festivais dentro do orçamento total do programa.

Em 2015, o investimento em festivais foi de R\$ 467.880,00, representando 18% do total do edital. Esse percentual se manteve relativamente estável até 2018, com pequenos ajustes nos valores destinados. A partir de 2019, verifica-se um crescimento expressivo nos investimentos, alcançando R\$ 688.800,00, um aumento de aproximadamente 40% em relação ao ano anterior.

Esse crescimento indicou uma possível priorização dos festivais dentro da política de fomento, culminando em um patamar ainda mais elevado em 2024, com um investimento recorde de R\$ 840.000,00, apesar do aumento absoluto dos valores, a participação percentual dos festivais no orçamento total apresentou oscilações. Após um crescimento em 2019 e 2022, a partir de 2023 observa-se uma leve redução percentual, mesmo com a elevação dos investimentos. Essa queda pode ser explicada pelo crescimento acelerado do orçamento total do programa, direcionado a outras áreas, como os próprios grupos de quadrilhas juninas e campeonatos estaduais.

O ano de 2021 representou uma interrupção drástica nos investimentos devido à pandemia de COVID-19, impactando diretamente os eventos culturais e comprometendo a realização dos festivais. No entanto, a recuperação em 2022 e nos anos seguintes sugere um esforço de retomada, com a manutenção e o crescimento dos investimentos. O aumento para R\$ 840.000,00 em 2024, ainda que represente uma menor fatia proporcional do total, indica a consolidação dos festivais como parte fundamental da programação do Ceará Junino.

Os dados demonstram um crescimento significativo dos investimentos nos festivais ao longo da última década, refletindo a valorização desses eventos dentro da política de fomento cultural. Embora a participação percentual tenha oscilado, o aumento do valor absoluto sugere um compromisso contínuo com a realização e fortalecimento dos festivais de quadrilhas juninas, garantindo sua permanência e relevância dentro do cenário junino cearense.

TABELA 04 - HISTÓRICO DE INVESTIMENTOS DO EDITAL DO PROGRAMA CEARÁ JUNINO DIRECIONADO AO CAMPEONATO ESTADUAL DO CEARÁ JUNINO.

Ano	Valor Destinado ao Campeonato	% Campeonato	Total Anual
2015	R\$ 323.140,00	12,43%	R\$ 2.599.820,00
2016	R\$ 367.000,00	13,89%	R\$ 2.645.300,00
2017	R\$ 367.000,00	13,81%	R\$ 2.657.300,00
2018	R\$ 387.200,00	13,27%	R\$ 2.930.000,00

Ano	Valor Destinado ao Campeonato	% Campeonato	Total Anual
2019	R\$ 401.200,00	12,81%	R\$ 3.150.000,00
2020	R\$ 423.700,00	12,61%	R\$ 3.418.500,00
2021	Pandemia	Pandemia	Pandemia
2022	R\$ 545.000,00	15,64%	R\$ 3.373.920,00
2023	R\$ 572.250,00	13,49%	R\$ 4.237.800,00
2024	R\$ 1.200.000,00	23,62%	R\$ 5.077.500,00
Total	R\$ 4.678.855,00	14,96%	R\$ 31.000.000,00

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

GRÁFICO 04 – VALOR DESTINADO AO CAMPEONATO E A PORCENTAGEM SOBRE VALOR TOTAL



Os investimentos destinados ao Campeonato Estadual do Ceará Junino ao longo dos últimos anos demonstram uma trajetória de crescimento, com períodos de estabilização e, mais recentemente, um aumento expressivo. Desde 2015, o edital do programa Ceará Junino tem reservado uma parcela significativa de seus recursos para a realização do campeonato, que é uma das principais competições de quadrilhas juninas no estado.

No período de 2015 a 2019, os investimentos no campeonato oscilaram entre R\$ 323.140,00 e R\$ 401.200,00, representando, em média, cerca de 13% do total do edital. Esses valores indicam um compromisso contínuo com a competição, mas sem grandes variações orçamentárias. A partir de 2020, houve um aumento progressivo, alcançando R\$ 423.700,00, demonstrando um esforço para ampliar a estrutura e a valorização do evento.

Um marco importante ocorre em 2022, quando o investimento salta para R\$ 545.000,00, representando 15,64% do orçamento total. Esse crescimento sugere um reconhecimento da importância do campeonato dentro da programação cultural, consolidando sua relevância dentro do edital. No entanto, o maior salto se dá em 2024, quando o investimento mais do que dobra, atingindo R\$ 1.200.000,00 e representando 23,62% do orçamento total do programa, um percentual nunca antes registrado.

O ano de 2021 marcou uma interrupção nos investimentos devido à pandemia de COVID-19, que impossibilitou a realização do campeonato e impactou toda a cadeia produtiva ligada às quadrilhas juninas. Com o retorno das atividades presenciais em 2022, houve um esforço significativo de recuperação, que culminou no aumento expressivo de investimentos em 2024. Esse crescimento pode estar relacionado à ampliação da competição, ao fortalecimento da infraestrutura e ao reconhecimento do evento como uma ferramenta de valorização da cultura popular e do turismo local.

A análise dos dados demonstra que o Campeonato Estadual do Ceará Junino tem recebido investimentos crescentes ao longo dos anos, com um salto significativo em 2024. Esse aumento pode indicar um fortalecimento da política de fomento ao evento, consolidando sua importância dentro do cenário junino cearense. O crescimento no investimento, aliado ao percentual recorde destinado ao campeonato, reflete uma valorização da competição e seu impacto na cultura popular, no turismo e na economia criativa do estado.

TABELA 05 - DIFERENÇA DE VALORES DESTINADOS ÀS QUADRILHAS JUNINAS POR ANO

Período	Valores Comparados	Diferença de Valor	Variação (%)
2015 - 2016	R\$ 1.810.000,00 - R\$ 1.808.800,00	+ R\$ 1.200,00	+0,07%
2016 - 2017	R\$ 1.818.800,00 - R\$ 1.810.000,00	+ R\$ 8.800,00	+0,49%
2017 - 2018	R\$ 2.037.200,00 - R\$ 1.818.800,00	+ R\$ 218.400,00	+12,01%
2018 - 2019	R\$ 2.040.000,00 - R\$ 2.037.200,00	+ R\$ 2.800,00	+0,14%
2019 - 2020	R\$ 2.306.000,00 - R\$ 2.040.000,00	+ R\$ 266.000,00	+13,04%
2020 - 2022	R\$ 2.756.000,00 - R\$ 2.306.000,00	+ R\$ 450.000,00	+19,51%
2022 - 2023	R\$ 2.893.800,00 - R\$ 2.756.000,00	+ R\$ 137.800,00	+5,00%
2023 - 2024	R\$ 3.037.500,00 - R\$ 2.893.800,00	+ R\$ 143.700,00	+4,97%

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

A análise dos valores apresentados nos revela um crescimento significativo no montante destinado ao longo dos anos, ainda que de forma irregular. A variação percentual e os valores absolutos indicam períodos de estabilidade seguidos de aumentos expressivos, provavelmente decorrentes de mudanças nas políticas públicas, prioridades governamentais ou disponibilidade orçamentária. Entre 2015 e 2016, o aumento foi mínimo (+R\$ 1.200,00), representando apenas 0,07%, o que sugere um orçamento praticamente congelado, já de 2016 para 2017, o crescimento ainda foi discreto (+R\$ 8.800,00; 0,49%), indicando um leve reajuste.

Em 2018, há um salto de 12,01% (+R\$ 218.400,00), apontando um investimento expressivo, que pode estar associado a novas demandas, expansão dos projetos ou maior valorização da iniciativa, mas entre 2018 e 2019, o aumento foi mínimo (+R\$ 2.800,00; 0,14%),

sugerindo que o orçamento alcançou um patamar considerado adequado naquele momento. O ano de 2020 trouxe um novo aumento expressivo de 13,04% (+R\$ 266.000,00), o que pode ter sido motivado por novas políticas ou adequações estruturais para atender às demandas existentes.

Com a pandemia em 2021, houve um intervalo na sequência anual dos investimentos, mas a retomada em 2022 veio com um salto de 19,51% (+R\$ 450.000,00), o maior crescimento percentual do período. Esse aumento pode refletir tanto a recuperação de perdas anteriores quanto um impulso extra para a retomada dos eventos, porém de 2022 para 2023, o aumento foi de 5% (+R\$ 137.800,00), enquanto de 2023 para 2024 houve outro acréscimo de 4,97% (+R\$ 143.700,00), indicando um crescimento mais previsível e estável.

O crescimento total do período foi de R\$ 1.228.700,00, representando um aumento acumulado de aproximadamente 67,93% desde 2015. Embora tenha havido anos de estabilidade ou reajustes mínimos, os períodos de forte crescimento mostram a priorização gradual desse investimento. Esse padrão sugere que, apesar de oscilações, o orçamento foi ajustado de acordo com as necessidades e possibilidades financeiras ao longo dos anos.

TABELA 06 - DIFERENÇA DE VALORES DESTINADOS AOS FESTIVAIS POR ANO

Período	Valores Comparados	Diferença de Valor	Variação (%)
2015 - 2016	R\$ 468.300,00 - R\$ 467.880,00	+ R\$ 420,00	+0,09%
2016 - 2017	R\$ 468.300,00 - R\$ 468.300,00	R\$ 0,00	0,00%
2017 - 2018	R\$ 491.400,00 - R\$ 468.300,00	+ R\$ 23.100,00	+4,93%
2018 - 2019	R\$ 688.800,00 - R\$ 491.400,00	+ R\$ 197.400,00	+40,17%
2019 - 2020	R\$ 688.800,00 - R\$ 688.800,00	R\$ 0,00	0,00%
2020 - 2022	R\$ 735.000,00 - R\$ 688.800,00	+ R\$ 46.200,00	+6,71%
2022 - 2023	R\$ 771.750,00 - R\$ 735.000,00	+ R\$ 36.750,00	+5,00%
2023 - 2024	R\$ 840.000,00 - R\$ 771.750,00	+ R\$ 68.250,00	+8,84%
Total	R\$ 5.805.980,00	-	-
Acumulado	-	R\$ 372.120,00	+79,52%

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

GRÁFICO 05 - DIFERENÇA DE VALORES DESTINADOS AOS FESTIVAIS POR ANO



A análise dos dados evidencia uma trajetória de crescimento irregular nos valores destinados aos festivais ao longo dos anos. Em 2015-2016, o aumento foi mínimo, de apenas R\$ 420,00 (+0,09%), indicando um orçamento praticamente congelado. Esse padrão se manteve de 2016 para 2017, sem qualquer alteração nos valores, refletindo uma possível estabilização orçamentária.

O primeiro salto significativo ocorreu entre 2017 e 2018, com um acréscimo de R\$ 23.100,00 (+4,93%), possivelmente motivado por reajustes ou ampliação das atividades. No entanto, a mudança mais expressiva aconteceu entre 2018 e 2019, quando houve um crescimento de R\$ 197.400,00 (+40,17%). Esse aumento abrupto pode estar relacionado a uma reestruturação no financiamento dos festivais, maior reconhecimento da importância cultural do evento ou mudanças na política de fomento.

Entre 2019 e 2020, não houve variação nos valores, o que sugere uma manutenção do orçamento previamente ajustado. Já o período de 2020 a 2022 apresentou um novo aumento de R\$ 46.200,00 (+6,71%), provavelmente refletindo um investimento maior na retomada dos festivais após a pandemia.

Nos anos seguintes, o crescimento seguiu uma tendência mais previsível: de 2022 para 2023, houve um aumento de R\$ 36.750,00 (+5,00%), e de 2023 para 2024, o crescimento foi de R\$ 68.250,00 (+8,84%). Esses acréscimos indicam uma priorização contínua do investimento nos festivais, ainda que em patamares mais moderados comparados a 2018-2019.

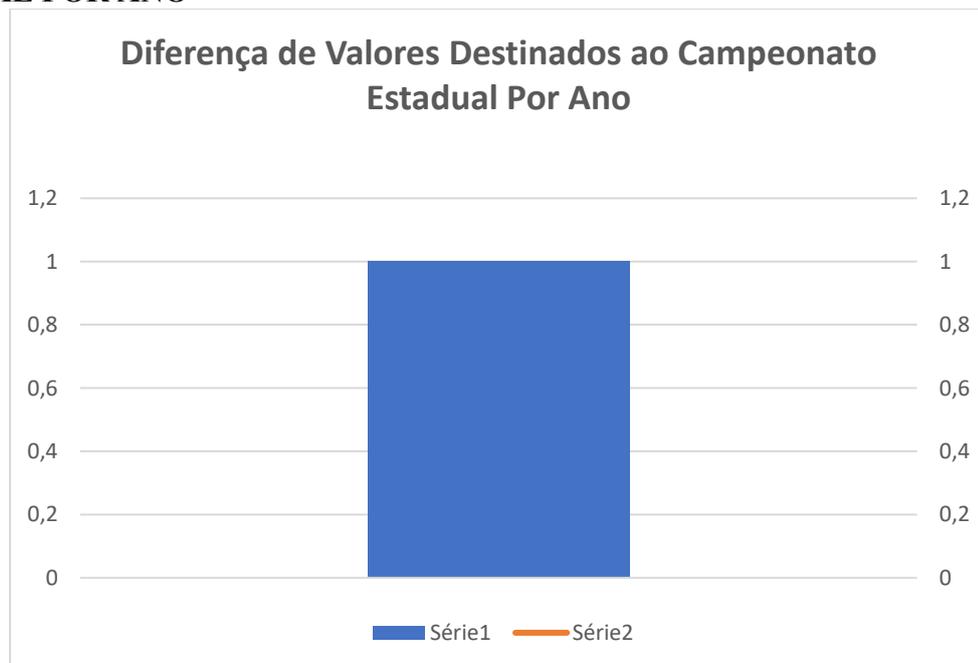
O crescimento acumulado ao longo do período foi de R\$ 372.120,00, representando um aumento percentual de 79,52% desde 2015. Embora tenha havido períodos de estabilidade, o aumento expressivo em certos momentos demonstra um esforço para fortalecer e ampliar os festivais, garantindo sua continuidade e crescimento.

TABELA 07 – DIFERENÇA DE VALORES DESTINADOS AO CAMPEONATO ESTADUAL POR ANO

Período	Valores Comparados	Diferença de Valor	Variação (%)
2015 - 2016	R\$ 367.000,00 - R\$ 323.140,00	+ R\$ 43.860,00	+13,57%
2016 - 2017	R\$ 367.000,00 - R\$ 367.000,00	R\$ 0,00	0,00%
2017 - 2018	R\$ 387.200,00 - R\$ 367.000,00	+ R\$ 20.200,00	+5,50%
2018 - 2019	R\$ 401.200,00 - R\$ 387.200,00	+ R\$ 14.000,00	+3,62%
2019 - 2020	R\$ 423.700,00 - R\$ 401.200,00	+ R\$ 22.500,00	+5,61%
2020 - 2022	R\$ 545.000,00 - R\$ 423.700,00	+ R\$ 121.300,00	+28,64%
2022 - 2023	R\$ 572.250,00 - R\$ 545.000,00	+ R\$ 27.250,00	+5,00%
2023 - 2024	R\$ 1.200.000,00 - R\$ 572.250,00	+ R\$ 627.750,00	+109,68%
Total	R\$ 4.678.855,00	-	-
Acumulado	-	R\$ 857.860,00	+265,47%

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

GRÁFICO 06 – DIFERENÇA DE VALORES DESTINADOS AO CAMPEONATO ESTADUAL POR ANO



A análise dos valores destinados ao Campeonato Estadual revela um crescimento expressivo ao longo dos anos, ainda que de forma irregular. No período de 2015-2016, o aumento foi de R\$ 43.860,00 (+13,57%), indicando um reforço inicial no orçamento. No entanto, entre 2016 e 2017, não houve variação, demonstrando uma estabilidade nos recursos destinados.

O crescimento retomou em 2017-2018, com um acréscimo de R\$ 20.200,00 (+5,50%), seguido por um aumento mais modesto de R\$ 14.000,00 (+3,62%) entre 2018 e 2019.

Esse padrão de crescimento gradual se manteve até 2019-2020, quando os valores subiram R\$ 22.500,00 (+5,61%).

Uma mudança significativa ocorreu entre 2020 e 2022, com um aumento expressivo de R\$ 121.300,00 (+28,64%), possivelmente associado a reajustes pós-pandemia ou a uma reestruturação na política de financiamento do campeonato. Em 2022-2023, o crescimento foi mais controlado, de R\$ 27.250,00 (+5,00%), sinalizando uma continuidade no investimento.

Entretanto, o grande destaque está no período de 2023-2024, quando o orçamento praticamente dobrou, passando de R\$ 572.250,00 para R\$ 1.200.000,00, um aumento de R\$ 627.750,00 (+109,68%). Esse crescimento abrupto pode indicar uma priorização inédita do Campeonato Estadual, seja por meio de novos patrocinadores, maior envolvimento governamental ou ampliação do evento.

O acumulado no período analisado atingiu R\$ 857.860,00, representando um crescimento total de 265,47%. Esses números evidenciam um reconhecimento crescente da importância do campeonato, especialmente nos últimos anos, refletindo um investimento substancial para seu fortalecimento e expansão.

A análise comparativa dos orçamentos destinados às quadrilhas juninas, festivais e ao Campeonato Estadual de Quadrilhas juninas entre 2015 e 2024

É importante observar que os três investimentos culturais analisados passaram por acréscimos financeiros significativos, mas em ritmos diferentes. O orçamento destinado aos festivais apresentou um crescimento total acumulado de 79,52%, o das quadrilhas juninas foi de 67,74%, enquanto o Campeonato Estadual teve o maior aumento, chegando a 265,47% no período analisado. Esse dado demonstra que, entre as três iniciativas, o campeonato estadual foi a que recebeu maior valorização ao longo do tempo, tanto em valores absolutos quanto em percentuais.

Entre 2016 e 2017, tanto os festivais quanto o campeonato permaneceram com os mesmos valores, demonstrando uma estagnação orçamentária naquele período. Já as quadrilhas tiveram variação mínima. Em contrapartida, entre 2019 e 2020, tanto festivais quanto quadrilhas permaneceram sem mudanças, enquanto o Campeonato Estadual registrou um aumento de 5,61%.

A pandemia de 2021 teve impacto nos investimentos, resultando em uma interrupção dos aportes. Contudo, o período pós-pandêmico (2022-2024) revelou um forte aumento nos valores destinados aos três eventos, com destaque absoluto para o Campeonato Estadual, cujo orçamento mais do que dobrou em 2024, saindo de R\$ 572.250,00 em 2023 para R\$ 1.200.000,00, um aumento de 109,68% em apenas um ano.

É importante perceber que os festivais de quadrilhas juninas e as quadrilhas juninas também tiveram aumento considerável, mas em proporções menores. Em 2023-2024, os festivais cresceram 8,84%, e as quadrilhas 4,97%, números expressivos, mas inferiores ao do campeonato.

Os dados evidenciam que, ao longo dos anos, o Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas, tornou-se a principal prioridade orçamentária, com um crescimento exponencial, principalmente nos últimos anos. O aumento expressivo no investimento pode indicar uma nova diretriz política ou uma demanda crescente pelo evento.

Por outro lado, os festivais e as quadrilhas, apesar de apresentarem crescimento contínuo, receberam aumentos menos agressivos. Isso sugere que, embora valorizadas, essas manifestações culturais não tiveram o mesmo nível de priorização que o Campeonato Estadual.

A análise financeira revela uma mudança na alocação de recursos, com o Campeonato Estadual assumindo o protagonismo no orçamento público. O crescimento de 265,47% demonstra que ele recebeu investimentos muito superiores aos das quadrilhas e festivais. Os festivais tiveram um crescimento maior que o das quadrilhas, mas ainda assim ambos ficaram em segundo plano quando comparados ao campeonato.

Essa diferença pode ser atribuída a diversos fatores, como o aumento do interesse pelo campeonato, maior retorno econômico ou até mesmo uma mudança na política cultural e esportiva. Enquanto as quadrilhas e festivais mantiveram um crescimento gradual e constante, o Campeonato Estadual registrou saltos abruptos, especialmente no pós-pandemia.

Dessa forma, os números indicam que, dentro das prioridades orçamentárias, o incentivo ao campeonato estadual de quadrilhas juninas superou o apoio às festividades culturais e as próprias quadrilhas, ainda que estas tenham mantido um fluxo de investimento crescente ao longo do período analisado.

A análise comparativa dos orçamentos destinados às quadrilhas juninas, festivais e ao Campeonato Estadual de Quadrilhas juninas entre 2015 e 2024

É importante observar que os três investimentos culturais analisados passaram por acréscimos financeiros significativos, mas em ritmos diferentes. O orçamento destinado aos festivais apresentou um crescimento total acumulado de 79,52%, o das quadrilhas juninas foi de 67,74%, enquanto o Campeonato Estadual teve o maior aumento, chegando a 265,47% no período analisado. Esse dado demonstra que, entre as três iniciativas, o campeonato estadual

foi a que recebeu maior valorização ao longo do tempo, tanto em valores absolutos quanto em percentuais.

Entre 2016 e 2017, tanto os festivais quanto o campeonato permaneceram com os mesmos valores, demonstrando uma estagnação orçamentária naquele período. Já as quadrilhas tiveram variação mínima. Em contrapartida, entre 2019 e 2020, tanto festivais quanto quadrilhas permaneceram sem mudanças, enquanto o Campeonato Estadual registrou um aumento de 5,61%.

A pandemia de 2021 teve impacto nos investimentos, resultando em uma interrupção dos aportes. Contudo, o período pós-pandêmico (2022-2024) revelou um forte aumento nos valores destinados aos três eventos, com destaque absoluto para o Campeonato Estadual, cujo orçamento mais do que dobrou em 2024, saindo de R\$ 572.250,00 em 2023 para R\$ 1.200.000,00, um aumento de 109,68% em apenas um ano.

É importante perceber que os festivais de quadrilhas juninas e as quadrilhas juninas também tiveram aumento considerável, mas em proporções menores. Em 2023-2024, os festivais cresceram 8,84%, e as quadrilhas 4,97%, números expressivos, mas inferiores ao do campeonato.

Os dados evidenciam que, ao longo dos anos, o Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas, tornou-se a principal prioridade orçamentária, com um crescimento exponencial, principalmente nos últimos anos. O aumento expressivo no investimento pode indicar uma nova diretriz política ou uma demanda crescente pelo evento.

Por outro lado, os festivais e as quadrilhas, apesar de apresentarem crescimento contínuo, receberam aumentos menos agressivos. Isso sugere que, embora valorizadas, essas manifestações culturais não tiveram o mesmo nível de priorização que o Campeonato Estadual.

A análise financeira revela uma mudança na alocação de recursos, com o Campeonato Estadual assumindo o protagonismo no orçamento público. O crescimento de 265,47% demonstra que ele recebeu investimentos muito superiores aos das quadrilhas e festivais. Os festivais tiveram um crescimento maior que o das quadrilhas, mas ainda assim ambos ficaram em segundo plano quando comparados ao campeonato.

Essa diferença pode ser atribuída a diversos fatores, como o aumento do interesse pelo campeonato, maior retorno econômico ou até mesmo uma mudança na política cultural e esportiva. Enquanto as quadrilhas e festivais mantiveram um crescimento gradual e constante, o Campeonato Estadual registrou saltos abruptos, especialmente no pós-pandemia.

Dessa forma, os números indicam que, dentro das prioridades orçamentárias, o incentivo ao campeonato estadual de quadrilhas juninas superou o apoio às festividades

culturais e as próprias quadrilhas, ainda que estas tenham mantido um fluxo de investimento crescente ao longo do período analisado.

3.3. Quem faz a festa: políticas públicas e suas influências nas quadrilhas e nos festivais de quadrilhas juninas

As quadrilhas e festivais de quadrilhas juninas são manifestações culturais profundamente enraizadas nas tradições populares do Brasil, especialmente no Nordeste, contudo, sua realização não é apenas espontânea, sendo fortemente influenciada por políticas públicas que visam preservar e ampliar essas festas. O Estado tem sido um agente crucial nesse processo, promovendo o fortalecimento da identidade cultural e social das comunidades, com apoio financeiro e estrutural para a organização dos eventos, a capacitação dos envolvidos e a formação de novos grupos de quadrilha.

As festas juninas, e particularmente as quadrilhas, desempenham um papel central na construção da identidade cultural. Segundo DaMatta (1997), as festas populares são momentos de reforço dos laços sociais, e as quadrilhas, com suas danças, músicas e figurinos, são um reflexo dessa dinâmica. Nesse contexto, as políticas públicas, como o programa Ceará Junino, têm sido fundamentais para garantir a continuidade dessas festividades e ampliar sua abrangência, permitindo a participação de mais grupos e a preservação das tradições ao longo das gerações (Carvalho, 2016).

É importante compreender que além do impacto cultural, o apoio estatal também impulsiona a economia local. Como observa Costa (2012), a cultura popular, como as quadrilhas juninas, gera empregos e renda para diversos profissionais, como artesãos, músicos e coreógrafos, estimulando a produção e comercialização de itens relacionados às festividades, pois o apoio do Estado amplia o acesso às festas em regiões mais afastadas, promovendo a inclusão social e cultural, como enfatiza Canclini (2007).

Outro aspecto importante das políticas públicas é o investimento na formação de novos profissionais, como dançarinos, coreógrafos e artistas, essencial para a continuidade e renovação das tradições culturais. Rios (2011) destaca que a continuidade das festas depende, em grande parte, da formação de novos atores culturais. Programas como o Ceará Junino, portanto, não apenas fomentam festivais, mas também incentivam a capacitação e a pesquisa sobre as danças e músicas tradicionais, garantindo que o saber popular seja transmitido às novas gerações.

Dançando com recursos: Como o programa fortalece as quadrilhas

O Ceará Junino é uma política pública implementada pelo Governo do Estado do Ceará com o objetivo de valorizar e fortalecer as tradições culturais do estado, em especial as festas juninas e as quadrilhas. Este programa não apenas promove o resgate das manifestações culturais típicas da região, como também atua no incentivo à formação e capacitação de grupos culturais e comunidades, ampliando o acesso da população a recursos que viabilizem a realização dessas festividades. Nesse sentido, o Ceará Junino não é apenas uma iniciativa de fomento à dança e à música, mas uma estratégia para o fortalecimento da identidade cultural local e a promoção do desenvolvimento socioeconômico por meio da cultura.

O impacto do Ceará Junino pode ser observado em diversos aspectos da vida cultural do estado. Segundo Souza (2010), políticas públicas voltadas para a promoção da cultura desempenham um papel fundamental na preservação das tradições populares, oferecendo recursos materiais e financeiros essenciais para a sua manutenção e expansão. O programa atua diretamente no incentivo à organização das quadrilhas juninas, dos festivais proporcionando capacitação para os grupos e oferecendo apoio logístico e financeiro, o que amplia a participação da comunidade em eventos que, além de fortalecerem a cultura local, promovem a inclusão social.

Advindo da implementação de recursos, com o financiamento direcionado para a organização dos festivais e para montagem das quadrilhas no que diz respeito a aquisição de figurinos, a construção de cenários e a capacitação de dançarinos e coreógrafos, o Ceará Junino fortalece não apenas a prática da dança, mas também a conscientização sobre a importância das festas juninas como patrimônio cultural.

Para Abreu (2015), as festas populares, como as quadrilhas juninas, são fundamentais para a formação da identidade cultural de um povo, pois oferecem uma plataforma de expressão e de preservação das tradições locais. No caso do Ceará, onde as quadrilhas representam uma das maiores expressões culturais, o apoio a programas como o Ceará Junino é essencial para a manutenção dessa manifestação popular, além de ser uma ferramenta de ressignificação da cultura para as novas gerações, além de preservar as tradições, o Ceará Junino tem um impacto econômico significativo, uma vez que gera emprego e renda para muitas comunidades.

Silva (2019) aponta que, ao incentivar a realização de festividades e a participação de grupos culturais nas quadrilhas, o programa também fomenta o turismo e o comércio local, gerando uma economia criativa que envolve desde os artesãos que produzem os figurinos até os profissionais de som e luz que atuam nas apresentações.

O incentivo à realização de festivais e competições de quadrilhas juninas também traz visibilidade para as comunidades e seus artistas, estimulando um ciclo contínuo de valorização cultural e desenvolvimento local, portanto, o programa Ceará Junino é uma ação estratégica que vai além de um evento sazonal, promovendo um fortalecimento da cultura popular no estado do Ceará.

É importante compreender que ele contribui para o fortalecimento das manifestações culturais, a preservação das tradições, o desenvolvimento social e econômico das comunidades e, ainda, a construção de um espaço de valorização e expressão para as novas gerações, assim, o Ceará Junino é um exemplo de como uma política pública de fomento à cultura pode influenciar positivamente a sociedade, promovendo um sentido de pertencimento e orgulho cultural para o povo cearense.

Personagens que Costuram o Espetáculo das Quadrilhas Juninas

As festas juninas são uma expressão rica e vibrante da cultura popular brasileira, especialmente nas regiões do Nordeste. Entre as principais atrações dessas festividades estão as quadrilhas, danças tradicionais que envolvem uma combinação única de música, movimento e elementos cênicos. Para que uma quadrilha se torne um espetáculo de sucesso, um conjunto diversificado de profissionais trabalha em sinergia, cuidando desde os detalhes da organização até a criação dos figurinos e cenários.

Entre esses profissionais, destacam-se o presidente de quadrilha, as costureiras, os chapeleiros, os coreógrafos, os cenógrafos, e os promotores de eventos. Cada um desses personagens desempenha um papel essencial, contribuindo para o brilho e a autenticidade das apresentações, criando uma verdadeira festa para os sentidos.

O presidente de quadrilha é o grande responsável pela gestão da apresentação. Além de ser o líder da quadrilha, ele é o responsável por organizar os ensaios, coordenar a interação entre os membros e garantir que a apresentação esteja em sintonia com a tradição das festas juninas. O presidente também se envolve em aspectos logísticos e de comunicação, representando a quadrilha perante o público e nas festividades. Costa (2020) descreve o presidente como "a figura que mantém a harmonia e o espírito festivo, sendo o condutor das tradições que atravessam gerações."

As costureiras são essenciais para a criação dos figurinos que conferem identidade à quadrilha. Elas são as responsáveis por confeccionar roupas coloridas e criativas, que capturam a essência das festas juninas. Cada traje é cuidadosamente planejado para refletir a

vivacidade das danças, com detalhes em estampas florais, fitas e bordados, que trazem um toque único à apresentação. Segundo Silva (2017), "a arte das costureiras vai além de simples roupas; elas são responsáveis por traduzir a energia e o ritmo da festa nas vestimentas dos dançarinos."

Os chapeleiros são os artesãos dos chapéus, acessórios que complementam o visual das quadrilhas. Usando materiais como palha, tecido e até mesmo flores, os chapeleiros criam peças que não só têm valor estético, mas também simbólico. O chapéu, com seu formato peculiar e adereços variados, é um dos elementos mais marcantes nas danças juninas, refletindo a cultura nordestina de forma única. Pereira (2018) explica que "os chapeleiros são os artistas que embelezam a dança, criando acessórios que, além de enfeitar, contam histórias e remetem à identidade cultural da festa."

Os coreógrafos são os responsáveis por criar as coreografias das quadrilhas, organizando os passos e movimentos que os dançarinos devem executar. Eles equilibram a preservação das tradições com a inovação, adicionando elementos criativos que tornam a dança mais dinâmica e envolvente. Um bom coreógrafo não só conhece os passos tradicionais, mas também sabe como contar uma história por meio do movimento. Lima (2016) afirma que "o coreógrafo é o arquiteto do espetáculo, desenhando com precisão os gestos que compõem a dança, criando um ritmo que encanta e envolve o público."

Os cenógrafos são os profissionais que constroem os cenários e o ambiente visual onde as quadrilhas se apresentam. Eles são responsáveis por criar espaços que representam as festas juninas, usando elementos como barracas de quermesse, bandeirinhas coloridas, fogueiras artificiais e outros adereços que dão vida ao cenário. O trabalho do cenógrafo vai além da decoração: ele é responsável por criar uma atmosfera que faça o público sentir-se imerso na festa. Silva e Santos (2019) destacam que "o cenógrafo é o mestre na arte de transformar espaços, criando um cenário que permite aos espectadores vivenciar as emoções da festa junina."

Os promotores de eventos são os responsáveis pela parte logística e organizacional das festividades juninas. Eles cuidam de toda a parte de divulgação, organização de horários, contratação de artistas e fornecedores, além de garantir a segurança e a acessibilidade do evento. Os promotores também têm um papel fundamental em atrair público, realizando campanhas de marketing e realizando parcerias que tragam visibilidade para o evento. Segundo Costa (2020), "os promotores são os construtores da festa, cuidando para que a magia aconteça de maneira organizada, segura e acessível a todos."

Além desses profissionais mencionados, muitos outros também desempenham papéis importantes em uma festa junina, como os fotógrafos que registram os momentos

especiais, os iluminadores que criam efeitos deslumbrantes e os auxiliares de palco que ajudam a garantir que tudo aconteça de forma fluida durante as apresentações. Juntos, esses profissionais fazem das festas juninas um evento completo e inesquecível.

Esses personagens, juntos, formam a teia que sustenta o espetáculo das quadrilhas, criando uma experiência rica e envolvente que celebra a cultura popular brasileira em sua essência. Cada um contribui com seu talento e dedicação, transformando a festa em um verdadeiro espetáculo de luz, cor, música e tradição.

3.4 O grande arraial: festivais e campeões do Ceará junino nos últimos 10 anos

As festas juninas, uma expressão cultural central no Brasil, têm se consolidado como uma forte representação da identidade nacional. No Ceará, essas celebrações assumem uma identidade própria, impulsionadas pelo programa Ceará Junino, que promove sua visibilidade e organização. Ao longo da última década, a sofisticação das quadrilhas juninas no estado tem sido um reflexo da combinação entre tradição e inovação. Segundo Cascudo (2006), “a festa popular é o lugar onde a comunidade celebra não apenas suas tradições, mas também sua capacidade de resistir e reinventar-se diante das transformações sociais.”

As quadrilhas juninas no Ceará têm sido um exemplo de reinvenção estética, incorporando teatralidade, cenografia e figurinos sofisticados, conforme destaca Carvalho (2010): “a cultura popular encontra no novo milênio um espaço de reinvenção, onde o tradicional dialoga com o moderno sem perder sua essência.” O programa Ceará Junino tem sido essencial nesse processo, oferecendo apoio financeiro e editais públicos para as quadrilhas, como observa Albuquerque (2007), “as políticas culturais só alcançam sua plenitude quando respeitam a dinâmica local e permitem que os agentes culturais sejam protagonistas de suas próprias histórias.”

A competitividade saudável promovida pelos festivais juninos no Ceará também desempenha um papel importante. Arruda (2015) argumenta que “a competição, quando bem estruturada, não elimina a cooperação, mas a reforça ao estabelecer padrões que incentivam a superação coletiva.” Isso contribui para o fortalecimento das redes culturais e a integração social das comunidades, além do aspecto cultural, o movimento junino tem grande impacto socioeconômico.

Como aponta Bosí (1994), “a cultura popular possui um potencial significativo para a geração de emprego e renda, especialmente em contextos onde as relações de produção ainda são baseadas na economia criativa e na valorização dos saberes locais.” O setor junino mobiliza uma cadeia produtiva que envolve desde costureiras até coreógrafos, gerando emprego e

fomentando o turismo. Cidades como Maracanaú e Juazeiro do Norte se destacam durante a temporada junina, como observa Arruda (2015), “a dimensão econômica da cultura não deve ser negligenciada, pois é por meio dela que os festejos populares ganham sustentabilidade e alcançam novos públicos.”

Apesar dos avanços, o movimento enfrenta desafios, como a necessidade de maior inclusão social e maior financiamento. Também é importante destacar a educação patrimonial, que pode contribuir para a preservação das tradições, como defende Souza (2018): “a formação de novas gerações comprometidas com a cultura popular é essencial para garantir a continuidade e a vitalidade das manifestações culturais.”

Contemplados pelo programa: Onde a festa acontece

Os festivais juninos no Ceará, viabilizados pelo edital Ceará Junino, são pilares da cultura local, promovendo a preservação e valorização das tradições populares do estado. Esses eventos não apenas celebram as manifestações culturais cearenses, mas também atuam como um ponto de encontro entre história, arte e identidade regional. O programa oferece apoio financeiro crucial para a realização de festivais que abrangem música, dança, gastronomia e outras expressões artísticas, assegurando que esses elementos permaneçam vivos e acessíveis à população.

Segundo Lessa (2010), festivais culturais como os juninos têm um impacto significativo na economia local, estimulando o comércio, os serviços e o turismo. Eles geram empregos temporários e promovem a circulação de renda, ao mesmo tempo que oferecem uma vitrine para o artesanato e a gastronomia locais, fundamentais para a geração de renda para muitas famílias. O envolvimento de artistas regionais, como músicos e dançarinos, fortalece a economia criativa e estimula o talento local.

O Ceará Junino também busca garantir a acessibilidade e a inclusão social, promovendo eventos que atendem a pessoas com deficiência e disponibilizam intérpretes de Libras, conforme Sampaio (2018). Vamos verificar que os investimentos abrangem desde a infraestrutura física dos eventos, como palcos e barracas, até a segurança e os serviços técnicos, garantindo que os festivais ofereçam uma experiência de qualidade ao público.

No entanto, a execução do edital enfrenta desafios importantes, como a necessidade de capacitação técnica dos organizadores para atender aos critérios do programa. Muitos grupos locais enfrentam dificuldades na elaboração de projetos e na prestação de contas, o que limita sua participação. Sampaio (2018) sugere a implementação de programas de formação contínua

para capacitar os responsáveis pelos festivais, enquanto Silva (2017) defende a diversificação das fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade dos eventos a longo prazo.

Além de sua importância cultural, os festivais juninos são vistos como espaços de resistência cultural, onde as comunidades reafirmam suas identidades e fortalecem os laços sociais, como observa Lessa (2010). A diversidade cultural que caracteriza as festas no Ceará reflete influências de várias regiões e grupos sociais, e é resultado do apoio contínuo do governo estadual.

Os grandes campeões: Quadrilhas que marcaram história

As quadrilhas juninas são uma das principais expressões da cultura popular brasileira, especialmente no Nordeste, refletindo a fusão de tradições europeias, africanas e indígenas, como destaca Cascudo (1952). Elas representam a identidade cultural da região e se tornaram um símbolo das festas de São João, Santo Antônio e São Pedro. Os grupos campeões se destacam pela inovação, mesclando elementos tradicionais e contemporâneos, como afirma Pimentel (2021): “as quadrilhas campeãs são exemplos vivos de como a tradição pode ser preservada ao mesmo tempo que se renova”.

O Campeonato Ceará Junino tem sido um dos maiores responsáveis pela preservação das tradições juninas, impactando a cultura, a economia e o turismo locais. Abreu (1999) observa que as festas populares “não apenas reafirmam valores culturais, mas também impulsionam o desenvolvimento econômico e a integração social”. As quadrilhas, além de suas vitórias, representam espaços de resistência cultural, como observa Andrade (2020): “a quadrilha junina é um símbolo de união, criatividade e resiliência”.

Desde 2000, diversas quadrilhas se destacaram no cenário estadual, como a Fulô do Sertão, que se consagrou campeã em 2000 e 2001, e a Ceará Junino, que retornou ao topo em 2006. Essa alternância de campeões reflete a diversidade cultural e o crescimento das quadrilhas no estado, conforme Abreu (1999): “as manifestações culturais se renovam e se diversificam conforme os contextos regionais”. A competição também fortalece o comércio local, com destaque para os produtos típicos e o artesanato, gerando empregos e atraindo turistas.

A análise histórica do Campeonato Ceará Junino evidencia a importância das quadrilhas não só para a preservação da cultura, mas também para o fortalecimento das identidades locais e o impacto econômico. Como defende Queiroz (1982), as quadrilhas juninas são “o sincretismo e a fusão de elementos culturais de matrizes diversas, como as tradições

européias e afro-brasileiras, ressignificadas em contextos locais”, reforçando o papel fundamental da cultura no desenvolvimento social e econômico da região.

QUADRO 02 - AS CAMPEÃS DO CAMPEONATO CEARÁ JUNINO – 2000 A 2024

Quadrilha	Anos Campeã	Cidade
Arraiá do Furduço	2008	Altaneira
Arraiá do Patativa	2009, 2011	Assaré
Ceará Junino	2006, 2016	Fortaleza
Cheiro de Terra	2010, 2012	Horizonte
Fulô do Sertão	2000, 2001, 2013, 2014	Senador Pompeu
Junina Babaçu	2017, 2019	Fortaleza
Junina Tradição	2018	Pindoretama
Nação Nordestina	2023, 2024	Juazeiro do Norte
Paixão Nordestina	2015	Fortaleza
Zé Testinha	2007	Fortaleza
Arriba a Saia	2022	Várzea Alegre

Fonte dos dados da tabela: SecultCe

A tabela apresentada sobre o Campeonato Estadual Ceará Junino, com as campeãs de 2000 a 2024, revela importantes elementos da história cultural do Ceará e da diversidade das quadrilhas juninas, além de destacar como essas manifestações contribuem para a preservação e a valorização da cultura popular nordestina.

O Campeonato Estadual Ceará Junino sendo uma das mais importantes expressões da cultura nordestina, e a repetição de vitórias por quadrilhas como Fulô do Sertão e Ceará Junino reflete a continuidade e a importância dessa tradição. A quadrilha Fulô do Sertão, campeã em 2000, 2001, 2013 e 2014, representa não apenas o talento e a dedicação dos membros da quadrilha, mas também a força da tradição nas cidades do interior. Segundo a pesquisadora e professora Aquino (2004), “a cultura popular é o principal instrumento para entender as dinâmicas sociais e culturais das regiões brasileiras”. Nesse sentido, o contínuo sucesso da Fulô do Sertão de Senador Pompeu ilustra como a cultura junina é preservada e valorizada nas cidades do interior cearense, sendo parte essencial da identidade dessas localidades.

Fortaleza, como capital, naturalmente se destaca com um grande número de vitórias. As quadrilhas Ceará Junino (2006, 2016), Zé Testinha (2007), Junina Babaçu (2017, 2019) e Paixão Nordestina (2015) representam a diversidade e o dinamismo da cultura junina na capital. Fortaleza tem sido reconhecida como um polo cultural, não apenas para o Ceará, mas para o Nordeste como um todo. De acordo com o sociólogo Martins (2000), “as grandes cidades, como Fortaleza, concentram, de forma intensificada, as manifestações culturais,

refletindo um processo de modernização e preservação das raízes culturais”. A frequente presença de quadrilhas de Fortaleza no pódio evidencia a importância da cidade na manutenção e na adaptação das tradições juninas, que dialogam com as novas demandas e perspectivas culturais, mantendo sua força nas celebrações.

A crescente presença de quadrilhas do interior cearense, como Junina Tradição de Pindoretama (2018), Arriba a Saia de Várzea Alegre (2022), e Nação Nordestina de Juazeiro do Norte (2023, 2024), sinaliza um fenômeno interessante: a descentralização do protagonismo no Campeonato Ceará Junino. Isso reflete o fortalecimento da cultura junina fora da capital, com cidades do interior assumindo cada vez mais o papel de protagonistas. Segundo Ortiz (1994), “os movimentos culturais no interior revelam novas formas de ressignificação da identidade regional”. Essa ascensão das quadrilhas do interior é um indicativo de que a cultura junina no Ceará está se diversificando, passando a englobar um espectro mais amplo de manifestações culturais.

A tabela também menciona os anos em que o Campeonato não ocorreu, como em 2002, 2003, 2004, 2005, 2020 e 2021. Em particular, os anos de pandemia (2020 e 2021) são um reflexo das dificuldades enfrentadas pelos eventos culturais durante o período de restrições. A suspensão do Campeonato, nesses anos, destaca como as condições externas, como crises sanitárias, podem impactar diretamente as expressões culturais. Para Miceli (2010), “as crises externas, como as sanitárias, podem afetar profundamente as manifestações culturais, pois limitam o encontro social e o compartilhamento das tradições”. A ausência dos campeonatos nesses anos demonstrou a vulnerabilidade dessas tradições, que, no entanto, mostraram resiliência ao retomar a competição nos anos seguintes.

O surgimento de novas quadrilhas, como Arriba a Saia e Junina Tradição, que trouxeram inovações em seus figurinos e coreografias, também sugere um movimento de modernização dentro da tradição das quadrilhas. Essa modernização, no entanto, não implica na perda das raízes culturais, mas sim na adaptação dos elementos tradicionais à realidade contemporânea.

Bentes (2002) comenta que “a modernização das manifestações culturais não significa um rompimento com o passado, mas sim uma adaptação e uma reinvenção constante dessas manifestações”. A diversidade de nomes e propostas de quadrilhas ao longo dos anos, como Junina Babaçu e Paixão Nordestina, ilustra essa reinvenção da tradição, mantendo viva a cultura de forma dinâmica e atrativa para as novas gerações.

A análise da tabela das campeãs do Campeonato Ceará Junino de 2000 a 2024 revela a importância do evento como um campo de preservação e inovação da cultura popular

cearense. A manutenção de quadrilhas tradicionais, como Fulô do Sertão, ao lado da ascensão de novas cidades e novas quadrilhas, como Nação Nordestina, demonstra o dinamismo e a capacidade de adaptação das tradições juninas. Como afirmou Cascudo (1964), “a cultura popular é um patrimônio dinâmico, que se reinventa, mas nunca se perde”.

4 ANÁLISE E REFLEXÕES: A DANÇA DAS POLÍTICAS E SEUS IMPACTOS

As manifestações culturais populares, especialmente as quadrilhas juninas no Ceará, não sobrevivem apenas da força da tradição ou do entusiasmo das comunidades. Elas se mantêm vivas e pulsantes também pela ação das políticas públicas que reconhecem, incentivam e estruturam essas práticas. Nesse sentido, é fundamental compreender os efeitos das políticas culturais sobre o universo junino não apenas em termos de apoio financeiro, mas sobretudo no que tange ao fortalecimento simbólico, à profissionalização e à inserção sociocultural dos sujeitos envolvidos.

O Programa Ceará Junino, ao longo de sua trajetória, se constituiu como uma engrenagem essencial nesse processo de valorização. Entretanto, sua eficácia vai além da simples concessão de editais: está na capacidade de gerar impactos reais nas comunidades, na vida dos artistas e agentes culturais, e nas múltiplas cadeias produtivas que se articulam em torno do ciclo junino. Figurinistas, costureiras, sapateiros, coreógrafos, músicos, marcadores e diretores artísticos passam a integrar um sistema dinâmico de trabalho e criação que movimenta territórios tradicionalmente invisibilizados pelo poder público.

Entretanto, como em toda política cultural, há tensões, pois as regras dos editais, por vezes excessivamente burocráticas, podem excluir grupos com menor escolaridade ou menos acesso à informação. As avaliações técnicas nem sempre consideram as especificidades culturais e regionais dos grupos, o que leva à padronização estética em nome da competitividade, além disso, a intermitência dos recursos e a falta de uma política continuada que garanta sustentabilidade ao longo do ano colocam em risco a autonomia e a permanência dos grupos, que dependem de esforço voluntário e dedicação pessoal para manter suas atividades.

A "dança das políticas" é, portanto, uma metáfora apropriada, pois há avanços e recuos, movimentos coreografados e improvisos, ritmos acelerados e pausas forçadas. Os grupos culturais precisam se adaptar constantemente às exigências institucionais, o que demanda capacitação, organização e, muitas vezes, renúncias criativas, ainda assim, resistem, reinventam-se, e seguem atuando como verdadeiros núcleos de formação cidadã e artística.

É nesse cenário que emergem reflexões críticas sobre o papel do Estado na promoção da cultura popular. Deve ele apenas financiar o espetáculo, ou também garantir formação continuada, fomento estrutural, segurança jurídica e diálogo permanente com os fazedores de cultura? É possível articular políticas públicas que respeitem a autonomia criativa dos grupos sem transformá-los em meros instrumentos de marketing institucional?

A experiência do Ceará Junino aponta para caminhos possíveis, pois ao investir nos territórios culturais, ao reconhecer os saberes comunitários e ao fomentar circuitos de circulação das quadrilhas, o programa abre espaço para a construção de uma política cultural mais democrática, descentralizada e conectada com as realidades locais.

É de se observar que ainda há desafios a superar – como a valorização dos profissionais invisíveis por trás do espetáculo, o combate à precarização e a inclusão de grupos periféricos – mas também há conquistas significativas a celebrar.

Esta análise revelara que as políticas culturais, quando bem conduzidas, podem ser instrumentos potentes de transformação social, pois no compasso da sanfona, sob o brilho das roupas coloridas, há muito mais do que festa: há resistência, arte e política dançando juntas.

4.1 Desvendando A Dança: Análise Dos Dados Da Pesquisa

A análise dos dados de uma pesquisa sobre o Programa Ceará Junino tem como objetivo compreender o impacto das políticas públicas voltadas para o fortalecimento das festas populares e das tradições culturais, especialmente as quadrilhas juninas, no estado do Ceará. Essa análise não se limita à simples apresentação de dados, mas busca interpretar as transformações ocorridas nas comunidades beneficiadas, nas manifestações culturais e nas estruturas locais.

Conforme destaca Almeida (2019), políticas públicas culturais bem-estruturadas têm o poder de fortalecer as identidades culturais locais e gerar uma transformação socioeconômica nas regiões atendidas, principalmente ao incentivar práticas culturais populares como as festas juninas. A análise dos dados permitirá medir de que forma o programa contribui para a visibilidade das manifestações culturais e qual o impacto econômico gerado pela movimentação de público e turistas.

A coleta de dados qualitativos e quantitativos visa entender os efeitos do programa sobre as comunidades locais. Para Costa e Gomes (2020), a capacitação dos grupos culturais é um fator essencial para o sucesso de qualquer política pública cultural. Nesse sentido, a pesquisa pode identificar se os grupos de quadrilhas receberam o apoio necessário em termos de formação técnica e gestão cultural, áreas muitas vezes negligenciadas, mas fundamentais para a sustentabilidade das iniciativas culturais.

Ademais, a análise dos dados poderá revelar ou não dificuldades enfrentadas pelos participantes, como burocracia excessiva e a falta de infraestrutura. Segundo Silva (2017), um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de políticas culturais no Brasil é justamente a complexidade do processo administrativo, que muitas vezes dificulta o acesso a recursos essenciais. A partir da pesquisa, será possível identificar essas lacunas e sugerir melhorias, como a simplificação dos processos de inscrição ou o aumento da transparência e eficiência na distribuição de recursos.

É importante e fundamental que a análise dos dados observe o impacto intangível do programa, como o fortalecimento da identidade cultural e a valorização das tradições locais, conforme argumenta Lima (2018). A pesquisa também deve observar como as festividades juninas, ao serem promovidas e apoiadas por políticas públicas, podem contribuir para a coesão social e a promoção do bem-estar coletivo nas comunidades envolvidas.

A análise dos dados desta pesquisa não foi apenas um levantamento de números, mas uma avaliação crítica e reflexiva sobre o impacto do Programa Ceará Junino nas dimensões cultural, social e econômica das comunidades. Ela permitiu compreender os sucessos e as limitações do programa e orientar políticas públicas futuras para aprimorar as ações culturais e promover a sustentabilidade a longo prazo das manifestações populares.

A festa em números: Descrição dos dados coletados com os profissionais juninos

A política pública do Programa Ceará Junino, implementada pelo governo estadual, tem como principal objetivo valorizar e fomentar as tradições culturais populares, especialmente as quadrilhas juninas, que desempenham papel fundamental nas festividades e na preservação do patrimônio imaterial da região.

A pesquisa realizada buscou avaliar os impactos desse programa nas comunidades envolvidas, na economia local e na qualidade da experiência cultural proporcionada aos participantes. A análise dos dados obtidos visa identificar as vantagens, desafios e áreas de aprimoramento dessa política pública.

A pesquisa aplicada junto a profissionais que atuam em diversas funções no universo das quadrilhas juninas no Ceará, totalizando 105 respostas, evidencia o papel fundamental desses agentes culturais na manutenção das tradições e na dinamização da economia criativa regional. A maioria dos respondentes está concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza, o que reforça a relevância territorial das manifestações juninas nesse polo cultural. Os dados coletados oferecem uma visão abrangente dos impactos positivos da política pública do Programa Ceará Junino.

A distribuição das profissões entre os respondentes revela que a maior parte está envolvida diretamente com a dança, representada por 28,57% dos profissionais, o que reflete a centralidade dessa atividade nas apresentações. Jurados e maquiadores vêm em segundo lugar, com 14,29% cada, o que indica um equilíbrio entre a avaliação técnica e a preparação estética dos participantes dentre diversos faores a se considerar. Profissões como chapeleiros e músicos, com 9,52%, são essenciais para a criação dos adereços e a construção da trilha sonora,

fundamentais para a ambientação cultural das quadrilhas. Outras funções, como estilistas, costureiros, atores, diretores de casamento, autores, coreógrafos, aderecistas e diretores de quadrilhas, aparecem com 4,76% cada, completando um ecossistema diversificado que garante a riqueza visual, narrativa e performática das festas juninas.

Esse panorama reforça a ideia de que as quadrilhas juninas não são sustentadas apenas pela performance no palco, mas por uma cadeia produtiva criativa e colaborativa. A colaboração entre os diferentes profissionais evidencia a complexidade organizacional dessas manifestações e a necessidade de políticas públicas que considerem sua dimensão ampliada e integrada, visando a sustentabilidade e a valorização das profissões culturais locais.

Em termos de escolaridade, os dados revelam um perfil altamente qualificado. Quase metade dos profissionais (47,62%) possuem ensino superior completo, o que demonstra o investimento contínuo desses trabalhadores em aprimoramento técnico e teórico, independentemente de seus envolvimento com o emio junino. Outros 23,81% são especialistas e 14,29% possuem ensino superior incompleto, sinalizando uma forte busca por especialização. A presença de mestres em formação (4,76%) aponta para a continuidade do processo acadêmico e o potencial de inovação dentro desse campo cultural. As taxas mais baixas estão entre os profissionais com ensino médio completo (9,52%) ou incompleto (4,76%), sugerindo que, apesar de sua vivência prática, a maioria dos envolvidos no universo das quadrilhas juninas tem um nível de escolaridade elevado.

Quanto à identidade de gênero, 80,95% dos respondentes se identificam como homens cisgêneros, enquanto 14,29% são mulheres cisgêneras e 4,76% preferiram não responder. Esse dado indica uma predominância masculina no universo das quadrilhas juninas, possivelmente relacionado ao perfil das funções desempenhadas ou à maior visibilidade masculina nos bastidores e produção desses eventos. No entanto, a presença feminina, embora minoritária, e a diversidade nas respostas sugerem que há espaço para mais inclusão e participação das mulheres, o que poderia ser estimulado por meio de políticas culturais mais inclusivas.

A análise da expressão de gênero acompanha em grande parte a identidade de gênero, com 80,95% dos participantes se expressando de forma masculina, enquanto 19,05% adotam uma expressão feminina no dia a dia. A diferença entre o número de mulheres cisgêneras e a quantidade de pessoas com expressão feminina aponta para uma fluidez nas formas de expressão e identidade dentro do ambiente cultural das quadrilhas, mediante observações. Isso indica que as quadrilhas juninas podem ser, além de um espaço de afirmação

das tradições, também um terreno para a afirmação da diversidade e liberdade expressiva, convivendo com as estruturas sociais mais tradicionais.

A pesquisa revelou que o Programa Ceará Junino tem promovido impactos positivos nas comunidades envolvidas, pois há a predominância de bailarinos, jurados, maquiadores e outros profissionais que contribuem para a produção dos eventos destaca o caráter multidisciplinar e complexo da organização das quadrilhas, adicionalmente, a alta qualificação acadêmica dos envolvidos reflete um compromisso com a formação e especialização, indicando que o programa também está contribuindo para a melhoria da qualificação do mercado de trabalho local.

Entre tradição e dependência: Descrição dos dados coletados com Promotores Juninos

Os promotores juninos desempenham um papel essencial na realização das festas juninas, eventos culturais tradicionais que movimentam diversas comunidades, especialmente no Nordeste brasileiro. Eles são os responsáveis por planejar, organizar e promover as festividades, coordenando atrações musicais, quadrilhas, barracas, decorações e segurança, além de buscar parcerias e patrocínios.

Com o crescimento do interesse turístico e comercial em torno das festas juninas, entender as necessidades, desafios e estratégias desses promotores tornou-se fundamental para aprimorar o apoio, as políticas públicas e o investimento no setor. Por isso, esta pesquisa coletou informações diretamente com os promotores juninos para melhor compreender sua atuação, identificar demandas e contribuir para o fortalecimento das festas como manifestação cultural e oportunidade de desenvolvimento econômico.

A pesquisa foi aplicada por meio de um questionário, obtendo-se um total de 85 respostas. O foco foi analisar a percepção dos promotores juninos em relação aos incentivos oriundos da política pública do programa Ceará Junino ao longo dos anos. Os dados coletados permitiram avaliar o impacto, a continuidade e a eficácia do programa no apoio às festividades juninas, além de identificar avanços, desafios e possíveis melhorias nas ações governamentais voltadas ao setor.

Os dados do questionário sobre os promotores culturais do Programa Ceará Junino forneceram uma visão detalhada do perfil dos participantes e suas percepções sobre o impacto e os desafios enfrentados pelo programa. Com base nas 85 respostas, a pesquisa revela um público com uma variedade de níveis educacionais, sendo a maioria com Ensino Médio Completo (29,41%) e Ensino Superior Completo (17,65%). A maioria dos promotores é do

sexo masculino (64,71%), com uma significativa presença da comunidade LGBTQIA+ (58,82% homossexuais). A faixa etária predominante é entre 43 e 48 anos (41,18%).

Quanto à percepção sobre o impacto do programa, 29,41% dos respondentes afirmam que o programa facilitou moderadamente a organização dos eventos, enquanto 17,65% consideram que o impacto foi significativo. Por outro lado, 11,76% consideram que o programa não teve impacto positivo. A maior necessidade percebida pelos promotores é o apoio financeiro direto (41,18%), mas também são importantes os aspectos relacionados à promoção, infraestrutura e parcerias externas.

Em relação ao acesso a recursos de qualificação, a maioria (41,18%) teve acesso ocasional, mas 29,41% não tiveram acesso a materiais de capacitação, o que aponta para a necessidade de melhorar a acessibilidade e divulgação dessas oportunidades. A visão sobre o apoio governamental é predominantemente negativa, com 58,82% dos entrevistados considerando insuficiente o apoio para promover eventos de grande visibilidade. A falta de apoio financeiro é vista como um problema grave para 70,59% dos participantes, impactando a qualidade dos eventos.

As principais dificuldades enfrentadas pelos promotores incluem a falta de patrocínios (41,18%), burocracia (29,41%) e falta de infraestrutura (11,76%). A percepção sobre a justiça do processo seletivo indica uma possível desigualdade, com 58,82% acreditando que o edital favorece grandes festivais.

Os dados apontam para um programa com lacunas significativas, como insuficiência de recursos, dificuldades administrativas e falta de oportunidades de capacitação. Para aprimorar o impacto dos festivais culturais, é essencial revisar as estratégias de apoio financeiro, simplificar a burocracia e aumentar as oportunidades de qualificação.

O compasso da análise: Tratamento e interpretação dos dados coletados com as quadrilhas juninas

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a atuação das quadrilhas juninas no contexto das festas tradicionais e sua relação com as políticas públicas de incentivo, em especial o programa Ceará Junino. Por meio de um questionário aplicado aos presidentes de quadrilhas foram coletadas 126 respostas que ofereceram um panorama sobre os avanços, desafios e impactos percebidos ao longo dos anos. Os dados a seguir revelam a importância das quadrilhas como expressão cultural, instrumento de inclusão social e elemento fundamental na valorização da identidade nordestina.

A pesquisa evidencia o papel fundamental desses grupos como expressões culturais e agentes de inclusão social. A maior parte dos respondentes está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza, com 33,3% do total, sugerindo um maior acesso às informações e oportunidades relacionadas aos editais públicos, especialmente o programa Ceará Junino. Regiões como Cariri e Centro-Sul também demonstram forte presença cultural, enquanto áreas como o Litoral Leste/Jaguaribe têm menor representação, apontando possíveis desigualdades no alcance das políticas culturais.

Em relação ao tempo de existência das quadrilhas, a maioria dos grupos possui entre 1 e 25 anos, sendo mais expressivos aqueles com 20 a 25 anos de atuação. Apenas uma minoria atinge mais de 30 anos de existência, o que pode indicar a dificuldade de sustentação dos grupos ao longo do tempo, por fatores como instabilidade estrutural, falta de apoio contínuo e mudanças nos contextos locais.

Quanto ao apoio do programa Ceará Junino, 80,95% das quadrilhas afirmam ter sido contempladas, revelando um alcance relevante da política pública. Ainda assim, 19,05% relatam não ter recebido apoio, o que pode estar relacionado a dificuldades com a burocracia, falta de conhecimento sobre o edital ou barreiras no processo de inscrição.

Entre as quadrilhas que nunca participaram do edital, os principais motivos alegados foram o excesso de burocracia (19,05%), a falta de oportunidade (4,76%) e o desconhecimento da existência do edital (4,76%). Esses dados indicam a necessidade de maior acessibilidade, simplificação do processo e uma estratégia de divulgação mais inclusiva, com foco em regiões menos atendidas e grupos com menor estrutura organizacional.

Os resultados demonstram que, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas, ainda existem desafios significativos quanto à equidade no acesso, à longevidade dos grupos culturais e à democratização das oportunidades para todas as regiões do estado. A descentralização dos recursos e o fortalecimento da divulgação e da capacitação são elementos essenciais para garantir o fortalecimento contínuo do ciclo junino cearense.

4.2 Bastidores Do Arraiá: Estudo De Caso Das Quadrilhas Beneficiadas

As festas juninas, com suas danças, músicas e roupas típicas, representam um dos maiores exemplos de manifestações culturais populares no Brasil. Nesse contexto, as quadrilhas juninas desempenham um papel central, sendo um dos maiores atrativos dessas festividades. No entanto, o que muitas vezes não é visto pelo público são os bastidores dessas apresentações: os esforços organizacionais, os recursos necessários e o apoio das políticas públicas.

Segundo Silva (2011), “as festas populares, além de serem uma expressão de identidade cultural, funcionam como um campo de resistência e valorização das tradições. Ela afirma que “as quadrilhas juninas, em suas diversas formas, são espaços de preservação cultural que envolvem tanto os artistas quanto as comunidades, sendo essenciais para a manutenção da memória cultural”. No entanto, para que essas manifestações se fortaleçam e se mantenham vivas, é necessário que exista um suporte institucional que possibilite o investimento em infraestrutura, capacitação e visibilidade. Nesse cenário, as políticas públicas de fomento cultural desempenham papel crucial, criando condições para que os grupos de quadrilha possam se organizar, se capacitar e participar de grandes festivais.

O programa Ceará Junino, por exemplo, busca valorizar e promover as festas e manifestações culturais do estado do Ceará, através do financiamento e apoio logístico aos grupos de quadrilha. De acordo com Carvalho (2016), “os investimentos em festivais e grupos culturais são um reflexo da compreensão do papel central da cultura popular na formação da identidade local e nacional”. Devemos entender que através de tais políticas, é possível observar não só o fortalecimento das quadrilhas enquanto grupos de expressão artística, mas também o impacto econômico nas comunidades locais, com o aumento de empregos diretos e indiretos relacionados à produção e realização desses eventos.

É bom saber que o apoio do poder público possibilita que as quadrilhas se profissionalizem, com a capacitação de dançarinos, coreógrafos, músicos e figurinistas. Segundo Rios (2011), “o fomento às manifestações culturais populares deve englobar tanto o apoio à realização dos eventos quanto à formação de novos públicos e artistas, garantindo a renovação e perpetuação das tradições”. Dessa forma, as políticas públicas não apenas mantêm a continuidade das festas, mas também ampliam seu alcance, proporcionando oportunidades para que mais pessoas possam participar, aprender e vivenciar as tradições culturais.

Neste estudo busquei, portanto, compreender como as quadrilhas que não são beneficiadas por políticas públicas e as que são beneficiadas com o Ceará Junino, se estruturam nos bastidores de sua organização, como eles matem sua identidade resistindo as modernidades da contemporaneidade, bem como se fortalecem dentro do contexto junino.

A análise desses processos permitiu uma visão mais aprofundada sobre os desafios e as conquistas desses grupos, além de evidenciar a importância do suporte institucional para o fortalecimento das tradições culturais, a partir dessa compreensão, é possível avaliar o papel crucial que as políticas públicas desempenham na promoção e perpetuação das festas juninas e das quadrilhas, além de refletir sobre as estratégias que podem ser adotadas para melhorar ainda mais o fomento a essas práticas.

A participação das quadrilhas juninas no questionário sobre o Programa Ceará Junino revelou sentimentos de valorização, pertencimento e desafios enfrentados pelos grupos ao longo dos anos. Os integrantes expressaram satisfação em fazer parte de um projeto que fomenta a cultura popular e possibilita o crescimento das manifestações juninas no estado. Muitos destacaram a importância do programa não apenas como suporte financeiro, mas também como um reconhecimento do esforço e da dedicação das quadrilhas, que trabalham durante meses para criar espetáculos marcantes, como fora observado mediante conversas junto grupos e indivíduos do meio junino.

Os depoimentos informais coletados juntos as vivências e observações evidenciaram um misto de orgulho e gratidão pelo espaço conquistado, bem como uma sensação de pertencimento à tradição cultural nordestina. Diversos grupos enfatizaram que o Ceará Junino tem sido essencial para a profissionalização das quadrilhas, garantindo melhores condições de apresentação e incentivando o aperfeiçoamento artístico e técnico, a realização dos festivais e do Campeonato Estadual de Quadrilhas Juninas foi apontada como um dos principais momentos de consagração, onde os participantes podem demonstrar todo o talento e criatividade diante do público.

No entanto, também surgiram apontamentos sobre desafios que ainda precisam ser enfrentados. Entre as principais dificuldades mencionadas estão a necessidade de ampliação dos investimentos, a burocracia para acesso aos recursos e a busca por maior estruturação dos eventos, pois alguns grupos relataram que, apesar do apoio oferecido, ainda encontram obstáculos na captação de patrocínios e na manutenção das atividades ao longo do ano.

Diante dessas dificuldades, o sentimento predominante entre os participantes do questionário foi de entusiasmo e compromisso com a cultura junina. Para muitos, integrar uma quadrilha junina vai além da dança e da competição; é uma forma de resistência cultural, de fortalecimento das comunidades e de celebração das tradições nordestinas. A resposta unânime entre os grupos foi a de que o Ceará Junino deve continuar crescendo, aprimorando-se e ampliando suas ações para garantir que essa manifestação cultural siga viva e cada vez mais forte.

Escolhendo os grupos para a análise

O movimento das quadrilhas juninas no Ceará é uma manifestação cultural rica e multifacetada, que envolve diversos grupos, tradições e práticas, cada qual com suas especificidades e desafios. Um aspecto central para a continuidade e o fortalecimento dessas

manifestações é o acesso a políticas públicas de fomento, como o edital Ceará Junino, que oferece apoio financeiro e institucional aos grupos que se inscrevem e são contemplados.

A escolha dos grupos juninos para participação em entrevistas semiestruturadas, individuais e informais, representou um ponto fundamental no estudo dessas manifestações culturais, especialmente no contexto cearense. Tais entrevistas, de caráter avaliativo direto, permitiram uma análise aprofundada das realidades vivenciadas tanto pelos grupos beneficiados com o apoio financeiro quanto pelos que não recebem incentivo do programa Ceará Junino, evidenciando desigualdades de acesso e seus impactos na sustentabilidade das atividades culturais.

A análise das condições de participação dos grupos revelou aspectos importantes das políticas culturais e seus reflexos na dinâmica local, além de permitir uma reflexão sobre os critérios de escolha e as implicações do processo seletivo.

O edital Ceará Junino, lançado anualmente pelo Governo do Estado do Ceará, é um dos principais mecanismos de incentivo às quadrilhas juninas e outras manifestações relacionadas às festas populares. No entanto, apesar de sua importância, nem todos os grupos são contemplados, o que gera uma significativa disparidade entre os que recebem apoio financeiro e os que, por diferentes motivos, ficam à margem do processo.

Segundo Lima (2014), "as políticas públicas de incentivo à cultura, como o Ceará Junino, têm o poder de modificar a estrutura das manifestações culturais, mas a forma como esses incentivos são distribuídos muitas vezes favorece aqueles já inseridos no circuito cultural, deixando de lado grupos que não têm acesso ao conhecimento dos processos seletivos ou que não possuem a estrutura administrativa necessária para participar com sucesso".

A seleção dos grupos pelo o edital reflete, muitas vezes, um processo de exclusão social mais amplo, em que fatores como visibilidade, organização interna e capacidade de atender aos critérios burocráticos tornam-se determinantes para o recebimento do incentivo.

Bastos (2017) argumenta que "a burocracia envolvida na inscrição de projetos culturais é, muitas vezes, um obstáculo para grupos periféricos ou de menor porte, que não possuem o suporte administrativo necessário para atender às exigências legais e formais, ficando à margem de políticas públicas que poderiam impulsionar suas atividades". Dessa forma, coletivos culturais com menor estrutura e recursos enfrentam dificuldades no acesso ao fomento, comprometendo sua continuidade e desenvolvimento.

As entrevistas semiestruturadas buscaram investigar as condições de produção, as estratégias de manutenção das atividades culturais e as consequências da ausência de apoio financeiro para os grupos não contemplados. Essas conversas foram fundamentais para

compreender como esses grupos sobrevivem em um ambiente competitivo, em que o acesso a recursos pode ser decisivo para a permanência das tradições juninas.

A abordagem direta permitiu uma compreensão mais íntima das dificuldades enfrentadas por esses grupos e possibilitou a coleta de dados qualitativos que revelam suas realidades, motivações e desafios diários para manter viva a tradição das quadrilhas.

A diferença de tratamento entre os grupos contemplados e não contemplados pelo edital Ceará Junino evidenciou uma divisão clara: de um lado, os que conseguem realizar apresentações com mais qualidade e visibilidade; de outro, os que lutam para manter suas atividades com recursos limitados.

Silva (2016) destaca que "os grupos que recebem o incentivo do edital Ceará Junino têm acesso a uma série de recursos que possibilitam a profissionalização das suas apresentações, como a contratação de profissionais especializados, aquisição de figurinos e realização de ensaios mais elaborados, o que coloca esses grupos em uma posição privilegiada em relação àqueles que não recebem o incentivo". No entanto, o apoio financeiro, embora importante, não resolve problemas estruturais enfrentados por muitos, como a falta de espaço adequado para ensaios, transporte e alimentação para os membros, além da carência de gestão eficiente.

A seleção dos grupos para as entrevistas também permitiu analisar o impacto das políticas públicas sobre a sustentabilidade cultural. Cardoso (2015) argumenta que "a participação de grupos não contemplados no edital pode fornecer uma visão crítica sobre as falhas nas políticas públicas de incentivo à cultura, evidenciando as lacunas e os pontos cegos do sistema de fomento, que muitas vezes não alcançam as realidades mais distantes ou menos favorecidas".

Nesse sentido, a inclusão de grupos não contemplados ofereceu uma perspectiva crítica sobre as limitações dessas políticas e reforça a necessidade de democratização do acesso aos recursos culturais. A análise crítica das escolhas para as entrevistas considerou os critérios de seleção, baseados no porte do grupo, na experiência prévia em eventos e na capacidade de produção.

Pereira (2018) aponta que "os critérios de seleção para os editais culturais precisam ser repensados, pois, muitas vezes, favorecem aqueles que já estão inseridos no mercado cultural, excluindo grupos que, apesar de sua importância local, não possuem a mesma visibilidade ou estrutura administrativa", assim, a escolha dos grupos para participação nas entrevistas sobre as quadrilhas juninas no Ceará considerou as desigualdades de acesso aos incentivos culturais, refletindo criticamente sobre os efeitos das políticas públicas.

A inclusão de grupos não contemplados pelo edital Ceará Junino nas entrevistas ofereceu uma perspectiva crítica sobre as falhas e limitações dessas políticas, permitindo a construção de um diagnóstico mais amplo sobre as realidades culturais no estado.

Impactos percebidos: As Quadrilhas Campeãs dos Campeonatos Estaduais

A pesquisa foi realizada com as quadrilhas campeãs no Campeonato Estadual ao longo do 25 campeonatos, envolvendo 11 grupos juninos. A mesma buscou analisar o impacto do apoio financeiro oferecido pelo Edital do Ceará Junino nas apresentações dessas quadrilhas.

O levantamento revelou como o suporte do programa influenciou o desempenho das quadrilhas nas competições e destaca as percepções dos grupos sobre os recursos disponíveis, o processo de seleção e o aprimoramento das suas apresentações para competições de grande porte. Os dados coletados forneceram uma visão detalhada dos efeitos dessa política pública na dinâmica cultural e econômica do universo das quadrilhas juninas no Ceará.

Os dados apresentaram pontos importantes sobre o impacto do Edital, com a maioria das quadrilhas (45,45%) relatando que o apoio financeiro teve um impacto mínimo nas suas vitórias. Já 36,36% consideraram que o apoio teve uma contribuição moderada, enquanto 18,18% destacaram que foi decisivo para a conquista. As quadrilhas mais beneficiadas foram aquelas que receberam apoio de forma decisiva, como a Junina Tradição e Cheiro de Terra.

Ao questionar as quadrilhas sobre os principais recursos fornecidos pelo Edital, 36,36% citaram a compra de materiais (roupas, cenários, acessórios) como o recurso mais relevante. O apoio logístico (transporte, alimentação, segurança) foi destacado por 27,27% das quadrilhas, enquanto 9,09% apontaram o apoio financeiro direto para produção e capacitação de coreógrafos e dançarinos. Outros recursos foram mencionados por 18,18% das quadrilhas, como no caso do Ceará Junino e Fulô do Sertão.

Quanto ao impacto da política pública do Ceará Junino, a maioria (72,73%) das quadrilhas considerou que a política tem favorecido de forma moderada o aprimoramento das apresentações para competições de grande porte, como o Campeonato Estadual. Apenas 9,09% das quadrilhas, como a Zé Testinha, afirmaram que a política não favoreceu significativamente suas participações.

Em relação ao processo de seleção, 45,45% das quadrilhas consideraram que o Edital foi justo e transparente, destacando que aumentou a visibilidade de suas apresentações. Por outro lado, 27,27% acreditaram que o processo foi um pouco justo, por proporcionar

reconhecimento e valorização cultural, enquanto 27,27% mencionaram que as oportunidades foram limitadas, não sendo favoráveis para todas as quadrilhas.

Esses dados sugerem que, embora o Edital tenha proporcionado apoio significativo a muitas quadrilhas, o impacto variou entre os grupos. A maioria das quadrilhas reconhece a contribuição do Edital, mas há espaço para melhorias em termos de transparência e equidade no processo de seleção e no apoio oferecido.

Em relação à visibilidade e apoio da comunidade local após a conquista do Campeonato Estadual, 36,36% das quadrilhas afirmaram ter recebido um aumento considerável de apoio. Este grupo inclui as quadrilhas Nação Nordestina, Arraiá do Patativa, Junina Tradição e Cheiro de Terra. Outras 36,36% disseram que o apoio e a visibilidade aumentaram um pouco, incluindo as quadrilhas Ceará Junino, Arriba a Saia, Fulô do Sertão e Paixão Nordestina. Já 27,27% das quadrilhas não perceberam impacto significativo, como é o caso das quadrilhas Junina Babaçu, Zé Testinha e Arraiá do Furdunço.

No que diz respeito ao apoio financeiro e logístico, 18,18% das quadrilhas afirmaram ter recebido bastante apoio, destacando-se Nação Nordestina e Junina Tradição. Um total de 27,27% das quadrilhas mencionaram que receberam algum apoio, incluindo Fulô do Sertão, Cheiro de Terra e Arraiá do Furdunço. 27,27% também relataram que o apoio foi pouco, incluindo Ceará Junino, Paixão Nordestina e Zé Testinha. Por fim, 18,18% indicaram que não receberam nenhum apoio, como as quadrilhas Arriba a Saia e Junina Babaçu.

Em relação às dificuldades durante o processo de inscrição e execução do projeto, a maior parte das quadrilhas (54,55%) enfrentou burocracia e processos administrativos complexos, incluindo grupos como Ceará Junino, Arriba a Saia, Arraiá do Patativa, Junina Tradição, Cheiro de Terra e Zé Testinha. 27,27% mencionaram dificuldades financeiras durante a execução do projeto, incluindo Fulô do Sertão, Paixão Nordestina e Arraiá do Furdunço. Adicionalmente, 18,18% destacaram a falta de apoio externo ou parcerias como um desafio, representado por Nação Nordestina e Junina Babaçu.

Por fim, a percepção sobre a adequação do apoio do Edital variou. 18,18% das quadrilhas consideraram o apoio suficiente de forma decisiva, destacando-se Junina Tradição e Cheiro de Terra. Outro 18,18% disse que o apoio foi suficiente, mas com algumas limitações, como Arriba a Saia e Arraiá do Furdunço. A maior parte, 36,36%, afirmou que o apoio foi suficiente de maneira moderada, mas não atendeu todas as necessidades, incluindo Arraiá do Patativa, Fulô do Sertão, Paixão Nordestina e Junina Babaçu. Por último, 27,27% das quadrilhas indicaram que o apoio foi insuficiente para cobrir os custos necessários para uma participação de qualidade, como Nação Nordestina, Ceará Junino e Zé Testinha.

Esses dados revelam uma grande diversidade de experiências entre as quadrilhas, com a maioria percebendo aumento de apoio e visibilidade, mas ainda enfrentando desafios financeiros, logísticos e administrativos.

Dentre as 11 quadrilhas analisadas, 45,45% afirmaram que a política pública tem favorecido significativamente o desenvolvimento de novas gerações de artistas e dançarinos, com destaque para as quadrilhas Nação Nordestina, Arriba a Saia, Arraiá do Patativa, Junina Tradição e Cheiro de Terra. Outras 45,45% consideraram que o apoio foi moderado, com algumas limitações no desenvolvimento desses novos talentos. Este grupo inclui as quadrilhas Ceará Junino, Fulô do Sertão, Paixão Nordestina, Junina Babaçu e Arraiá do Furdunço. Por fim, 9,09% das quadrilhas, representadas pela Zé Testinha, acreditam que o apoio foi insuficiente para o desenvolvimento da nova geração.

Em relação à transparência no uso dos recursos recebidos após a conquista do Campeonato Estadual, 45,45% das quadrilhas afirmaram que a transparência foi muito alta. As quadrilhas que destacaram essa avaliação incluem Arriba a Saia, Paixão Nordestina, Junina Tradição, Cheiro de Terra e Zé Testinha. Por outro lado, 54,55% das quadrilhas consideraram a transparência moderada, indicando que, apesar da percepção positiva, existem algumas limitações. Este grupo inclui Nação Nordestina, Ceará Junino, Arraiá do Patativa, Fulô do Sertão, Junina Babaçu e Arraiá do Furdunço.

A maioria das quadrilhas (63,64%) espera um aumento no financiamento e apoio para o futuro da política pública, com destaque para Nação Nordestina, Ceará Junino, Arriba a Saia, Arraiá do Patativa, Cheiro de Terra, Junina Babaçu e Paixão Nordestina. Já 18,18% expressaram o desejo de maior reconhecimento e valorização da cultura popular, sendo representadas pelas quadrilhas Zé Testinha e Arraiá do Furdunço. Uma pequena parte (9,09%) espera maior flexibilidade nos critérios de seleção, com Junina Tradição sendo a única quadrilha que apontou essa expectativa. Outros 9,09% não possuem expectativas significativas para o futuro, como a quadrilha Fulô do Sertão.

Sobre a contribuição do Edital para tornar as quadrilhas mais competitivas, 45,45% afirmaram que o Edital teve uma contribuição decisiva, incluindo quadrilhas como Nação Nordestina, Arraiá do Patativa, Junina Tradição, Cheiro de Terra e Arriba a Saia. Outros 36,36% destacaram que o Edital contribuiu de forma moderada, representando as quadrilhas Ceará Junino, Fulô do Sertão, Junina Babaçu e Arraiá do Furdunço. Já 18,18% acreditam que a contribuição foi insuficiente, com as quadrilhas Paixão Nordestina e Zé Testinha nesse grupo.

Em relação a recursos adicionais que poderiam ser oferecidos para aprimorar as quadrilhas, a maioria das quadrilhas (9) demonstraram interesse por mais apoio, com exceção

de Junina Babaçu, que não indicou nenhuma sugestão adicional. As quadrilhas expressaram a necessidade de maior apoio financeiro, infraestrutura aprimorada e mais recursos para capacitação dos dançarinos e outros membros das quadrilhas.

Essa análise das respostas dos questionários revelou um cenário de grande otimismo, com a maioria das quadrilhas manifestando a expectativa de mais apoio e recursos no futuro, tanto em termos de financiamento quanto de flexibilidade nos critérios de seleção, mas apesar das percepções predominantemente positivas, ainda existem áreas em que as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender melhor às necessidades e aspirações dos grupos juninos.

4.3 Ao Som Da Sanfona: Reflexões Críticas E Discussão

O movimento junino cearense carrega consigo um legado cultural profundamente enraizado na identidade nordestina, sendo uma das manifestações mais representativas da cultura popular brasileira, porém as quadrilhas juninas não são apenas espetáculos de dança e música, mas verdadeiras narrativas visuais e sonoras que resgatam tradições, exaltam costumes e reafirmam o pertencimento de uma comunidade ao seu território. Cada passo ensaiado, cada figurino detalhado e cada acorde da sanfona carregam uma simbologia rica, fruto de um processo de criação coletiva que envolve meses de planejamento, ensaios e trabalho árduo por parte de todos os envolvidos.

É importante mencionar, que por trás da grandiosidade das apresentações e do entusiasmo dos brincantes, existe uma estrutura complexa que exige investimentos contínuos, políticas públicas eficazes e um olhar crítico sobre os desafios enfrentados pelas quadrilhas juninas. A consolidação do movimento como um dos mais importantes vetores da cultura popular no estado demanda uma articulação eficiente entre grupos juninos, órgãos governamentais, patrocinadores e demais agentes culturais, mas sem um suporte adequado, as dificuldades enfrentadas pelos grupos tornam-se ainda mais evidentes, prejudicando sua capacidade de crescimento e sustentabilidade a longo prazo.

Nesse contexto, o Ceará Junino, enquanto programa de fomento e valorização dessa manifestação cultural, tem sido um instrumento fundamental para a manutenção e expansão do movimento. Seu impacto é percebido na viabilização de festivais, na concessão de incentivos para as quadrilhas e na criação de espaços de visibilidade para os brincantes, mas ainda há questões estruturais que precisam ser debatidas e aprimoradas para garantir que o programa

alcance de forma equitativa todas as regiões do estado e atenda às reais necessidades dos grupos juninos.

Entre os desafios que persistem, destaca-se a equidade na distribuição de recursos, pois muitas quadrilhas localizadas em municípios do interior enfrentam dificuldades para obter financiamento e apoio logístico, o que cria um desequilíbrio em relação aos grupos sediados na capital e em regiões metropolitanas. O fortalecimento das quadrilhas em todas as macrorregiões é essencial para garantir que a tradição junina se mantenha viva em todo o território cearense, permitindo que mais grupos tenham condições de produzir espetáculos de qualidade e de participar ativamente dos festivais.

Um ponto extremamente crucial é a ampliação das vagas nos festivais e campeonatos estaduais, pois com um número crescente de quadrilhas buscando espaço para se apresentar, torna-se necessário expandir as oportunidades de participação, seja por meio do aumento das cotas de grupos contemplados, seja pela descentralização dos eventos, permitindo que festivais sejam realizados em diferentes localidades do estado. Dessa forma, mais quadrilhas poderão vivenciar a experiência de competir, trocar conhecimentos e se fortalecer dentro do movimento.

É pertinente compreender que além da questão da competição e do fomento, é fundamental que haja uma política de sustentabilidade do setor ao longo de todo o ano, e não apenas no período das festas juninas, pois a sazonalidade do movimento ainda é um grande obstáculo para muitas quadrilhas, que enfrentam dificuldades financeiras e operacionais nos meses em que não há festivais e competições em andamento.

Políticas públicas que incentivem atividades continuadas, como oficinas, cursos de formação, apresentações culturais fora da temporada junina e parcerias com escolas e instituições culturais, podem contribuir significativamente para a profissionalização do setor e para a manutenção das atividades ao longo do ano inteiro.

A profissionalização dos envolvidos no movimento junino é um fator determinante para o crescimento sustentável dessa manifestação cultural, pois desde os brincantes e coreógrafos até figurinistas, músicos e cenógrafos, todos desempenham papéis essenciais na construção dos espetáculos. Considerando que a falta de formação técnica e de oportunidades de capacitação ainda limita o desenvolvimento dessas carreiras. Investimentos em cursos e programas voltados para a qualificação desses profissionais podem elevar o nível técnico das apresentações e possibilitar que muitos deles transformem sua paixão pelo movimento junino em uma fonte de renda e desenvolvimento profissional.

Partindo desta perspectiva, a busca por reconhecimento nacional também se faz necessária, pois a cultura junina do Ceará possui características singulares que a diferenciam de outras regiões do Brasil, e sua valorização em âmbito mais amplo pode contribuir para que ela seja valorizada cada vez mais como um patrimônio imaterial de grande relevância, pois para isso acontecer, é preciso investir em estratégias que promovam o intercâmbio cultural, a circulação das quadrilhas em eventos nacionais e a produção de materiais de divulgação que ressaltem a importância do movimento para a identidade cultural do estado.

Diante desses desafios e oportunidades, a reflexão sobre o presente e o futuro do movimento junino cearense torna-se essencial. O som da sanfona, os passos cadenciados e os figurinos coloridos continuarão encantando plateias por muitos anos, mas para que isso ocorra de forma justa, sustentável e inclusiva, é necessário um compromisso coletivo.

O fortalecimento do Ceará Junino e a ampliação de políticas públicas voltadas para o setor são passos fundamentais para garantir que essa tradição continue viva e pulsante, reafirmando o São João como um dos maiores e mais autênticos espetáculos da cultura popular brasileira.

O Ceará Junino está no ritmo certo? Análise da efetividade

O Ceará Junino representa um dos mais importantes programas de incentivo à cultura popular no estado, promovendo a valorização e o fortalecimento das quadrilhas juninas, mas para avaliar se o programa está no ritmo certo, foi fundamental analisar sua efetividade em diversos aspectos, como o impacto na profissionalização das quadrilhas, a democratização do acesso aos recursos, a descentralização das ações e a valorização da cadeia produtiva do movimento junino.

Os editais do Ceará Junino têm desempenhado um papel essencial no apoio às quadrilhas, viabilizando a realização de festivais e garantindo suporte financeiro para os grupos, porém, no entanto, muitos grupos, especialmente os do interior, ainda enfrentam dificuldades para acessar os recursos, seja pela complexidade dos processos burocráticos ou pela limitação do número de beneficiados. A ampliação das vagas para as quadrilhas nas macrorregiões do estado surge como uma necessidade urgente, garantindo que um maior número de grupos tenha condições de participar dos circuitos juninos e fortalecer suas apresentações.

É importante observar que mesmo o Ceará Junino tendo alcançado todas as regiões do estado, as quadrilhas do interior ainda enfrentam desafios maiores que as da capital,

especialmente na captação de patrocínios e na obtenção de infraestrutura adequada para ensaios e apresentações.

De acordo com os interlocutores e que responderam à pesquisa o ideal seria: a descentralização dos recursos, garantindo que os grupos do interior tenham condições igualitárias para competir e crescer, os mesmos também sugeriram a criação de editais específicos para essas localidades poderia minimizar essa disparidade, promovendo o equilíbrio entre os festivais da capital e do interior.

O incentivo à formação de coreógrafos, brincantes e gestores culturais tem sido um dos pilares do programa, proporcionando qualificação e promovendo o crescimento técnico das quadrilhas. Contudo, há espaço para ampliação dessas ações, com mais cursos técnicos, oficinas e parcerias institucionais para aprimorar a gestão dos grupos e a produção dos festivais.

Um fator relevante é a necessidade de tornar os festivais e as quadrilhas sustentáveis a longo prazo, com o incentivo ao uso de materiais recicláveis na confecção de figurinos e cenários, a digitalização de processos e a criação de circuitos turísticos juninos podem ser estratégias para garantir que o Ceará Junino continue evoluindo, adicionalmente, a realização de transmissões online e a produção de conteúdos audiovisuais sobre as quadrilhas podem expandir ainda mais o alcance e reconhecimento do movimento junino cearense.

O Ceará Junino tem sido um motor essencial para o fortalecimento da cultura popular cearense, proporcionando estrutura e reconhecimento para as quadrilhas juninas. No entanto, para que o programa se torne ainda mais efetivo, é necessário ampliar o número de vagas, descentralizar ainda mais os investimentos, fortalecer a capacitação dos envolvidos e estimular a sustentabilidade do movimento. Com esses ajustes, o Ceará Junino poderá consolidar-se como um modelo nacional de valorização da cultura junina, garantindo que essa tradição continue viva e vibrante em todas as regiões do estado

Ajustes no figurino: Recomendações para o futuro do programa

Nada está pronto ou acabado, tudo está em constante transformação, e o programa Ceará Junino precisa de reformulação, partindo dessa perspectiva, e a partir do estudo da política pública do Ceará Junino, fica claro que os editais de fomento ao movimento junino no Ceará devem ser aprimorados para garantir maior equidade na distribuição dos recursos, fortalecendo tanto as quadrilhas emergentes quanto os grupos do interior. Esses grupos enfrentam dificuldades adicionais, como a falta de estrutura para ensaios e os altos custos de deslocamento.

Uma das principais recomendações a partir das observações e relatores dos atores do movimento diz respeito a ampliação do orçamento destinado ao Ceará Junino, permitindo que um maior número de grupos seja contemplado e criando linhas de fomento diferenciadas para quadrilhas iniciantes, festivais regionais e grupos já consolidados, adicionalmente, a descentralização dos investimentos é essencial para promover a cultura junina em todo o estado, especialmente nos municípios do interior, onde a escassez de patrocínios e espaços adequados compromete o desenvolvimento das quadrilhas.

Para fortalecer esse movimento, é fundamental a criação de um edital exclusivo para as quadrilhas do interior, garantindo que esses grupos tenham acesso a recursos que possibilitem sua estruturação e crescimento, além do incentivo à formação de polos regionais de cultura junina e o apoio à infraestrutura nos municípios menores são medidas estratégicas para descentralizar as atividades e fortalecer a cultura local.

O investimento em capacitação e profissionalização do setor também deve ser uma prioridade, com programas voltados para a formação de gestores, coreógrafos e brincantes, além da realização de oficinas e cursos em parceria com universidades e institutos culturais. Esses programas contribuirão para a qualificação dos profissionais envolvidos e para a sustentabilidade do movimento junino a longo prazo.

Um ponto essencial para o fortalecimento das quadrilhas cearenses é o fomento à cadeia produtiva da cultura junina. O incentivo à contratação de artesãos, costureiros, músicos e produtores culturais locais permitirá a geração de renda e o fortalecimento da economia criativa do setor, adicionalmente, a criação de linhas de crédito ou subsídios para aquisição de figurinos, cenários e materiais utilizados nas apresentações garantirá melhores condições para os grupos participantes. Paralelamente, a realização de feiras juninas e eventos culturais poderá criar novas oportunidades econômicas para os envolvidos, promovendo a cultura junina como um setor economicamente sustentável.

A valorização do movimento junino no cenário nacional e internacional também deve ser uma prioridade dos editais de fomento, para isso, é necessário ampliar a divulgação das quadrilhas e festivais cearenses por meio de campanhas publicitárias e ações institucionais que reforcem sua importância cultural. A participação das quadrilhas em festivais nacionais e internacionais também deve ser incentivada, permitindo que o Ceará seja reconhecido como referência na cultura junina.

Outra estratégia relevante é a criação de um selo de qualidade para festivais apoiados pelos editais, garantindo um padrão de excelência nas competições e apresentações, pois é importante destacar que além da valorização cultural, os editais devem incorporar

princípios de sustentabilidade e inovação. A inclusão de critérios ambientais nos projetos financiados pode incentivar práticas ecológicas na confecção de figurinos e cenários, promovendo o uso de materiais sustentáveis e a redução do impacto ambiental dos eventos.

A digitalização da cultura junina também deve ser estimulada, permitindo a realização de transmissões online dos festivais, o desenvolvimento de plataformas digitais para divulgação das quadrilhas e a criação de registros audiovisuais que preservem a história do movimento junino. O incentivo à pesquisa e à documentação da cultura junina garantirá que suas tradições e transformações sejam registradas para as futuras gerações.

Vale salientar que outro aspecto fundamental para o crescimento do movimento junino no Ceará é a ampliação do número de vagas para as quadrilhas nas macrorregiões do estado, pois atualmente, muitas quadrilhas enfrentam dificuldades para participar dos festivais devido ao número limitado de vagas disponíveis, o que restringe sua visibilidade e acesso aos incentivos culturais.

Para corrigir essa desigualdade, é essencial que os editais contemplem mais grupos por região, garantindo que todas as macrorregiões tenham representatividade adequada e que nenhuma quadrilha seja excluída por limitações de vagas. Essa expansão permitirá um fortalecimento mais equilibrado da cultura junina em todo o território cearense, possibilitando que mais grupos tenham a oportunidade de se apresentar, competir e se desenvolver artisticamente.

O fortalecimento do movimento junino cearense depende de políticas públicas eficazes, que assegurem sua continuidade e crescimento sustentável, sendo assim a implementação dessas recomendações, permitiria que o Ceará continue sendo um grande palco da cultura popular brasileira, garantindo que as quadrilhas juninas se consolidem como expressões culturais legítimas e inovadoras, promovendo não apenas entretenimento, mas também desenvolvimento social e econômico em todo o estado.

ENCERRANDO O BAILE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento junino cearense, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como uma das mais expressivas manifestações culturais do estado, trazendo consigo um patrimônio imaterial de inestimável valor para a identidade nordestina. As quadrilhas juninas, que outrora eram compreendidas apenas como manifestações festivas de caráter popular, hoje se apresentam como estruturas organizacionais complexas, exigindo investimentos robustos, capacitação técnica e reconhecimento institucional para garantir sua continuidade e expansão.

Ao considerar o contexto nacional e o caso específico do Ceará, torna-se evidente a necessidade de estabelecer uma política cultural que seja estável, descentralizada e comprometida com a diversidade. As festas juninas, por exemplo, têm se mostrado uma ferramenta poderosa para a mobilização econômica e o fortalecimento da identidade, envolvendo costureiros, músicos, coreógrafos, cenógrafos, comerciantes, escolas e comunidades inteiras, promovendo o empreendedorismo e o sentimento de pertença.

O desafio das políticas culturais atuais é transcender a mera valorização simbólica da cultura, adotando uma abordagem prática e estruturante, que reconheça a cultura como um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é crucial que os gestores públicos priorizem a continuidade das ações, aumentem os canais de participação social e assegurem recursos adequados e acessíveis aos agentes culturais locais, pois só assim será viável construir uma nação onde a cultura seja verdadeiramente um direito de todos e um patrimônio vivo para as gerações futuras.

O legado do Ceará Junino para a cultura cearense se revela na profissionalização dos grupos, na democratização do acesso às apresentações e na formação de novos talentos que encontram no movimento um espaço de pertencimento e crescimento. O programa tem sido, sem dúvidas, um marco no fortalecimento da cultura junina no estado, mas sua atuação ainda carece de aprimoramentos que contemplem uma maior equidade na distribuição de recursos e a ampliação das oportunidades para grupos situados em regiões periféricas e no interior.

Ao longo desta pesquisa, tornou-se evidente que a cultura junina transcende o campo do entretenimento e assume um papel social e econômico estratégico, gerando emprego e renda para figurinistas, músicos, coreógrafos, artesãos e diversos outros profissionais que contribuem para a grandiosidade dos festivais. No entanto, a sazonalidade dos investimentos e a centralização das políticas culturais em determinados polos ainda representam desafios significativos para a plena consolidação do movimento.

O Ceará Junino deixa um legado incontestável para a cultura do estado, mas a sua longevidade e impacto dependerão da capacidade das políticas públicas de se adequarem às novas demandas do setor, promovendo uma cultura junina mais inclusiva, sustentável e reconhecida em nível nacional.

Este estudo se propôs a analisar criticamente as dinâmicas que envolvem o movimento junino cearense, destacando suas potencialidades e os desafios estruturais que ainda limitam seu crescimento. A partir das investigações realizadas, foi possível identificar que, apesar dos avanços proporcionados por políticas públicas de incentivo, ainda há uma série de fatores que restringem o desenvolvimento pleno das quadrilhas juninas.

A pesquisa contribui para o debate cultural ao evidenciar a necessidade de uma descentralização mais efetiva dos recursos destinados às quadrilhas, garantindo que todas as macrorregiões do estado tenham condições equitativas de participação e desenvolvimento, adicionalmente, ressalta a importância de políticas que incentivem a profissionalização do setor, assegurando que os envolvidos possam ter acesso a capacitação técnica, apoio financeiro contínuo e condições dignas para exercerem suas atividades.

Um ponto crucial levantado por este estudo é o impacto das quadrilhas na formação social dos jovens e na preservação das tradições nordestinas, pois o movimento junino se configura como um espaço de ressignificação das identidades culturais, permitindo que novas gerações se conectem com suas raízes por meio da dança, da música e das narrativas que permeiam os espetáculos apresentados.

É importante considerara que além dos aspectos socioculturais, esta pesquisa também abre caminho para discussões sobre o impacto econômico das quadrilhas juninas no Ceará. Durante a aplicação dos questionários e análises realizadas, ficou evidente que o setor movimenta cadeias produtivas diversas, desde o comércio de tecidos e adereços até a indústria do turismo, gerando renda e dinamizando a economia local. Partindo deste parâmetro, torna-se imperativo que gestores públicos e pesquisadores acadêmicos passem a enxergar o movimento junino não apenas como uma expressão folclórica, mas como um segmento estratégico da economia criativa.

É válido compreender que ao trazer essas reflexões para o campo acadêmico e para o debate público, esta pesquisa busca fomentar novas perspectivas sobre o fomento à cultura popular, promovendo um olhar mais crítico e aprofundado sobre o papel das quadrilhas juninas no cenário cultural cearense e nacional.

Os achados desta dissertação demonstram que o movimento junino cearense é um fenômeno dinâmico, repleto de nuances e potencialidades que ainda carecem de investigações

mais aprofundadas. Nesse sentido, é importante compreender que alguns estudos futuros precisam ser aprofundados, com viés de ampliar a compreensão sobre a cultura junina e seu impacto na sociedade.

Estudos sobre a sustentabilidade das quadrilhas juninas seria extremamente válido uma vez que investigue alternativas para garantir a perenidade do movimento ao longo do ano, evitando sua dependência exclusiva dos festivais de junho e possibilitando que as quadrilhas se tornem autossustentáveis por meio de projetos culturais contínuos,

Não menos importante, mas extremamente importante seria estudar o impacto econômico das quadrilhas juninas no Ceará, pois um levantamento detalhado sobre a cadeia produtiva do setor, quantificando a geração de empregos diretos e indiretos, a movimentação financeira e o potencial de crescimento da economia criativa associada às festas juninas, outro estudo significativo seria a comparação de políticas públicas para o fomento da cultura junina, uma análise que avalie como diferentes estados nordestinos estruturam suas políticas de incentivo às quadrilhas, identificando modelos de sucesso que possam ser replicados no Ceará.

Um estudo sobre como o uso das redes sociais, plataformas de streaming e demais ferramentas digitais pode contribuir para a ampliação da visibilidade e do engajamento do público com os grupos juninos, bem como uma investigação sobre as condições de trabalho dos brincantes e demais profissionais envolvidos, analisando os impactos da informalidade e propondo estratégias para garantir direitos trabalhistas e reconhecimento profissional.

No transcorrer desta pesquisa, tornou-se evidente que o movimento junino cearense não apenas resiste às adversidades, mas se reinventa constantemente, conquistando novos espaços e consolidando-se como uma das mais vibrantes expressões culturais do país, pois para mim, como pesquisador, este estudo representou não apenas uma jornada acadêmica, mas também uma imersão em um universo pulsante de cores, ritmos e histórias que ressignificam a cultura popular nordestina.

O contato direto com brincantes, coreógrafos, músicos e gestores culturais permitiu que esta investigação fosse além da teoria, trazendo uma perspectiva mais humana e sensível sobre o impacto do movimento junino na vida das pessoas. Cada depoimento coletado, cada espetáculo analisado e cada documento estudado contribuíram para a construção de um olhar mais aprofundado sobre a complexidade e a grandiosidade das quadrilhas juninas.

Não se tratando de uma simples pesquisa, porém esta dissertação reforçou a necessidade de se ampliar o reconhecimento acadêmico, político e social das quadrilhas juninas como patrimônio cultural, garantindo que sua história continue a ser contada e vivida por gerações futuras.

Que este estudo sirva como ponto de partida para novas investigações e para a construção de políticas que não apenas preservem, mas impulsionem o crescimento desse movimento, assegurando que as festas juninas cearenses permaneçam como símbolos de resistência, criatividade e identidade cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta. **Cultura Popular e Identidade no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.
- ABREU, Marta. **Cultura e Identidade: Patrimônio Imaterial no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Cultura Viva, 2017.
- ABREU, Marta. **Cultura e Desenvolvimento: Os Impactos das Festividades Populares no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- ABREU, Marta. **Cultura popular e educação: Desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2015.
- ABREU, Marta. **Cultura Popular e Festas Juninas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.
- ABREU, Marta. **Cultura popular e festas no Ceará: Uma análise das celebrações tradicionais**. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2013
- ABREU, Marta. **Cultura Popular e Identidade Nacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ABREU, Marta. **Cultura Popular e Resistência no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALCÂNTARA, Lúcio. **Políticas Culturais no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.
- ALENCAR, José. **O Ceará: a história e as suas tradições**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1990.
- ALMEIDA, Eduardo de. **Cultura Popular no Ceará: Tradições e Resistências**. Fortaleza: Editora da Uece, 2019.
- ALMEIDA, F. C. **Políticas públicas culturais e o impacto no turismo: o caso das festas populares no Nordeste**. Fortaleza: Editora Cultura Viva, 2019.
- ALMEIDA, F. C. **A Cultura Popular e o Mercado: Dilemas da Autenticidade**. São Paulo: Editora Cultura, 2016.
- ALMEIDA, F. C. **Bossa Nova: A Música e a Modernidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- ALMEIDA, F. C. **A Construção de Espaços no Espetáculo Junino: O Papel do Cenógrafo**. Rio de Janeiro: Editora Arte Popular, 2017.

- ALVIM, M. **Culinária e cultura popular**: Sabores do Brasil. Editora Senac.2007.
- AMARAL, Augusto. **Políticas Culturais no Brasil Pós-Ditadura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- ANDRADE, João Carlos. **A Arte de Quadrilhar**: O Cenário das Quadrilhas Juninas no Nordeste. Recife: Editora do Nordeste, 2020.
- ANDRADE, Maria de. **Aspectos do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1956.
- ANDRADE, Maria de. **O Banquete**. São Paulo: Edusp, 1972.
- ANDRADE, Maria de. **O Folclore Brasileiro**. São Paulo: Editora Martins.1938
- ANDRADE, Maria de. **Dicionário de Música Popular**. São Paulo: Editora Nacional, 1942.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Cultura Popular e Diversidade Cultural**. 2. ed. São Paulo: Editora Ateliê, 2004.
- ARAÚJO, Carla. **Festas Populares e Comercialização Cultural**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2013.
- ARDISSON, Joseph. **A Indústria Cultural e os Efeitos da Globalização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- ARRETCHE, Marta. **Tendências na análise de políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, 2003.
- ARROYO, M. G. **Cultura Popular e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica.2013
- ARROYO, M. G. **Cultura popular e economia solidária**: as festas juninas no contexto contemporâneo. Recife: UFPE, 2015.
- ARRUDA, Marcos de. **A Música no Nordeste**. Recife: Editora UFPE, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: O Contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BARBOSA, Ana Mae. **Educação e Cultura Popular**: As Festas Juninas e a Identidade Regional. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- BARBOSA, L. F. **O Modernismo e a Cultura Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.2011.
- BARBOSA, L. F. **Cultura e profissionalização**: caminhos para a sustentabilidade das artes populares. São Paulo: Senac, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Maria Lucia. **Cultura e Sociedade no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BASTOS, T. **A burocracia como obstáculo ao acesso ao fomento cultural**. Revista Brasileira de Políticas Culturais.2017

BECKER, Howard S. **Arte e trabalho: o processo de criação no mundo da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BELTRÃO, Luiz. **Cultura Popular e Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1959.

BENJAMIN, Roberto. **Festas Juninas e o Imaginário Nordestino**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007.

BENTES, Ivana. **Cultura e Mídia: Desafios da Era Digital**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Editora Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1998

BEZERRA, Manuel. **Ceará Junino: Diversidade e Integração Cultural**. Fortaleza: Editora Ceará, 2021.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

BORGES, Maria. **Cultura e Diversidade: O Papel das Políticas Culturais no Brasil**. Porto Alegre: Editora XYZ, 2015.

BOSI, A. **A Cultura Brasileira e o Golpe de 1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, A. **Cultura e Ditadura: A arte no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento Estético**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.1989

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.1996.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Ed. 34, 1991.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O educador e a práxis pedagógica**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é cultura popular?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Lei Aldir Blanc** (Lei nº 14.017/2020). Recuperado de:
<https://www.planalto.gov.br.2020>

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Dispõe sobre medidas de segurança nacional. Diário Oficial da União, 13 dez. 1968. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Diário do Congresso Nacional, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.045, de 14 de outubro de 1946**. Regula a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, 14 out. 1946. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.924, de 13 de julho de 1941**. Regulamenta a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, 13 jul. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.343/2010 - **Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.313/1991 - **Lei Rouanet**. Brasília: Presidência da República, 1991.

BRASIL. Lei nº 9.610/1998 - **Lei de Direitos Autorais**. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório Anual sobre o Impacto Econômico das Festas Juninas no Brasil**. Brasília: MTur, 2022.

BUARQUE H, Heloísa. **Cultura e Política no Brasil: A Mídia e a Difusão da Cultura Popular**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

CABRAL, Sérgio. **O Nordeste na Literatura e na Cultura Popular**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

CALABRE, S. **Políticas Culturais e os Desafios da Descentralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.2009.

CALADO, Carlos. **Tropicália: A história de uma revolução musical**. São Paulo: Editora 34, 1997.

CAMARA C, Luís da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

CAMARA C, Luís da. **Geografia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 1964.

CÂMARA, J. **O forró no Ceará: História e modernidade.** Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2010.

CAMARGOS, Márcia. **O Brasil e suas Culturas.** São Paulo: Editora Ática, 2010.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.** São Paulo: Edusp, 2001.

CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite e Outros Ensaios.** São Paulo: Ática, 1975.

CANDIDO, Antonio. **O Direito à Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. **A Cultura Brasileira.** São Paulo: Editora Rocco, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Direitos e Cultura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira.** São Paulo: Editora Nacional, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARDOSO, Ruth. **A sustentabilidade das manifestações culturais: desafios e alternativas.** Revista de Estudos Culturais, v.8, n.2, p. 89-104, 2012.

CARDOSO, Ruth. **A Cultura Brasileira e suas Manifestações Populares.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

CARVALHO, Ana Paula. **A importância das políticas públicas para o fomento à cultura popular: O caso das festas juninas.** São Paulo: Editora Cultural, 2016.

CARVALHO, G. de. **O que é cultura popular.** São Paulo: Brasiliense, 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Avaliação em profundidade: escuta, sentidos e transformação.** São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Políticas públicas: por que e como avaliar?.** Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, 2013.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil.** São Paulo: Global, 2006.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1954.

CASCUDO, L. C. **Geografia da Fome.** São Paulo: Editora Global, 1967.

CAVALCANTE, Rodrigo O. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CAVALCANTE, Rodrigo O. **O Política cultural no Brasil: da centralização à democratização.** Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2014.

CAVALCANTE, Rodrigo O. **Patrimônio cultural e identidade nacional**: as omissões do modelo jurídico brasileiro. *Revista Brasileira de História da Cultura*, v. 23, n. 1, p. 50-63, 2014.

CAVALCANTE, Rodrigo O. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAVALCANTI, Fausto. **Patativa do Assaré**: poesia do sertão. Fortaleza: Editora Ceará, 1992.

CAVALCANTI, L. A. **A cultura popular no Brasil**: manifestações e identidades regionais. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

CAVALCANTI, S. **Festas juninas**: Uma tradição popular. Editora FGV. 2009.

CAVANCANTI, João Bosco. **A Festa Junina e a Resistência Cultural no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 2017.

CELA, Izolda. **Educação e Cultura**: Caminhos para a Transformação. Fortaleza: SECULT, 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil e o Ensino de História**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Cortez, 2012.

CÔRTEZ, Gustavo. **Figurino e Cultura Popular**: O Papel do Figurinista nas Festas Juninas. São Paulo: Editora Arte e Cultura, 2017.

COSTA, A. F. (2012). **Política Cultural no Brasil**: Avanços e Desafios. São Paulo: Editora Hucitec.

COSTA, André L. **Cultura e economia**: O impacto das festas populares no desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

COSTA, José. **Liderança e Organização nas Quadrilhas Juninas**: O Papel do Presidente de Quadrilha. Fortaleza: Editora CE, 2020.

COSTA, L. L. **Economia Criativa**: Práticas culturais e desenvolvimento local. São Paulo: Editora Atlas.2011

COSTA, M.A **resistência cultural durante a pandemia**. *Revista Brasileira de Cultura e Sociedade*, v.18.p.3, p.150-165, 2001

COSTA, M. **Festas Juninas: Transformações e Impactos no Ceará**. Fortaleza: Editora Cearense,2019.

COSTA, M. **Desafios da gestão cultural no Brasil**: capacitação e profissionalização dos grupos artísticos. Rio de Janeiro: Editora Cultural.2020.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e de Múltiplos Métodos*. 4ª ed. Thousand Oaks: SAGE, 2014.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Avaliação como instrumento de justiça educacional**. Revista Brasileira de Educação, v. 19, 2002.
- DA MATTA, Roberto. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Rocco, 2001.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DANTAS, L. **Dançando o Ceará: Quadrilha, forró e outras manifestações folclóricas**. Fortaleza: Editora Cariri.2014
- DEMO, P. **Avaliação e educação: A prática reflexiva na avaliação das políticas educacionais**. São Paulo: Editora Cortez.2015.
- DESTRO, Adriana. **Dança e Cultura Popular**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DRAIBE, Sônia. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em construção**. Revista do Serviço Público, v. 52, n. 1, 2001.
- DUARTE, A. F. **O Brasil e a Política Cultural: Práticas e Ideologias**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.2005
- DUARTE, Ana. **Política Cultural e a Lei Rouanet: Uma análise crítica**. São Paulo: Editora XYZ, 2005.
- DUARTE, José. **Cultura e política no Brasil: A ditadura e suas manifestações**. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2005.
- DUARTE, M. **A Política Cultural do Regime Militar: Entre o Controle e a Subversão**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DUMAS, Demócrito. **Cego Aderaldo e a música popular do Ceará**. Fortaleza: Editora José Olympio, 1998.
- ESTEBAN, M. **Políticas culturais e práticas de resistência**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2001.
- FARIA, José L. de. **A Indústria Cultural e o Cinema Brasileiro**. São Paulo: Livraria Martins, 2003.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Política pública e avaliação: entre a técnica e a política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 58, 2005.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FERNANDES, André. **Festivais Juninos: Organização, Logística e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Cultural, 2019.

FERNANDES, Maria das Dores. **Economia das Festas Juninas no Ceará: Impactos e Desafios**. Fortaleza: Editora Ceará, 2016.

FERNANDES, T. **Sistema Nacional de Cultura e a Inclusão Cultural**. Brasília: Editora Senado, 2015.

FERREIRA, Carlos. **Eventos culturais e desenvolvimento socioeconômico: um estudo de caso sobre as festas juninas do Nordeste**. Recife: UFPE, 2018.

FERREIRA, Manuel. **Cultura e Resistência no Brasil: A Festividade como Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

FIGUEIREDO, A. **A crise da cultura na pandemia: Desafios e transformações**. *Cultura e Sociedade*, v.35, n.2, p.112-130, 2020.

FISCHER, Luís Augusto. **História, Cultura e Sociedade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

FISCHER, Rosa Maria. **Políticas Culturais no Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Carlos. **Políticas Culturais no Brasil: Avanços e Desafios**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FREIRE, A. C. (2013). **O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e a Preservação das Festas Tradicionais no Brasil**. *Revista Brasileira de Patrimônio Cultural*, v.15, n.2, p. 45-63, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Carlos A. **Cultura e patrimônio no Brasil: uma análise das políticas culturais e a exclusão das expressões populares**. São Paulo: Editora Cultura, 2016.

FREITAS, Elmano. **Ceará e as Novas Políticas Culturais**. Fortaleza: SECULT, 2024.

FREYRE, Gilberto. **Manifestação Cultural e Identidade Brasileira**. Recife: Massangana, 1951.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Entrevista à Folha de S. Paulo**, 2007.

- GOHN, M. **A execução da Lei Aldir Blanc e os desafios da política cultural durante a pandemia.** Revista de Políticas Públicas, v.9, n.1, p.34-49, 2020.
- GOHN, M. **Cultura e Democracia: O Desafio do Século XXI.** São Paulo: Cortez.2015.
- GOHN, M. **Movimentos Sociais no Brasil: História e Realidade.** São Paulo: Editora Cortez.2015.
- GOHN, M. **Cultura e cidadania: A democratização da cultura no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- GOHN, M. **Cultura e Participação nos Anos 60.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- GOMES, L. P. **Cultura popular e políticas públicas: o papel das festas tradicionais na formação da identidade nacional.** São Paulo: Editora Brasileira.2018
- GOMES, L. P. **A Arte da Quadrilha Junina: Entre Tradição e Inovação.** Editora Cultura Popular, 2018.
- GOMES, M. **Política cultural e retrocesso: uma análise do governo Bolsonaro.** Revista Brasileira de Políticas Públicas Culturais, v. 14, n. 3, p. 45-63.2021
- GONÇALVES, L. R. **Políticas Culturais e Desigualdades Regionais no Brasil.** Revista de Políticas Públicas Culturais, v.8, n.1, p.33-52, 2020.
- GUBA, Egon G. and LINCOLN, Yvonna S. **Evaluation for the Fourth Generation.** Newbury Park: Sage Publications, 1989.
- GUINSBURG, Jacó. **Teatro e sociedade: o Arena e o Oficina.** São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GULLAR, Ferreira. **Cultura e Resistência.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HALL, S. **Cultura e Poder: O Desafio Cultural na Era Global.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1997
- HALL, S. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. LODY, Raul. **Rituais e Simbolismos nas Festas Juninas.** Recife: Ed. Universitária, 1998.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Rafzes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOLLANDA, H. B. **A Nova Mestiçagem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo: Editora Loyola.2006

HALL, S. **Cultura Popular e Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.2002

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de **O Feminino e o Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial Brasileiro**. Brasília: IPHAN, 2010.

JANNUZZI, Gilberto Luiz de Souza. **Avaliação de políticas públicas: entre a cultura da quantificação e a construção da cidadania**. Cadernos de Pesquisa, v. 31, n. 113, 2001.

KOFES, Ricardo. **Cultura popular e educação: uma visão crítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

LACERDA, Nestor José. **Cultura Popular e Identidade Brasileira**. Recife: Editora Universitária, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

In: **I Congresso Brasileiro de Economia Criativa**, 2014, Brasília. *Anais 2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2014. p. 123–134.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LEAL, R. **A Bossa Nova e a Modernidade no Brasil: Musicalidade e Sociedade**. São Paulo: Editora Hucitec.2010

LEITÃO, C. **A cultura como estratégia para o desenvolvimento das cidades e nações**. Brasília. Ministério da cultura, secretaria da economia criativa, 2012 Disponível: <https://www.gov.br/cultura>. Acessado em 10 de novembro de 2024.

LEITÃO, C. **Economia criativa e o papel transformador da cultura**. In: I congresso brasileiro de economia criativa, Brasília, Anais 2014, ministério da cultura, p 123-134, 2014. Publicado em eventos acadêmicos sobre Economia Criativa e Cultura.minc. 2014

LEITÃO, C. **A Cultura como Vetor de Inclusão**. In: Revista de Políticas Culturais, vol. 2, 2014.

LESSA, M. **Cultura popular e economia criativa: O papel dos festivais juninos no desenvolvimento local**. Fortaleza: Editora Cultural Cearense.2010.

LESSA, M. **Ocupações Culturais e Atores Urbanos: Resistência e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV.2017

LIMA, A. **O fomento à cultura e suas implicações: o caso do Ceará Junino**. Cadernos de Cultura Popular, 6(1), 23-38.2014.

LIMA, A. **A Cultura Popular e o Turismo no Ceará**. Fortaleza: Editora Uece, 2014.

LIMA, A. **Arte da Quadrilha Junina: Construção e Desafios no Movimento Popular**. Editora Arte Popular, 2016.

LIMA, Jussara. **O Impacto do Turismo Cultural nas Festas Juninas**. Fortaleza: Editora Universitária, 2015.

LIMA, L. **Políticas culturais em tempos de crise: O impacto da pandemia nos trabalhadores da cultura**. Revista Brasileira de Política Cultural, 12(2), 87-103.2020.

LIMA, Marcos. **Cultura Popular e Democratização: O Papel das Festas Juninas**. Fortaleza: Editora da Uece, 2012.

LIMA, Maria Helena. **O Nordeste e suas Festas Juninas: Uma Análise Cultural**. Recife: Editora Universidade, 2012.

LIMA, Ivoneide. **Quadrilhas Juninas e a Inclusão Social no Ceará**. Fortaleza: Editora Seara, 2017

LIMA, R. D. **A identidade cultural e sua importância nas políticas públicas: o caso das festas populares no Brasil**. São Paulo: Editora Aliança.2018

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem: A avaliação do processo e o ensino**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MAPA Cultural Do Ceará. **União Junina Do Ceará - Mapa Cultural do Ceará**. acesso dia 12 de março de 2025.

MAPA Cultural Do Ceará. **Fequajuce - Federação Das Quadrilhas Juninas Do Ceará - Mapa Cultural do Ceará**. acesso dia 12 de março de 2025.

MAPA Cultural Do Ceará. Mapa Cultural do Ceará. **Movimento Junino das Quadrilhas do Interior** – Mapa Cultural do Ceará. acesso dia 12 de março de 2025.

MARANHÃO, José Carlos. **Economia e cultura no Nordeste: um estudo sobre as festas juninas**. Recife: Ed. Universitária, 2017.

MARCONDES, Carlos Eugênio. **A Festa: Entre o Rito e o Espetáculo**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MARCONDES, Francisco; BRISOLA, Maria Aparecida. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: uma abordagem aplicada**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Fernanda. **Dança e Festa Junina: A Arte de Contar Histórias com o Corpo**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A Imagem da Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A religiosidade popular no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anacrônica.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Sociedade e Cultura no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MATTOS, Sérgio de. **O Brasil: Uma História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MEDEIROS, Paula. **Política Cultural no Brasil: Desafios e Perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2012.

MEIRA, Sérgio. **Desafios da Política Cultural no Brasil: A Inclusão e a Descentralização.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELO, G. **Música Brasileira e a Ditadura Militar: Censura e Resistência.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MENDES, João. **A Economia da Cultura: Entre a Produção e o Mercado.** Rio de Janeiro: Editora ABC, 2007.

MENDONÇA, J. S. de. **A Formação da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Ática, 1996.

MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

MICELI, Sérgio. **Sociologia da Cultura.** São Paulo: Editora Ática, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **História Cultural no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Contexto, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira sob Censura.** São Paulo: Contexto, 2001.

NÓBREGA, João. **Forró e identidade: a valorização da música regional no Brasil contemporâneo.** João Pessoa: UFPB, 2016.

NÓBREGA, Leticia. Moda, **Cultura e Identidade: A Indústria do Vestuário no São João do Nordeste.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2020.

NOGUEIRA, Gilmar. **Forró e Identidade Cultural: A Música no Sertão.** Fortaleza: Editora Cearense, 2018.

NUNES, Nascimento. **Antônio Conselheiro e a cultura popular nordestina.** Fortaleza: Editora do Ceará, 2001.

NUNES, R. A. **O Espaço da Resistência Cultural: Ocupações e Movimentos Artísticos no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2018

OLIVEIRA, Ana Carla. **A Quadrilha Junina: Histórias, Rituais e Diversões**. São Luís: Editora da UFMA, 2015.

OLIVEIRA, Ana Carla. **Quadrilhas Juninas e a Cultura Popular**. Fortaleza: Editora da UFC, 2015

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Festas Populares e Patrimônio Cultural no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

OLIVEIRA, J. **Teatro e Ditadura: Censura e Subversão no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Editora Hucitec.2016

OLIVEIRA, M. **Arte e Política no Brasil: O Modernismo e o Regime Vargas**. São Paulo: Editora Hucitec. 2006

OLIVEIRA, R. A. **A resistência cultural nas festas juninas no Nordeste: preservação e adaptação**. Fortaleza: Editora Uece, 2017.

OLIVEIRA, R. A. **O forró como patrimônio cultural do Nordeste**. Recife: Editora Universitária, 2007.

ORTIZ, Renato. **A Identidade Nacional e a Globalização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Nacionalismo: A Festa Junina como Forma de Expressão Popular**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense.199

ORTIZ, Renato. **A Cultura e o Mercado: O Papel do Estado e da Mídia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

ORTIZ, Renato. **A diversidade cultural e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2015.

ORTIZ, Renato. **A Mídia e a Nova Ordem Cultural**. São Paulo: Brasiliense.2003

ORTIZ, Renato. **Modernidade e a Globalização**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

ORTIZ, Renato. **Políticas Culturais e Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

PEREIRA, D. **Cultura e Poder no Brasil: O Regime Militar e a Imposição Cultural**. São Paulo: Editora Unesp.2002.

PEREIRA, D. **Políticas Culturais e Desenvolvimento no Brasil: A FUNARTE e a Arte Brasileira**. São Paulo: Editora Unesp. 2010.

PEREIRA, Eliane. **A Festa Junina no Ceará: História e Cultura Popular**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

PEREIRA, L. **Critérios de seleção e desigualdade no acesso aos recursos culturais**. Revista Brasileira de Administração Cultural, v.9, n.4, p.112-128, 2018.

PEREIRA, L. **Raquel de Queiroz e o romance nordestino**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

PEREIRA, Sérgio. **Do Artesanato ao Figurino: O Papel das Costureiras e Chapeleiros nas Festas Juninas**. São Paulo: Editora Cultura Popular, 2018.

PEREIRA, Sérgio. **O Imaginário das Festas Juninas**. São Paulo: Editora Universitária, 2017.

PERRENOU, P. **A avaliação no ensino: Processos e resultados**. Porto Alegre: Artmed.1999

PIMENTEL, João. **A arte como resistência: A censura na ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1999.

PIMENTEL, Ricardo. **A Arte do Sapateiro Junino: O Papel dos Sapatos nas Quadrilhas e no Artesanato Popular**. Recife: Editora Pernambuco, 2021.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. **Patrimônio Cultural e Comunidade: A Identidade e a Preservação das Tradições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

QUEIROZ, M. I. **O mundo das quadrilhas**. Fortaleza: Editora Cearense.1982

RAMOS, José. **História da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1999.

RAMOS, Aline Soares de Oliveira; SCHABBACH, Letícia Maria. **A avaliação de políticas públicas: conceitos e métodos**. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 1, n. 1, p.78 – 121, 2012.

REIS, Eduardo. **Turismo Cultural e Desenvolvimento Local: Estudos de Caso no Brasil**. Fortaleza: Editora UFC, 2014.

REIS, José Carlos. **A Festa e o Rito**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

RIBEIRO, Antônia Gomes. **Cultura e Modernidade no Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1957.

RIOS, Ricardo. **A arte de preservar a tradição: A formação de novos públicos e a renovação das festas populares**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

RODRIGUES, José Carlos. **O Patrimônio Cultural Imaterial e a Salvaguarda das Tradições**. Brasília: Editora UnB, 2017

RUBIM, A. **Políticas Culturais no Brasil: Conceitos e Práticas**. Salvador: Edufba.2007

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil: Desafios e perspectivas**. Salvador: EDUFBA.2010

RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais no Brasil: Entre Controvérsias e Desafios**. São Paulo: Perspectiva.

RUBIM, Artur. **Cultura e Economia Criativa: Reflexões para o Brasil Contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SAMPAIO, J. A. **Gestão de políticas públicas culturais no Ceará: Desafios e oportunidades**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.2018

SANT'ANNA, Marina. **Moda e cultura: o impacto da economia criativa nas festividades populares**. São Paulo: Estação das Letras, 2014.

SANTANA, A. **Gastronomia e cultura nordestina: Sabores e tradições**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará.2008

SANTANA, Camilo. **O Ceará e a Economia Criativa**. Fortaleza: Governo do Ceará, 2019.

SANTANA, Marcos. **O Turismo Cultural no Ceará: Festas Juninas como Atração**. Fortaleza: Editora Norte, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A análise da razão inativa: em oposição ao desperdício da vivência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, A. C. **Transformações nas quadrilhas juninas: entre tradição e inovação**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2018.

SANTOS, Ana Lúcia. **O Impacto Social e Cultural das Festas Juninas**. Editora UFPE, 2019.

SANTOS, C. **A Resistência Cultural: A Arte como Protesto no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora F.2001

SANTOS, Eduardo. **Tradição e modernidade nas festas populares**. Salvador: Edufba, 2015.

SANTOS, F. **A cultura digital no Brasil: Reflexões sobre a transformação do setor cultural na era da pandemia**. Cultura e Mídia, v.28 n.4, p.205-222, 2020.

SANTOS, L. **Cultura Popular no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV.2015

SANTOS, L. F. **Cultura e Cidadania: A Experiência dos Pontos de Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora.2012

SANTOS, Luiz. **A Cultura no Brasil: Desafios e Oportunidades**. São Paulo: Editora Cultural, 2003

SANTOS, M. L. **Leis de Incentivo e a Cultura Popular**. São Paulo: Editora FFLCH.2013

SARAIVA, Sandra Mara. **Festas Populares e Educação: Inclusão Social e Identidade Cultural nas Festas Juninas**. Fortaleza: Editora da UFC, 2015.

SCHWARCZ, L. M., & Starling, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras.2015

SCHWARCZ, L. M., & Starling, H. M. **Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCHWARCZ, L. M., & Starling, H. M. **Ideologia e cultura no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, A. M. **A participação social em políticas culturais: um estudo sobre o Programa Ceará Junino**. Recife: Editora Artes e Cultura.2017

SILVA, D. A. **Cultura Popular e Resistência no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP.2009

SILVA, Damaris M. **Educação e democratização cultural: O papel da escola na formação cidadã**. Belo Horizonte: Editora Universitária, 2019.

SILVA, E. **Festivais culturais como motor do turismo sustentável: Experiências do Nordeste brasileiro**. Recife: Editora Regional.2017.

SILVA, E. **Cultura popular e resistência: as quadrilhas juninas como expressão de luta cultural**. Fortaleza: Editora Uece, 2019.

SILVA, J. P. **Diversidade cultural e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Zahar.2013

SILVA, J. P. **Cultura e Sociedade: Desafios da Participação Civil nas Políticas Culturais**. São Paulo: Editora ABC, 2017.

SILVA, J. P. **Festas Juninas: Tradição e Modernidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

SILVA, Joaquim Gonçalves. **As Festas Juninas e o Brasil Rural**. São Paulo: Edições Paulinas, 2006

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SILVA, José. **Festejos Populares no Brasil: História e Identidade**. São Paulo: Edusp, 2020.

SILVA, L. **Cinema Novo: Política e Estética na Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014

SILVA, M. **Políticas públicas de cultura: desafios e oportunidades para grupos culturais populares**. Revista de Cultura e Sociedade, v.10, n.2, p.19-34, 2016.

SILVA, M. **Dança, Corpo e Cultura: A Evolução da Quadrilha Junina no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 2017.

SILVA, M. **Ditadura e Cultura: Formas de Controle e Resistência**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, M. **O Festival de Quadrilhas Juninas no Brasil: Diversidade e Desafios**. Editora Nacional, 2016.

SILVA, Mariana. **Gastronomia e Cultura: A Economia dos Sabores Tradicionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

SILVA, P. **O impacto da pandemia na produção cultural no Brasil: Desafios e perspectivas**. Revista de Estudos Culturais, v.19, n.1, p.78-94, 2020.

SILVA, R. P., & Rocha, T. M. **Impactos e Oportunidades da Lei Aldir Blanc na Cultura Popular Brasileira**. Cadernos de Cultura e Sociedade, v.12, n.3, p. 65-84. 2021

SILVA, Renata. **O Maquiador e a Festa Junina: Transformação e Expressão na Arte Popular**. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2015.

SILVA, Renato. **Cultura popular e inclusão social: o papel das festividades regionais na formação de identidades coletivas**. Salvador: UFBA, 2017.

SILVA, Ruth. **Festas populares e identidade cultural: O papel das quadrilhas juninas nas comunidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SIMAS, Luiz Antonio. **O Samba de Raiz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Cultura Popular e Patrimônio Imaterial: A Preservação das Tradições no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

SOUZA Lima, Ana. **Cultura e Economia: O Impacto das Festas Juninas no Turismo Cearense**. Fortaleza: Editora Universitária, 2016.

SOUZA, Carlos Benedito de. **A Festa Junina e as Tradições Populares no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma análise da literatura**. Sociologias, vol. 8, no. 16, 2006.

SOUZA, Clarice. **A Estética e a Performance na Quadrilha Junina: Desafios e Inovações**. Recife: Editora UFPE, 2017.

SOUZA, Clarice. **O Chapéu de Palha: Tradição e Modernidade nas Festas Juninas**. Recife: Editora do Nordeste, 2015.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

SOUZA, José Augusto de. **Educação, arte e identidade: Práticas culturais nas escolas públicas**. São Paulo: Editora Educacional, 2010.

SOUZA, M. **A culinária como patrimônio cultural: Reflexões sobre as festas populares**. Editora UFMG.2010

SOUZA, M. A. **O Folclore e as Políticas Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.2007

SOUZA, Maria Clara. **Políticas culturais e a preservação das festas juninas**. Fortaleza: UFC, 2019.

SOUZA, Mariana. **Políticas culturais e financiamento da economia criativa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

SOUZA, R. F. **Educação patrimonial e cultura popular**. Fortaleza: UFC, 2018.

SOUZA, Tiago. **Cultura Popular e Mercado: Desafios da Economia Criativa no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2022.

TINHORÃO, José. **A Música Popular Brasileira e suas Dimensões Culturais**. Rio de Janeiro: Editora Funarte, 1999.

VARGAS, F. **O Impacto das Festas Populares no Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

VIANNA, Hermano. **Cultura e Sociedade no Brasil: Uma Nova Política Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

VIANNA, Hermano. **O Corpo e o Samba**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

VIANNA, Hermano. **O Mundo Funk Carioca**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

VIANNA, Hermano. **O Rio de Janeiro e as raízes da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.

XAVIER, Ismail. **O Cinema Brasileiro Moderno**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

APÊNDICES E ANEXOS

Roteiro de entrevistas e questionários.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA POLÍTICA PÚBLICA DO
CEARÁ JUNINO
PRESIDENTE DE QUADRILHA CAMPEÃ

1. Sua quadrilha foi contemplada pelo Edital do Ceará Junino e se destacou como campeã no Campeonato Estadual?

- Sim
 Não

2. Como o apoio financeiro recebido por meio do Edital contribuiu para a sua vitória no Campeonato Estadual?

- Contribuiu de forma decisiva
 Contribuiu moderadamente
 Contribuiu de forma mínima
 Não contribuiu

3. Quais foram os principais recursos fornecidos pelo Edital que tiveram maior impacto na qualidade da apresentação da sua quadrilha?

- Apoio financeiro direto para produção
 Compra de materiais (roupas, cenários, acessórios)
 Apoio logístico (transporte, alimentação, segurança)
 Capacitação (coreógrafos, dançarinos)
 Divulgação e promoção da quadrilha
 Outros (especificar): _____

4. A política pública do Ceará Junino tem favorecido o aprimoramento da sua quadrilha para competições de grande porte, como o Campeonato Estadual?

- Sim, muito
 Sim, de forma moderada
 Não, pouco
 Não, de forma nenhuma

5. Em relação ao Edital, você acredita que o processo de seleção foi justo e transparente para as quadrilhas que participaram do Campeonato Estadual?

- Sim, totalmente justo e transparente
- Sim, mas com alguns pontos a melhorar
- Não, houve algumas dificuldades no processo
- Não, o processo não foi justo

6. O que você considera como os principais benefícios de participar do Edital e ser campeã no Campeonato Estadual?

- Aumento de visibilidade da quadrilha
- Reconhecimento e valorização cultural
- Melhoria na qualidade dos espetáculos
- Maior acesso a parcerias e patrocínios
- Outros benefícios (especificar): _____

7. A política pública do Ceará Junino tem gerado mais oportunidades para a sua quadrilha participar de eventos culturais e festivais nacionais e internacionais?

- Sim, muitas oportunidades
- Sim, algumas oportunidades
- Não, poucas oportunidades
- Não, nenhuma oportunidade

8. Como a conquista do Campeonato Estadual impactou a visibilidade e o apoio da comunidade local à sua quadrilha?

- Aumentou consideravelmente
- Aumentou um pouco
- Não houve grande impacto
- Não teve impacto

9. A sua quadrilha tem recebido mais apoio financeiro e logístico após a conquista do Campeonato Estadual?

- Sim, bastante apoio
- Sim, algum apoio
- Não, pouco apoio
- Não, nenhum apoio

10. Quais dificuldades sua quadrilha enfrentou durante o processo de inscrição e execução do projeto contemplado pelo Edital?

- Burocracia e processos administrativos complexos
- Dificuldades financeiras durante a execução
- Falta de recursos materiais ou logísticos
- Falta de apoio externo ou parcerias
- Outros desafios (especificar): _____

11. Você considera que o apoio do Edital foi suficiente para cobrir todos os custos necessários para a participação no Campeonato Estadual e a realização de uma apresentação de qualidade?

- Sim, totalmente suficiente
- Sim, mas com algumas limitações
- Não, o apoio foi insuficiente
- Não, não recebi apoio financeiro

12. A política pública tem contribuído para o fortalecimento da cultura popular nas quadrilhas, ajudando a manter a tradição e inovar nos espetáculos?

- Sim, de forma decisiva

- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma

13. Você acredita que a participação no Edital e a conquista do Campeonato Estadual abriram novas portas para a sua quadrilha?

- Sim, muitas portas
- Sim, algumas portas
- Não, poucas portas
- Não, nenhuma porta

14. A política pública de apoio às quadrilhas tem favorecido o desenvolvimento de novas gerações de artistas e dançarinos em sua quadrilha?

- Sim, muito
- Sim, moderadamente
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma

15. Como você avalia a transparência da política pública em relação ao uso dos recursos recebidos pela sua quadrilha após a conquista do Campeonato Estadual?

- Muito transparente
- Moderadamente transparente
- Pouco transparente
- Não foi transparente

16. Quais são as suas expectativas em relação à continuidade da política pública para quadrilhas no futuro?

- Aumento do financiamento e apoio
- Maior flexibilidade nos critérios de seleção
- Ampliação das oportunidades de capacitação
- Maior reconhecimento e valorização da cultura popular
- Nenhuma expectativa significativa

17. Você acredita que o Edital contribuiu para a sua quadrilha se tornar mais competitiva nas edições futuras de campeonatos e festivais?

- Sim, de forma decisiva
- Sim, moderadamente
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma

18. Existe algum outro apoio ou recurso que você acredita que poderia ser oferecido pela política pública para aprimorar ainda mais a sua quadrilha?

- Sim
- Não

19. A sua quadrilha tem gerado algum impacto social positivo após ser campeã do Campeonato Estadual? (Ex.: inclusão de jovens, promoção da cultura local, ações comunitárias)

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma

20. Como você avalia a importância do Edital do Ceará Junino para o crescimento e

valorização das quadrilhas juninas no estado?

- Extremamente importante
- Moderadamente importante
- Pouco importante
- Não é importante



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTIONÁRIO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DO CEARÁ JUNINO
QUADRILHAS JUNINAS

Sua quadrilha já foi contemplada com o apoio da política pública do Ceará Junino?

- Sim
- Não
- Nunca participei dos editais

1. Como a política pública do Ceará Junino tem impactado sua quadrilha?

- Facilitou muito
- Facilitou moderadamente
- Facilitou pouco
- Não facilitou
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

2. Quais aspectos da política pública mais contribuíram para o sucesso da sua quadrilha?

- Apoio financeiro direto
- Apoio para a compra de materiais (roupas, cenários, acessórios)
- Apoio logístico (transporte, alimentação)
- Capacitação e treinamentos oferecidos
- Divulgação e promoção do evento

- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

3. A política pública tem ajudado a aumentar a visibilidade da sua quadrilha?

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

4. Quais são os principais desafios que sua quadrilha enfrenta ao buscar apoio da política pública?

- Burocracia e processos administrativos
- Dificuldade em obter patrocínios adicionais
- Falta de recursos para materiais e infraestrutura
- Dificuldade em manter a equipe de dançarinos e membros motivados
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

5. A burocracia para acessar os recursos da política pública tem sido um obstáculo para a sua quadrilha?

- Sim, muito
- Sim, um pouco
- Não, é tranquila
- Não, não há burocracia
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

6. Você acredita que o processo de seleção da política pública é justo e igualitário para todas as quadrilhas?

- Sim, justo e igualitário
- Sim, mas com algumas desigualdades
- Não, favorece quadrilhas maiores
- Não, favorece apenas quadrilhas menores
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

7. A política pública oferece boas oportunidades de capacitação para os membros da sua quadrilha (coreógrafos, dançarinos, etc.)?

- Sim, muitas oportunidades
- Sim, algumas oportunidades
- Não, poucas oportunidades
- Não, nenhuma oportunidade
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

8. A política pública tem incentivado a formação de parcerias entre sua quadrilha e empresas locais?

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

9. A política pública tem ajudado sua quadrilha a ser mais inclusiva e acessível (por exemplo, para pessoas com deficiência, idosos, etc.)?

- Sim, totalmente
- Sim, em parte
- Não, pouco
- Não, de forma alguma
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

10. Existe algum tipo de apoio voltado para a valorização da cultura popular nas quadrilhas através da política pública?

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

11. Quais são os maiores desafios enfrentados pela sua quadrilha para manter a qualidade do espetáculo?

- Falta de recursos financeiros para produções de alta qualidade
- Dificuldade em manter a tradição e a inovação no espetáculo
- Falta de espaço adequado para ensaios e apresentações
- Dificuldade na mobilização de membros da quadrilha (dançarinos, etc.)
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

12. Você considera que o apoio logístico oferecido pela política pública (transporte, alimentação, segurança) tem sido adequado para sua quadrilha?

- Sim, totalmente adequado
- Sim, mas poderia melhorar
- Não, insuficiente
- Não, nunca recebi esse apoio
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

13. O apoio da política pública é suficiente para cobrir os custos de produção das suas apresentações de quadrilha?

- Sim, cobre todos os custos
- Sim, cobre parcialmente
- Não, não cobre os custos
- Não, nunca recebi apoio financeiro
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

14. Quais são suas expectativas em relação à política pública para quadrilhas no futuro?

- Aumento do financiamento para quadrilhas
- Maior flexibilidade nos critérios de seleção de contemplados
- Mais apoio para a capacitação dos envolvidos
- Maior investimento em infraestrutura para as quadrilhas
- Nenhuma expectativa significativa

15. Você acredita que a política pública do Ceará Junino tem sido eficaz na preservação e valorização das quadrilhas juninas?

- Sim, de forma decisiva
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma alguma

16. A política pública tem contribuído para melhorar a qualidade artística e cultural das apresentações das quadrilhas?

- Sim, muito
- Sim, moderadamente
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

17. Você acredita que a política pública do Ceará Junino tem gerado mais oportunidades para a sua quadrilha participar de festivais e eventos de grande visibilidade?

- Sim, muitas oportunidades
- Sim, algumas oportunidades
- Não, poucas oportunidades
- Não, nenhuma oportunidade
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

18. Você acha que o apoio governamental poderia ser mais diversificado, incluindo suporte para outros aspectos além da parte financeira (por exemplo, capacitação, apoio logístico)?

- Sim, com certeza
- Sim, moderadamente
- Não, o apoio atual é suficiente
- Não, não há necessidade de mais apoio
- Nunca fui contemplado
- Nunca participei dos editais

19. Você acredita que o apoio governamental através da política pública tem sido bem recebido pelos integrantes da sua quadrilha e pela comunidade em geral?

- Sim, muito bem
- Sim, razoavelmente bem
- Não, pouco
- Não, de forma alguma

20. Por que sua quadrilha nunca concorreu ao edital do programa Ceara Junino?

- Não Necessito
- Muito Burocrático
- Nunca tive interesse
- Nunca tive oportunidade
- Todas as vezes perdi os prazos
- Nem sabia desse edital
- Não me enquadro nessa pergunta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTIONÁRIO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DO CEARÁ JUNINO
PROMOTORES DE FESTIVAIS

1. Você já foi contemplado com o edital do Programa Ceará Junino?

- Sim
- Não
- Nunca fui contemplado
- Nunca me inscrevi no edital

2. Como a política pública do Ceará Junino tem impactado a realização de festivais em sua cidade?

- Facilitou muito
- Facilitou moderadamente
- Facilitou pouco

- Não facilitou
- Nunca fui contemplado

3. Quais aspectos da política pública mais contribuíram para a realização do festival?

- Apoio financeiro direto
- Parcerias com patrocinadores
- Apoio logístico (infraestrutura, transporte)
- Promoção e divulgação do evento
- Outros (especificar): _____
- Não fui contemplado

4. A política pública oferece apoio suficiente para promover eventos com grande visibilidade?

- Sim, apoio suficiente
- Sim, mas o apoio poderia ser maior
- Não, apoio insuficiente
- Não sei
- Nunca fui contemplado

5. A visibilidade proporcionada pela política pública tem ajudado na atração de público e participantes para o festival?

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma
- Nunca fui contemplado

6. Quais dificuldades você enfrenta ao organizar um festival, independentemente do apoio da política pública?

- Burocracia e processos administrativos
- Dificuldade em garantir patrocínios suficientes
- Falta de recursos humanos qualificados
- Deficiência na infraestrutura disponível
- Outro (especificar): _____
- Nunca fui contemplado

7. A burocracia e a papelada exigida para a realização do festival são um obstáculo significativo?

- Sim, muito
- Sim, um pouco
- Não, é tranquila
- Não, não há burocracia
- Nunca fui contemplado

8. Você acredita que o processo de seleção do edital é justo e igualitário para todos os festivais?

- Sim, justo e igualitário
- Sim, mas com algumas desigualdades
- Não, favorece grandes festivais

- Não, favorece apenas festivais pequenos
- Nunca fui contemplado

9. A política pública tem proporcionado boas oportunidades de capacitação para a equipe envolvida na organização de festivais?

- Sim, muitas oportunidades
- Sim, algumas oportunidades
- Não, poucas oportunidades
- Não, nenhuma oportunidade
- Nunca fui contemplado

10. A política pública incentiva a formação de parcerias entre festivais e empresas locais?

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma nenhuma
- Nunca fui contemplado

11. O apoio da política pública tem ajudado a garantir que as festividades juninas sejam inclusivas e acessíveis para diferentes públicos (portadores de deficiência, jovens, idosos, etc.)?

- Sim, totalmente
- Sim, em parte
- Não, pouco
- Não, de forma alguma
- Nunca fui contemplado

12. O apoio oferecido pelo Ceará Junino tem incentivado a criatividade e inovação nas festividades?

- Sim, muito
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma alguma
- Nunca fui contemplado

13. Quais são os maiores desafios para garantir a qualidade do evento, independentemente do apoio da política pública?

- Conflitos de agenda com outros festivais ou eventos
- Falta de infraestrutura adequada
- Dificuldade em manter o nível de qualidade artística
- Dificuldades na mobilização de voluntários e pessoal
- Outros desafios (especificar): _____
- Nunca fui contemplado

14. Existe algum desafio em relação ao apoio financeiro oferecido pela política pública?

- Sim, o apoio financeiro é insuficiente
- Sim, o processo de liberação de recursos é demorado
- Não, o apoio financeiro é adequado

- Não, não existe apoio financeiro
- Nunca fui contemplado

15. Existem dificuldades em relação ao apoio logístico oferecido pela política pública (transporte, alimentação, segurança, etc.)?

- Sim, muitas dificuldades
- Sim, algumas dificuldades
- Não, sem dificuldades
- Não sei
- Nunca fui contemplado

16. Quais são suas expectativas quanto à ampliação da política pública para festivais juninos no futuro?

- Aumento do financiamento
- Maior flexibilidade nos critérios de seleção
- Mais apoio em termos de infraestrutura
- Maior colaboração entre festivais e outras instâncias culturais
- Nenhuma expectativa significativa
- Nunca fui contemplado

17. Você acredita que a política pública contribui de forma decisiva para a preservação e valorização da cultura junina no Ceará?

- Sim, de forma decisiva
- Sim, de forma moderada
- Não, pouco
- Não, de forma alguma
- Nunca fui contemplado

18. Você acredita que a política pública do Ceará Junino tem sido bem recebida pela população e participantes dos festivais?

- Sim, muito bem
- Sim, razoavelmente bem
- Não, pouco
- Não, de forma alguma
- Nunca fui contemplado

19. Você considera que a política pública do Ceará Junino tem gerado oportunidades de crescimento profissional para os envolvidos na organização de festivais?

- Sim, muitas oportunidades
- Sim, algumas oportunidades
- Não, poucas oportunidades
- Não, nenhuma oportunidade
- Nunca fui contemplado

20. Você acredita que o apoio governamental, por meio da política pública do Ceará Junino, deveria ser ampliado para cobrir mais festivais e eventos culturais?

- Sim, deveria ser ampliado
- Não, o apoio atual é suficiente
- Não, o apoio deveria ser reduzido

- Não sei
- Nunca fui contemplado

21. Por que nunca concorreu ao edital do programa Ceara Junino?

- Não Necessito
- Muito Burocrático
- Nunca tive interesse
- Nunca tive oportunidade
- Todas as vezes perdi os prazos
- Nem sabia desse edital
- Não me enquadro nessa pergunta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO AVALIAÇÃO DA POLÍTICA
PÚBLICA DO CEARÁ JUNINO DIRECIONADO AOS TÉCNICOS DA
SECRETARIA DE CULTURA**

1. APRESENTAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

- **Nome:**
- **Cargo na Secretaria de Cultura:**
- **Tempo de atuação no ciclo junino:**

- **Qual é o seu papel específico dentro da organização do Ceará Junino?**

2. FACILIDADES E OPORTUNIDADES

Questões:

1. Como você descreveria a sua experiência na organização do Ceará Junino? Quais facilidades você percebeu ao longo desse processo?

- Quais são as facilidades administrativas, financeiras ou logísticas que tornam o trabalho mais eficiente?

2. A política pública do Ceará Junino tem contribuído para fortalecer as festividades e a cultura local? Como você observa a evolução das festas juninas ao longo do tempo?

- Existe algum impacto perceptível em termos de visibilidade, engajamento e participação da comunidade?

3. Você percebe que a Secretaria de Cultura tem gerado oportunidades para os profissionais envolvidos no ciclo junino, como artistas, artesãos e outros?

- Como você avalia a inserção de novos atores culturais e a ampliação das possibilidades de participação no ciclo junino?

3. DIFICULDADES E DESAFIOS

Questões:

4. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na organização e implementação do Ceará Junino?

- Essas dificuldades são de natureza burocrática, orçamentária, logística ou relacionadas à gestão dos editais e festivais?

5. Você enfrenta algum tipo de desafio relacionado ao engajamento dos participantes, como quadrilhas, artistas e produtores culturais, durante o processo de inscrição e execução dos festivais?

- Quais são os principais obstáculos nesse sentido, e como a Secretaria de Cultura lida com isso?

6. Existem obstáculos financeiros ou recursos limitados que impactam a realização das festividades ou o apoio às quadrilhas? Como isso interfere na organização?

- O orçamento disponível para o Ceará Junino é suficiente para cobrir as necessidades do ciclo? Quais as implicações disso?

4. OPORTUNIDADES E IMPACTOS

Questões:

7. A política pública do Ceará Junino tem conseguido gerar um impacto positivo na economia local, especialmente no que diz respeito ao comércio e à geração de empregos?

- Como você percebe o efeito do apoio à cultura junina sobre pequenos empresários, prestadores de serviços e trabalhadores da cultura?

8. Você acredita que a implementação da política pública tem ajudado a fortalecer as tradições culturais e as manifestações autênticas do ciclo junino no Ceará?

- Como o apoio à cultura junina tem preservado e promovido as tradições culturais locais?

9. Qual a sua percepção sobre o crescimento ou aumento da diversidade de manifestações culturais dentro dos festivais patrocinados?

- Existe uma ampliação nas formas de expressão artística, como música, dança, vestuário e artesanato, nos festivais e quadrilhas?

5. EXPECTATIVAS E FUTURO

Questões:

10. Quais são suas expectativas para o futuro do Ceará Junino, principalmente no que diz respeito ao seu impacto na cultura e na economia do Ceará?

- Como você visualiza o ciclo junino nos próximos anos, e qual o papel da política pública nesse contexto?

11. Você acredita que a política pública tem cumprido seu papel em termos de fomento à cultura junina no Ceará?

- Quais aspectos da política pública você considera mais positivos e relevantes para a continuidade do ciclo?

12. Quais as suas expectativas em relação ao crescimento do Ceará Junino nos próximos anos, considerando os desafios e as possibilidades atuais?

- Quais são as áreas que mais precisam de atenção para garantir a continuidade e a expansão do apoio à cultura junina?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO AVALIAÇÃO DO
MOVIMENTO JUNINO CEARENSE PESSOAS DO MOVIMENTO**

1. APRESENTAÇÃO PESSOAL E HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO

Questões:

- 1. Por favor, fale um pouco sobre sua trajetória no movimento junino cearense. Há quanto tempo está envolvido e qual o seu papel dentro desse movimento?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Em que momento você se envolveu com o movimento junino e como foi esse processo?

2. Quais eventos ou festividades juninas você considera mais significativos no Ceará e por quê?

○ **ORIENTAÇÃO:** Quais festivais ou quadrilhas chamam mais a atenção ou têm mais importância para o público local?

2. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO JUNINO

Questões:

3. Como você descreveria a organização do movimento junino no Ceará ao longo dos anos? Quais mudanças significativas ocorreram em termos de estrutura e organização?

○ **ORIENTAÇÃO:** Quais eram os principais desafios enfrentados no início e como a organização foi se adaptando ao longo do tempo?

4. Quais atores, entidades ou instituições foram mais relevantes para o crescimento do movimento junino no Ceará?

○ **ORIENTAÇÃO:** Como a Secretaria de Cultura, grupos locais, patrocinadores e outros parceiros influenciaram esse processo?

5. Como a organização das quadrilhas e festivais se desenvolveu ao longo do tempo?

○ **ORIENTAÇÃO:** Houve aumento no número de festivais e quadrilhas? Como foi a profissionalização e a organização dessas manifestações?

3. IMPACTO CULTURAL E SOCIAL

Questões:

6. Qual a importância do movimento junino cearense para a preservação e promoção da cultura local?

○ **ORIENTAÇÃO:** Como você vê o movimento junino como um instrumento de preservação das tradições culturais, como as danças, músicas, vestuário e culinária?

7. Na sua opinião, como o movimento junino contribuiu para o fortalecimento da identidade cultural do Ceará ao longo dos anos?

○ **ORIENTAÇÃO:** Houve alguma mudança no modo como as pessoas se identificam com a cultura junina e com o Ceará, devido ao movimento?

8. Além da celebração cultural, quais impactos sociais o movimento junino gerou para a comunidade cearense?

○ **ORIENTAÇÃO:** Existe algum impacto em termos de emprego, renda ou até mesmo envolvimento comunitário devido aos eventos juninos?

4. DESAFIOS E OBSTÁCULOS AO LONGO DOS ANOS

Questões:

9. Quais foram os maiores desafios enfrentados pelo movimento junino no Ceará ao longo dos anos?

○ **ORIENTAÇÃO:** Estes desafios podem envolver aspectos financeiros, logísticos, ou até mesmo a organização dos eventos. Quais foram os principais obstáculos?

10. **O que você considera que representou um obstáculo significativo para o crescimento do movimento junino no Ceará?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Houve resistência ou dificuldades para a institucionalização ou para a ampliação do movimento em determinadas regiões do estado?

11. **Como o movimento junino lidou com crises econômicas ou eventos inesperados que afetaram as festividades (por exemplo, a pandemia de COVID-19)?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Quais adaptações ou alternativas foram necessárias nessas situações?

5. O Movimento Junino e a Sustentabilidade

Questões:

12. **O movimento junino cearense tem se preocupado com questões de sustentabilidade ao longo dos anos?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Houve alguma tentativa de integrar práticas sustentáveis nos eventos, como a gestão de resíduos, o uso de materiais ecológicos ou a valorização de produtos locais?

13. **Quais estratégias foram implementadas para garantir a continuidade e sustentabilidade do movimento junino no futuro?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Além da contribuição de patrocinadores e parcerias, como o movimento tem se organizado para se manter relevante e sustentável ao longo do tempo?

6. EXPECTATIVAS E FUTURO DO MOVIMENTO JUNINO CEARENSE

Questões:

14. **Como você vê o futuro do movimento junino no Ceará? Quais são suas expectativas para os próximos anos?**

○ **ORIENTAÇÃO:** O movimento deve seguir o mesmo caminho ou é esperado um novo formato ou abordagem? Quais inovações você acha que poderiam surgir?

15. **Você acredita que o movimento junino ainda é capaz de atrair novas gerações e manter a tradição?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Quais são os desafios para engajar os mais jovens nesse movimento e garantir que a tradição continue sendo vivida pelas novas gerações?

16. **De que forma o movimento junino pode se expandir ou evoluir para atender a novas demandas culturais e sociais?**

○ **ORIENTAÇÃO:** O movimento tem se adaptado às mudanças na sociedade, como as novas formas de comunicação, novas linguagens e novas expectativas culturais?

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões:

17. **Quais são, na sua visão, os maiores legados do movimento junino cearense ao longo dos anos?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Como o movimento impactou positivamente a cultura, a economia ou as relações sociais do Ceará?

18. **Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre a evolução e organização do movimento junino cearense?**

○ **ORIENTAÇÃO:** Alguma experiência pessoal ou observação relevante que possa enriquecer a compreensão do movimento junino no Ceará?

Fotografias e registros de eventos



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa



Fonte: Acervo do Autor. Autoria Átila Sousa